



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO ARTES E LETRAS
COORDENADORIA DO MESTRADO EM LETRAS



ELIZETE DE SOUZA BERNARDES

NARCISO ACHA FEIO O QUE NÃO É ESPELHO?: DISCURSOS SOBRE A
PROSTITUIÇÃO

DOURADOS – MATO GROSSO DO SUL

2013

ELIZETE DE SOUZA BERNARDES

NARCISO ACHA FEIO O QUE NÃO É ESPELHO?: DISCURSOS SOBRE A
PROSTITUIÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de Concentração: Linguística e Transculturalidade.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Lúcio de Sousa Góis.

DOURADOS – MATO GROSSO DO SUL

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIZETE DE SOUZA BERNARDES

**NARCISO ACHA FEIO O QUE NÃO É ESPELHO?: DISCURSOS SOBRE A
PROSTITUIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Marcos Lúcio de Sousa Góis
Orientador – Programa de Pós-Graduação em Letras - UFGD

Prof^a. Dr^a. Simone Becker
Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFGD

Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti
Programa de Pós-Graduação em Letras - UFGD

Dourados, 18 de fevereiro de 2013

“SINAIS DE BEM, DESEJOS VITAIS”

*“Falar da cor dos temporais,
Do céu azul, das flores de abril
Pensar além do bem e do mal
Lembrar de coisas que ninguém viu
O mundo lá sempre a rodar
E em cima dele tudo vale
Quem sabe isso quer dizer amor
Estrada de fazer o sonho acontecer”*

E na minha estrada do Mestrado, “sinais do bem” é o que não faltou. E aqui, digo coisas que tudo valem e que produzem sentidos de “fazer o sonho acontecer”.

Grata, ao senhor Laudelino e à Elisabete, pela confiança e por me apoiar a cair na “estrada” em busca de “encontrar aonde nasce a fonte do ser”. À Elizangela, Rogério e Samuel, pelo cuidado sutil que me dedicam. À Eliane, a minha irmã que, com certeza, Narciso quebraria o espelho se a conhecesse. Pois é, “quem sabe isso quer dizer amor”? Ah, eu tenho certeza que sim!

“Das flores de abril” e do ano inteiro, as amigas-pesquisadoras: Ana Karoliny Teixeira da Costa, a menina que “carolineia” como ninguém pela vida; Eliana Silva, por ser toda prosa e poesia em nossas conversas intermináveis; à Alice Ane, que me emprestou livros, lanchinhos na hora do intervalo e boas discussões textuais; à Mariolinda Ferraz, pela risada alta e contagiante que aproxima. Meninas, tenho certeza de que o mundo acadêmico ficará muito bem frequentado com nossas presenças.

Obrigada Tiago Marques Luiz, o Boo, pela atenção e dedicação de todos esses anos em minha vida; à Francielly Ferraz Viana, pelos mais de dez anos de amizade (e a gente ainda se encontra no baile da terceira idade, certo?). À Aline Pimenta, pela alegria e confiança que me inspira. À Juliana Vicentini, a senhorita “Glamuor” de Piracicaba, que, de longe, esteve muito presente – aliás, ela é um presente do Mestrado. E ao “São” Francisco, amigo de recente data, mas que me parece ser de longa data. (A propósito, grata aos Congressos também por terem proporcionado esses encontros).

Agradeço à Morgana Maciel, Mara Souza e Lucilene Marcondes pelas gargalhadas de doer a barriga e pela quebra de estereótipos de nós mesmas. Sim, vocês merecem o “Troféu Divas”.

Um “muito bem observado” para a professora Rita de Cássia Pacheco Limberti pela leitura de meu trabalho, por ensinar que beleza é sentimento, por ser tão bela. Grata à

professora Grenissa Bonvino Stafuzza, pelo olhar atento – que está longe de ser um “olhar panóptico” – dedicado ao meu trabalho.

Grata às “Damas de Paus”, esse grupo da FADIR que acolheu as minhas “Damas da vida” com todo o humor. Em especial, agradeço à professora Simone Becker por não ter papas na língua e mostrar que a *palavra* não carrega a *coisa*.

Agradecida à Biblioteca Gonçalo de Muniz da Bahia. Com todo axé, um muito obrigada à senhora Leonor Halla, que tanto me auxiliou no envio de arquivos.

Enfim, “o mundo lá sempre a rodar” e tudo valeu! Valeu a estrada – que continua. Valeram as amizades feitas. Valeu tudo que ninguém viu, mas que gigantescamente marcou.

Por falar em marcos, há marcos em nossas vidas que mudam nossas trilhas e transformam "o ribeirão em braço de mar". Marcos que sinalizam para o verbo da vez: "acreditar"; que nos silenciam com um corte refinado, um puxão de orelha – com ou sem justa causa – ou uma ironia mal-humorada. Marcos que, enfim, trilham uma sonoridade de um "Decola". Marcos de generosidade e lealdade. Marcos com todo o brilho do Sol. Marcos de luz: Marcos Lúcio. Até sempre, professor!

*"De que me vale ser filho da santa?
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos n
Tanta mentira, tanta força br.
(Cálice, Chico Buarque).*

RESUMO

O trabalho, inscrito nos quadros da Análise do Discurso francesa (AD), acompanha a prostituição feminina a partir do dispositivo do *saber-poder* de Michel Foucault. Observou-se que os discursos produzidos em nossa sociedade ocidental a respeito da sexualidade e, por conseguinte, da prostituição estão vinculados a determinados campos dos saberes, principalmente, o jurídico. Isso considerando, a problemática que se põe é: como o exercício do poder é instrumentalizado, justificado e reiterado por campos de saberes? Como os discursos sobre a prostituição entram em um *regime de repetibilidade*, materializados em gêneros textuais distintos, formando uma rede interdiscursiva? Quais são as práticas que, de certo modo, determinam o devido lugar da prostituição, na ordem do discurso, este, enquanto o próprio exercício de poder? O objetivo de pesquisa, então, se instaura na reflexão do discurso médico-científico enquanto um *saber* que promove e/ou permite a construção de (efeitos de) verdades e do real no que tange à sexualidade – e, por conseguinte, à prostituição –, implicando em um incisivo exercício de *poder*. Para tanto, considera-se como *dado inicial* uma tese acadêmica de Medicina, do início do século XX, bem como enunciados que estabelecem, entre si, diversas interdiscursividades em volta da temática. Fundamenta-se o trabalho no conceito foucaultiano de *saber-poder*; nos estudos de cunho sociológico de Boaventura de Sousa Santos (2002; 2003; 2006; 2008), que permitem refletir a prostituição frente à assim-chamada *monocultura do saber*; bem como nos estudos realizados por Abreu (2007) tangentes à construção da “mulher” na sociedade ocidental; e Indursky (2011), quanto à repetibilidade discursiva. Espera-se, assim, problematizar a (ilusória) transparência da linguagem, refletir como os conceitos são históricos e implicados em uma ordem do discurso de/do poder. Deseja-se, com este trabalho, contribuir para uma compreensão de como, em nossas sociedades ocidentais, circulam os discursos sobre a prostituição.

Palavras-chave: Análise do Discurso francesa. Saber-Poder. Prostituição Feminina.

ABSTRACT

The work, enrolled in the tables of French Discourse Analysis (DA), attached to female prostitution from the device know-power Michel Foucault. It was observed that the discourses produced in our Western society about sexuality and therefore prostitution are linked to certain fields of knowledge, especially the legal. This recital, the issue that arises is: how power is exercised is instrumentalized, justified and reiterated by fields of knowledge? How discourses on prostitution come into a system repeatability, materialized in different text genres, forming a network interdiscursive? What are the practices that somehow determine the proper place of prostitution, in order of discourse, this while their own power? The research goal, then, is established in consideration of the medical-scientific discourse as a knowledge that promotes and / or building permits (effects) and the real truths regarding sexuality - and therefore prostitution - , implying an incisive exercise of power. Therefore, it is considered as the initial data of an academic thesis Medicine, the early twentieth century, as well as statements that lay between themselves and various interdiscursividades around the theme. It is based on the work Foucauldian concept of power-knowledge, in a sociological study of Boaventura de Sousa Santos (2002, 2003, 2006, 2008) reflect that allow prostitution opposite the so-called monoculture of knowledge, as well as in studies conducted by Abreu (2007) tangents to the construction of "woman" in Western society, and Indursky (2011), regarding the repeatability discursive. It is hoped, therefore, discuss the (illusory) transparency of language, reflect how the concepts are historical and implied in an order of discourse / power. Want up with this job, contribute to an understanding of how, in our Western societies, circulating discourses about prostitution.

Keywords: French Discourse Analysis. Know-Power. Female prostitution.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1 “EU NÃO QUERIA TER DE ENTRAR NESSA ORDEM ARRISCADA DO DISCURSO”	13
1.1 O encaixe das peças	15
1.2 Séculos XIX e XX: as teses discursivamente ordenadas.....	18
1.3 Ângelo de Lima Godinho Santos (1909)	20
2 DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	24
2.1 Primeiros pontilhados	24
2.2 De como o sujeito se (auto)legitima	25
2.3 A genealogia das subjetividades	28
2.3.1 Preliminares	28
2.3.2 O discurso	29
2.3.3 A <i>descontinuidade</i> e as práticas	32
2.4 A história, novamente	33
2.5 Esquentando os tambores	34
3 POSIÇÃO-SUJEITO DE NARCISO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA.....	42
3.1 Uma tese, um lugar, uma prática	42
3.1.1 A cenografia do <i>saber-poder</i> (médico)	46
3.1.2 Ao se <i>saber</i> , exerce-se o <i>poder</i>	51
3.1.2.1 O saber científico	51
3.1.2.2 Que se exerça o poder.....	53
3.1.3 Uma nota de rodapé e a ordem do discurso	62
3.2 O que não é espelho é feio!	65
3.2.1 A feiúra que quebra o espelho	71
3.2.2 O <i>Outro</i> que resiste	73
3.2.3 (Sem o perdão da palavra): das putas	85
3.2.4 Historicizando as putas	88

3.2.5 O sexo na ordem do saber jurídico	92
Palavras finais	103
Referências	106
Anexos	

APRESENTAÇÃO

Narciso acha feio o que não é espelho? Discursos sobre a prostituição talvez, então, o faria partir o espelho. No presente texto, dividido em três capítulos, apresentam-se alguns *dizeres sobre* a prática.

“Eu não queria ter de entrar nessa ordem arriscada do discurso” (FOUCAULT, 2011a), marca o “trajeto temático” realizado pela pesquisadora, nesses dois anos de curso do Mestrado. Procurou-se abordar, neste primeiro capítulo, as observações e problemáticas iniciais de pesquisa, a partir de jornais da cidade de Dourados (MS). Depois, desse primeiro contato, alargou-se um pouco mais o *corpus* e, com isso, outras problemáticas frente aos discursos que circulam na sociedade a respeito da prostituição se colocaram para pesquisa.

Foram essas materialidades que permitiram se chegar ao *corpus* de análise, propriamente dito, qual seja, uma tese acadêmica datada de 1909, apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia e intitulada **A Influencia da prostituição na sociedade actual**. Vale ressaltar que, assim como o regime de repetibilidade discursiva, o presente trabalho está marcado por uma série de retomadas e já-ditos em outros momentos da escrita.

O segundo capítulo é a Revisão Bibliográfica. O diálogo que se estabelece entre Michel Pêcheux (2009 e 2012) e Michel Foucault (1987, 1998, 2011a) traçam alguns pilares a partir dos quais a análise será calcada. É a preparação do terreno para uma espécie de arqueogenealogia da análise discursiva. A assim-chamada Nova-História, numa visão descontínua, singular, de lugar e prática, é trabalhada a partir de Paul Veyne (1998) e De Certeau (2000).

O terceiro e último capítulo, “Posição-sujeito de Narciso: uma análise discursiva”, traz a reflexão, propriamente dita, acerca da temática. Apresenta-se, em um primeiro momento, “Uma tese: um lugar, um prática”, cujo enfoque de análise está sob o crivo do dispositivo de *saber-poder* de Michel Foucault (2011b, 2011c). Ademais, a noção de *cena da enunciação*, introduzida por Dominique Maingueneau (2006), será útil para refletir o discurso sobre a prostituição inserto numa Faculdade de Medicina e submetido à Cadeira de Higiene da instituição. É o pano de fundo que recobre o dizer sobre a prostituição nesse enunciado de Santos (1909).

Soma-se a essa primeira análise, a metáfora da Linha Abissal, proposta por Santos (2003). Nesse viés, o discurso médico, assim como o discurso jurídico, materializado na tese acadêmica presta-se a exercício(s) de poder(es) de forma bastante incisiva. Isso porque, segundo Santos (2003), o conhecimento ocidental tem sido construído em cima de dois pilares

categoricos: a Ciência e o Direito. A prostituição, por fim, na mira da vontade de verdade das ciências.

Em um segundo momento do terceiro capítulo, “O que não é espelho é feio!”, compreende outros discursos – não apenas o discurso médico – que circulam na sociedade concernentes à prostituição feminina. Nesse momento do trabalho, pensa-se a prostituição discursivamente construída a partir da *mulher*. Algumas questões postas, então, gravitam em torno das construções históricas de *valor, beleza, sabedoria, virtude e verdade* (GÓRGIAS, 1980), sendo estas qualidades opostas à prostituição, conforme se lê em alguns trechos do *corpus* (SANTOS, 1909). A feiúra é destacada no corpo feminino (e não no masculino).

Nesse segmento da análise, as propostas de Boaventura de Sousa Santos (2003; 2008) também servirão de âncoras para refletir o lugar que a “prostituição” ocupa no pensamento ocidental: do feio, do ilegal, do errado, do ruim. Ao lado das misérias e marginalidades. A essa memória discursiva marginal, outros enunciados serão trabalhados na análise da temática de pesquisa.

Por fim, as considerações finais seguem no sentido de que a leitura pode ser outra. A análise do trabalho de Santos (1909), como ponto de partida, serviu para estabelecer discursividades a respeito da temática prostituição, e como as “putas” contribuem para reforçar a construção da “feiúra” dessa prática.

1 “EU NÃO QUERIA TER DE ENTRAR NESSA ORDEM ARRISCADA DO DISCURSO,”

... já dizia Foucault (2011a). Dizer sobre a prostituição, analisar discursos envolvendo a sexualidade é assumir que há uma *ordem discursiva* que não permite que se diga tudo, em qualquer circunstância e lugar. Este trabalho vai além dessa atitude de ir a busca do *quê* e do *por quê* se diz o que se diz; sobretudo, pretende-se mostrar o *como* se diz a respeito da prostituição, por exemplo, em uma tese acadêmica de medicina, do início do século passado, assim como em outros suportes, que, com aquela, formam uma rede interdiscursiva.

O que faz com que a temática prostituição apareça nesse suporte institucional e se diga sobre ela, inclusive em dias atuais, a partir do crivo da saúde pública? Quais são os efeitos de sentidos (e de verdades) que se produzem quando da inserção da prostituição no campo de um *saber* médico e científico? Como esse *saber* é imbricado nos exercícios dos *poderes*, disciplinando e vigiando o corpo-indivíduo e o corpo-coletivo?

Refinando os questionamentos: como o poder é exercido a partir da produção da verdade que confere à prostituição um lugar à margem da lei e da saúde? Quais os deslocamentos que se operam ao se justapõem gêneros textuais distintos concernentes à prostituição? E mais: quais as relações e práticas discursivas que permanecem e ecoam, através dos tempos, no que diz respeito à prostituição na sociedade ocidental?

A Análise do Discurso (AD) é o campo de estudo que desconstrói e, ao mesmo tempo, (re)constrói. A disciplina, com efeito, busca desconstruir a naturalidade de conceitos, na mesma medida em que (re)constrói sentidos posteriores. Por essa razão, ao analista do discurso cabe também a tarefa de arqueólogo, ou seja, na linha horizontal da linguagem, ele se debruçará para uma linha vertical, a fim de reconstruir os níveis até a superfície.

Por esse mirante, a AD, ao interagir com outras disciplinas, como a Linguística, a História, a Sociologia, abre caminhos para se pensar a linguagem como não transparente; mas, de modo particular, como (efeitos de) sentidos construídos sócio-historicamente. Sentidos que são produzidos por um sujeito, que, por sua vez, ocupa um lugar discursivo.

Assim, no “entremeio” da AD, levar-se-á em conta que o sujeito discursivo, ao transitar entre lugares, movimenta e desloca os sentidos. Este mesmo sujeito, inscrito social e historicamente, seja numa dimensão religiosa, seja política, seja discursiva-científico-médica, ao tomar a “prostituição” como tema do dizer, produzirá sentidos distintos.

Referidos deslocamentos, sob o prisma da História descontínua, singular, rara, são construções de conceito. O que é ser “mulher”, o que é ser “prostituta” mostra-se – ilusoriamente – evidentes. Para a AD, a linguagem é embaçada pelo processo ideológico-histórico que entra em jogo. Sabe-se que uma “prostituta” assim o é, em razão também de outros dizeres: os pré-construídos, os já-ditos, a memória discursiva que é acionada ao ouvir, ler, dizer a palavra, e que permite entender *naturalmente* o conceito. São, enfim, construções históricas, ligadas a lugares e práticas.

A prostituição, uma vez pré-construída, numa rede de memória, ao lado do ruim, do patológico e do ilegal, seria fruto dessa história da cultura ocidental que divide o mundo, muitas vezes, em zonas coloniais e metropolitanas. Esse, então, é um dos pressupostos de pesquisa. De forma que, o discurso médico, como um saber-poder, exerceria, incisivamente, a “colonização” das zonas de prostituição.

O discurso funcionando como uma prática, marcado historicamente e constituinte de sujeitos, exerceria o poder, de forma especial, nas figuras femininas da prostituição. Assim, pensar essa relação da prostituição com as mulheres e os sentidos que aí se constroem é refletir a função do discurso em sociedade.

O segundo pressuposto de pesquisa, então, confere à cultura patriarcal e, muitas vezes, misógina, a tradição de imputar à mulher um estatuto de inferioridade. A sexualidade, no particular, desde o período pré-cristão (ABREU, 2007), é o tabu que mais estigmatizou a mulher.

De forma que os objetivos de pesquisa se inscrevem na investigação de como, em nossa sociedade ocidental, as prostitutas são construídas a partir de uma memória e rede interdiscursiva; analisar o funcionamento discursivo nos campos do saber científico que tem como efeito a produção de subjetividades; refletir as formas, as significações e os efeitos produzidos pelos *saberes* enquanto exercícios de *poderes* ao que respeita à temática. Tais objetivos específicos guardam relação com o objetivo geral de pesquisa que cuida de estudar as inter-relações entre discurso, *saber*, *poder* e história no que concerne à “prostituição feminina”.

Para tanto, a tese acadêmica de Ângelo de Lima Godinho Santos (1909) será objeto de análise na presente pesquisa. Nela, a investigação se dará na relação do *saber-poder* implicada com a temática “prostituição”. Os passos metodológicos de pesquisa seguiram: levantamento bibliográfico, usando os meios tecnológicos disponíveis, a fim de mapear as referências básicas e essenciais em torno do tema “prostituição”; mapeamento das ideias principais de Michel Foucault, em relação aos discursos sobre a “sexualidade” no ocidente, e

de Boaventura de Sousa Santos (2003; 2008), a respeito do pensamento abissal; bem como, os estudos relacionados às figuras femininas, de Maria Zina Gonçalves de Abreu (2007).

A fim de não incorrer no risco de uma análise superficial, optou-se pela eleição da tese acadêmica de Ângelo de Lima Godinho Santos, apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, em 30 de outubro de 1909, intitulada: **A influencia da prostituição na sociedade actual**. A partir desse enunciado, construiu-se um corpus que permitiu refletir a respeito das “putas” em algumas construções históricas materializadas em textos de diferentes épocas. Pondera-se, no entanto, que o presente trabalho é uma das muitas leituras possíveis para a análise discursiva.

1.1 O ENCAIXE DAS PEÇAS

A construção do *corpus* de pesquisa acompanhou a desenvolvimento desta. O ponto de partida, com efeito, converge para a proposta inicial de análise do silenciamento que ocorria quanto à temática “prostituição” no jornal *O Progresso*, da cidade de Dourados (MS). Quando se observou que o referido periódico não comercializava “anúncios de acompanhantes”, em oposição a outro periódico da cidade, nomeadamente *Diário MS*, tomou-se como pressuposto de pesquisa que o silêncio talvez tivesse a ver com certo posicionamento discursivo conservador, ligado à “aristocracia” que dirige o periódico desde sua fundação, e que, portanto, produzia sentidos cabíveis de análise.

Ainda que já houvesse a suspeita de que não se encontraria classificados de acompanhantes em nenhuma edição do jornal *O Progresso*, era preciso ter certeza. Foi quando um telefonema à empresa confirmou a problemática de pesquisa que se colocava, a partir daquela observação. A resposta da atendente dizendo que “nós não trabalhamos com esse tipo de anúncio” nos fazia refletir, além do “*por quê?*”, mas, especialmente, de *como* aquele silenciamento significava.

A propósito da resposta dada pela atendente, havia em mãos, um *dado* para o ponta-pé inicial de análise. Aqui, considerou-se que “para a AD, qualquer evento de fala deveria poder ser um dado” (POSSENTI, 2009a, p. 31). Afinal, “é o que as pessoas dizem – não porque se trata de pessoas que dizem simplesmente, mas porque, para dizer, elas estão necessariamente inseridas em situações sociais – às quais poderia se chamar de posições de sujeito”. (idem, *ibidem*).

A resposta interdita da secretária do jornal, que não se atreve a dizer a palavra “prostituta” ou equivalente, marca sua filiação a uma formação discursiva e ideológica. Ela

entra, ainda que não plenamente consciente, na ordem do discurso do jornal no qual trabalha. O tabu do objeto, a “prostituição” é a palavra proibida, excluída, interdita (FOUCAULT, 2011a, p. 9).

O lugar discursivo que a atendente ocupa, com efeito, é uma materialidade na qual se apóia “para atribuir posições, a si mesmos e aos outros, imprimindo sua passagem [...], mas ao mesmo tempo deixando-os [lugares discursivos] suficientemente intactos para que outros, por sua vez, possam reconhecê-los e neles ocupar seu lugar”. (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 23).

À atendente, nessa circunstância e lugar, não caberia dizer tudo, sobre qualquer coisa. Mais ainda sobre a “prostituição” e suas variantes. De algum modo, a fórmula discursiva “prostituição” – se assim a tomarmos – foi posta em virtualidade no telefonema e, do outro lado da linha, alguém deveria tomar posição frente a esse discurso. “O locutor em situação de polêmica é levado a se apossar de um lexema que não lhe é familiar, ou a criar um com base em um esquema familiar”. (Robin *apud* KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 17). A secretária não diz a palavra proibida, mas cria outro esquema, mais suave, quase eufemístico para *dizer sobre* a prostituição.

Enunciar tanto “nós não fazemos anúncio sobre prostitutas” ou “não trabalhamos com esse *tipo* de anúncio” fazia a prostituição circular, discursivamente. Dito de outro modo, punham-se “em circulação significações múltiplas, contraditórias que remetiam à existência de uma série de enunciados parafrásticos”. (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 16).

Anunciar e enunciar sobre a prostituição, ainda que na roupagem de censura ou de interdição do jornal, é atestar que a prostituição, enquanto uma fórmula discursiva, circula: “É dizer que as pessoas falam delas, que seus lugares de surgimento se diversificam, que elas se tornam um objeto partilhado do debate”. (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 16).

A partir de então, alguns pressupostos de pesquisas foram levantados para a problemática: tratava-se de um tipo de censura? Quais eram os efeitos de sentidos que o jornal interditava? Como, afinal, esse silenciamento significava?

A essa observação e problemática, juntaram as leituras feitas dos estudos de Boaventura de Sousa Santos (2002; 2003; 2006; 2008). Este sociólogo português propõe a Linha Abissal como uma noção-conceito que trata da divisão dicotômica constitutiva da racionalidade no Ocidente. Em outros termos, a metáfora construída por Santos (2008) apontava para uma divisão radical entre extremos: o universo do Norte, do bem, do legal, do verdadeiro, do *dizível*, em oposição ao lado de lá, do Sul, do lugar ruim, do mal, do ilegal, do falso, do *indizível*.

A co-presença dos dois lados da linha é impossível, embora existam e saibam da existência do Outro. Desse modo, não há uma dialética: só resta à metrópole banir a existência, a visibilidade da colônia. Silenciá-la. No mundo governado por essa *razão indolente* (SANTOS, 2002), “tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro” (SANTOS, 2008, p. 4). Assim, em largas linhas, havia um aporte teórico para uma hipótese de pesquisa.

Com o caminhar dos estudos, outros textos que tratavam da prostituição recebiam um olhar mais atento desta pesquisadora. Foi nesse momento que a busca por matérias jornalísticas no Jornal *O Progresso* sinalizaram para um contorno mais nítido de *como* a prostituição era tratada: páginas policiais, questão de saúde pública ou sessões humorísticas do periódico. Havia, então, os lugares “privilegiados” onde a prostituição emergia. Questionar quais as condições de produção que permitem essa emergência (e circulação) dos discursos sobre a temática apontava para uma prática da própria disciplina.

Uma memória interdiscursiva se formava a respeito da prostituição. O silenciamento nos classificados do jornal perdeu força frente à marginalidade que se produzia quando da ocorrência da temática. O *corpus*, “transformado em ‘rede de memória’, se tornou uma espécie de ‘dicionário discursivo’ que integrou continuamente o efeito das aberturas, reconfigurações, mudanças de estado ao longo da análise”. (MAZIÈRE, 2007, p. 60-61).

Por fim, o acesso à tese acadêmica¹ de Ângelo de Lima Godinho Santos, apresentada à Faculdade de Medicina, no início do século XX, fez um eco retroativo concernente à uma observação feita a partir das matérias jornalísticas: a prostituição enquanto uma questão de saúde pública. **A influencia da prostituição na sociedade actual**² (SANTOS, 1909) permitiu refletir a temática de pesquisa sob o crivo do *saber-poder* de Michel Foucault (2011b). A sexualidade, esse objeto construídos por sujeitos, sócio e historicamente situados, era latente nesse enunciado que agora era basicamente o *corpus* de pesquisa.

¹ Este material foi enviado gentilmente pela Biblioteca Gonçalo Moniz - Memória da Saúde Brasileira, da Faculdade de Medicina da Bahia. De forma especial, agradeço às senhoras Sônia Celino, secretária da diretoria, e Leonor Dantas Halla, bibliotecária documentarista, pela atenção e disposição no auxílio à nossa pesquisa.

² Manter-se-á a ortografia *ipsis litteris* da tese de Santos (1909) e a dos demais trabalhos de época. Cf. Anexo 1.

1.2 SÉCULOS XIX E XX: AS TESES DISCURSIVAMENTE ORDENADAS

O contexto de produção das teses acadêmicas da metade do século XIX e início do XX possuem algumas peculiaridades. Por isso, aqui, se fará um breve apanhado de como essa produção científica e institucional se inseria em algumas ordens.

Para esse fim, o Decreto n. 1.764 de 1856, regulamentador dos Estatutos das Faculdades de Medicina da época (BRASIL, 1856), aponta alguns caminhos. Na referida legislação, há a seção que cuida da defesa das teses (art. 44 ao art. 62); e a partir do art. 99 ao art. 114, o conteúdo dos dispositivos cuida das teses propriamente ditas. As sessões de arguição e defesa das teses de doutoramento eram atos bastante solenes, com duração de não mais de cinco horas (conforme prevê o art. 113 do Estatuto).

As teses de Doutorado ou Inaugurais eram exigidas para a obtenção do título de médico. Essas produções, conforme lembra Ribeiro (1997, p. 63), visavam a dois objetivos: primeiro, a criação de uma literatura médica brasileira; e, segundo, proporcionar aos estudantes a oportunidade de demonstrarem conhecimento global, abrangendo todas as disciplinas.

A distribuição dos graus para as teses defendidas eram: Plenamente³ e de Distinção, sendo este reservado para os trabalhos excepcionais (RIBEIRO, 1997). Essa ordem institucional cumpria o disposto no art. 60 do Estatuto (BRASIL, 1856), que dizia: “Sustentadas as theses, procederão os examinadores ao julgamento, seguindo na votação o systema prescripto no Art. 40⁴”. Ao final dos trabalhos, caberá ao secretário usar “sempre de huma das seguintes formulas - Aprovado plenamente - Aprovado por tantos votos (em primeiro, ou em segundo escrutinio) - Reprovado - conforme o numero e a qualidade dos votos”.

Ainda segundo o art. 49 do Decreto, não seriam admitidas teses “cujas proposições, ou dissertações [contivessem] principios offensivos da moral e da religião, ou se [desviassem] das regras prescriptas nos Estatutos e neste Regulamento”. (BRASIL, 1856).

De modo que, a temática prostituição, escolhida por Santos (1909) para a sua tese, foi apresentada, no Prólogo, como algo “indigno de applausos”, uma espécie de desculpas.

³ Cf. Anexo 2.

⁴ “**Art. 40.** A totalidade, ou o maior numero de espheras brancas, approvão. A totalidade, ou o maior numero de espheras pretas, reprovão. O empate torna simples a approvação. / Quando todavia o alumno for approved por unanimidade de votos no primeiro escrutinio, será este repetido, e conferir-se-ha a nota de approved plenamente ao alumno que alcançar a totalidade de espheras brancas e a de approved simplesmente ao que tiver uma ou mais espheras pretas.” (BRASIL, 1856).

Analisar discurso também é analisar quais práticas que levaram a tese de Santos (1909) a ser produzida daquela maneira e não de outra. Efetivamente, essa prática de “envergonhar-se” frente a determinado tema tem outros precedentes:

É fácil rir dos psiquiatras do século XIX, que se desculpavam, com ênfase, dos horrores a que tinham que dar a palavra, evocando os “atentados aos costumes” ou as “aberrações dos sentidos genésicos”. [...]. Nesse momento os prazeres mais singulares eram solicitados a sustentar um discurso de verdade sobre si mesmos, discurso que deveria articular-se não mais àquele que fala do pecado e da salvação, da morte e da eternidade, mas ao que fala do corpo e da vida – o discurso da ciência. (FOUCAULT, 2011b, p. 73).

Em resposta à norma prescrita no art. 49, a prostituição, no Prólogo, é introduzida na função de um tema que leva a “descobrir e examinar tantas vergonhas” (SANTOS, 1909, p. 1). E o autor se justifica, dizendo que, na hipótese da eleição de outro tema para sua tese, certamente, ele contaria “com a aprovação de todos e teria plena convicção de que somente applausos coroariam o trabalho” (idem, *ibidem*).

Apesar de todas as “vergonhas”, as palavras finais do Prólogo, no entanto, mostram certo desconforto com as formalidades, ou melhor, com as condições de produção as quais as teses deveriam ser submetidas:

(1) Si a *these* não fosse o que infelizmente é entre nós, si não fosse nullo, para bem dizer, o seu valor, não só para o publico, como ainda para a maioria d’aquelles que a têm de julgar; si finalmente fossem os nossos esforços levados em consideração e si contássemos com boa vontade da parte dos nossos mestres – talvez ligando mais importância ao facto, nos esforçássemos para melhor trabalho apresentar. (SANTOS, 1909, p. 2).

Em quadro geral, o “desabafo”, em (1), escrito por Santos é resultado de uma série de fatores que contribuíram para que o encargo da feitura da tese fosse cumprido a fim de que se pudesse ter o grau de Doutor em Medicina.

Segundo os memorialistas estudados por Ribeiro (1997, p. 64), a falta de experiência dos doutorandos, assim como o seu desinteresse, impediam trabalhos originais; aliados a isso, a negligência dos professores examinadores, que não compareciam para a arguição e a excessiva benevolência na distribuição de notas máximas, desvalorizando-as, justificavam o desânimo que Santos (1909) demonstra.

1.3 ANGELO DE LIMA GODINHO SANTOS (1909)

Com efeito, pensar a noção de enunciado para uma tese de 55 páginas configura-se como uma “razão estratégica” de pesquisa em AD. Isso porque, como pontua Possenti (2009b), o termo *enunciação* pode variar de acordo com a teoria com a qual o analista de discurso se filia. Para a presente pesquisa, consideraremos a enunciação como “um ato histórico e social, portanto, não independente de outras enunciações”. (idem, p. 18).

Courtine (1999), nesse sentido, aponta para o vínculo que se mantém entre enunciado e interdiscurso, este

sabe-se, fornece, sob a forma de citação, recitação ou preconstituído, os objetos dos discursos em que a enunciação se sustenta ao mesmo tempo que organiza a identificação enunciativa (através do regramento das marcas pessoais, dos tempos, dos aspectos, das modalidades...) constitutiva da produção da formulação por um sujeito enunciator (COURTINE, 1999, p. 20).

A tese (SANTOS, 1909) contém 55 páginas e está dividida em três capítulos, precedidos pelo Prólogo. Neste, há uma espécie de apresentação do trabalho, da escolha do tema (prostituição) e um breve panorama do contexto social do qual a tese é resultado, conforme declara o autor. Desde logo, há indícios linguísticos de como o assunto é um tema indigno de elogios e aplausos, em razão de ser eivado de “tantas vergonhas” e, em coerência, um tema que se encontra ao lado das outras misérias que se justapõem ao “problema social” da prostituição: “sociedade corrupta, hypocrisia, mentira, falsidade e calúnia”. (SANTOS, 1909, p. 01).

O primeiro capítulo, denominado “Ligeiras considerações sobre a prostituição e estudo das suas principaes causas”, aponta para uma visão misógina e patriarcal (ABREU, 2007), vez que aborda apenas a prostituição feminina. As mulheres, nesse ínterim, são apresentadas como seres inferiores e, por essa razão, as prostitutas, na tese, possuem vários predicativos: “pobre mulher”, “desgraçada”, “infeliz”, “criminosa”, “mulheres sem pudor”.

O segundo capítulo intitula-se “Consequencias da existência da prostituição e estudo – critico da regulamentação”. Há, nesse compasso, a síntese do efeito dominó causado pela prostituição, como a destruição da família, do casamento e, por fim, da própria sociedade. As doenças venéreas são, para Santos (1909), a causa primeira para a destruição de referidas instituições.

A inferioridade da mulher reitera-se. A essa visão, a título de exemplo, soma-se a intertextualidade conferida pelas “descendentes de Pandora”⁵. Assim, as prostitutas seriam a encarnação de Pandora ao trazer e transmitir todos os tipos de males para os homens, quais sejam, as doenças venéreas, tal como se lê em Santos (1909, p. 23): “Essas infelizes [prostitutas] são predispostas, [...], a um grande numero de moléstias, que, sem fallar na syphilis e nas demais moléstias venéreas que tanto as perseguem, podem ser consideradas como resultado da profissão que usam”.

O último capítulo denomina-se “Medidas que se devem tomar contra a prostituição”. Existem, nesse diapasão, passos programáticos a fim de extinguir ou, ao menos diminuir, o “problema social” que consiste a prostituição. Há itens nos quais seriam ações a serem tomadas pelo governo, *i.e.*, a educação pública e a não regulamentação da prostituição. De forma iterativa, há medidas voltadas para as mulheres, ratificando-se, assim, o lugar inferior ocupado por elas, quando comparado aos homens:

c) Educal-a [mulher] melhor preparando-a para, como nós, saber lutar e sofrer os revezes da sorte, e não consideral-a como um objecto de luxo, cuja arte consiste em ser hypocrita, fingida e usar de enfeites. Por demais deficiente é (pelo menos em nosso paiz) a educação da mulher. Incute-se-lhe no espírito, desde a mais tenra idade, phantasias que, sendo consideradas innocentes, são no entanto bastante prejudiciaes. (SANTOS, 1909, p. 40)

e) Proteger o proletariado feminina, procurando desenvolver-lhe o mais possível a actividade e aproveitando-o em todas as profissões e empregos compatíveis com o seu sexo para assim evitar-lhes a miséria – causa primordial da existência da prostituição. (SANTOS, 1909, p. 41).

As páginas finais da tese são dedicadas às Proposições nas quais se apresentam sumárias assertivas a respeito da patologia humana feminina, com suas respectivas áreas de conhecimento. Em função disso, a “Anatomia descriptiva”, a “Histologia”, a “Bacteriologia”, a “Physiologia”, entre outros campos de estudos, são sequenciados a fim de se confirmar (e explicar cientificamente) os males advindos das mulheres, no que tange às doenças que lhes são possíveis.

Com esse breve panorama da These, é importante, em primeiro momento, traçarem-se alguns delineamentos a partir dos quais se poderá analisar como se dão as

⁵ Pandora: figura de mulher que protagonizou uma das versões da história da criação. Hesíodo, no final do século VIII a.C., narra a história do homem que, ao ser criado primeiramente e ter vivido feliz por um tempo, recebeu como castigo dado por Zeus, em razão do desamor deste pelos homens da Terra, a “armadilha implacável e fatal para o homem” (ABREU, 2007): Pandora. Como se não bastasse a presença da bela figura feminina, Pandora ainda carregava consigo uma caixa, onde haveria todos os males e dores que Zeus teria enviado aos homens. Certa ocasião, Pandora retira a tampa da caixa, deixando saltar dela todos os vícios que levariam os homens à ruína e ao sofrimento, simbolizando, portanto, “as graves consequências imputadas a quem se deixa seduzir pelo carisma/monstruosidade femininos”. (NUÑES *apud* ABREU, 2007, p. 64).

condições de produção desse trabalho de medicina. Por que ela foi escrita dessa maneira e não de outra; quais as relações que se imbricam para formar a teia discursiva; quais são as *práticas* que materializam o discurso acerca da prostituição nesse texto.

No curso da escrita e da pesquisa, tal como propõe Mazière (2007, p. 61), novos enunciados foram construídos, abrindo espaço para novas regiões de *corpus*. De maneira que, a análise discursiva da tese de Santos (1909) acompanha outros enunciados que com ela resgata uma memória discursiva. Por exemplo: um anúncio da Marcha das Vadias, uma piada, um dispositivo legal, entre outros textos que circulam em nossa sociedade atual, formando uma rede interdiscursiva que entra num *regime de repetibilidade* (INDURSKY, 2011) do discurso sobre a prostituição.

A essa repetibilidade discursiva, alia-se o conceito de *descontinuidade* proposto por Foucault (2011a, 1987). Com efeito, ao se tomar a História como uma série de rupturas, de lacunas, de eventos singulares, de algo que não segue uma linha cronológica precisa. Desconstroem-se, por fim, certas continuidades históricas, mas, ao mesmo tempo, certos discursos continuam (permanecem), ao longo do tempo.

Por essa razão, quando se propôs construir um *corpus* mais heterogêneo, buscou-se analisar essas continuidades e descontinuidades históricas no que tangem à temática de pesquisa. O período para tanto é de 1880, com uma revista médica que trata sobre a prostituição, até os dias atuais, com charges políticas atravessadas pelos discursos sobre as “putas”.

Jean-Jacques Courtine (2006, p. 57), a esse respeito, dirá que analisar discursos vai além de uma atitude de caracterização dos níveis linguísticos em funcionamento no texto, para o autor, deve-se também “pensar e descrever a maneira como se entrecruzam regimes de práticas e séries de enunciados; e rearticular a perspectiva do linguista e do historiador”.

De maneira que a construção do *corpus* para a pesquisa dirigiu-se nessa direção de heterogeneidade⁶. Daí a eleição de enunciados imagéticos para compor o *corpus* de pesquisa. Em outros termos, a análise dos

⁶ “O campo da análise do discurso é, então, o lugar de múltiplas tensões. Ele está dividido entre algumas maneiras de trabalhar que o arrastam para a linguística e outras que o orientam para o lado da história. Ele hesita entre o exame de *corpora* doutrinários, com suas séries regulares de enunciados, privilegiados em suas primeiras tentativas, e o exame de práticas languageiras dispersas e heterogêneas. Enquanto antes a análise do discurso se detinha na descrição dos textos, atualmente ela se volta para as práticas orais; quando ela observava preferencialmente a intertextualidade, os processos “verticais” que atravessam um conjunto de discursos para lhe dar coerência e consistência, passou a focalizar a análise sobre o fio do discurso, sobre a horizontalidade de uma sequência discursiva enunciada por um sujeito. Ela investigava as centralidades discursivas, agora, pretende apreender as margens do discurso”. (COURTINE, 2006, p. 45).

discursos estão imbricados em práticas não-verbais, em que o verbo não pode ser dissociado do corpo e do gesto, em que a expressão pela linguagem se conjuga com a expressão do rosto, em que o texto torna-se indecifrável fora do seu contexto, em que não se pode mais separar linguagem e imagem. (COURTINE, 2006, p. 57).

Linguística e História são os dois pilares que permite pensar as construções históricas e, então, analisar os (efeitos de) sentidos e de verdade que se põem a circular em determinado momento e espaço. Assim, a concepção de “história-problema” (GREGOLIN, 2005, p. 164), proposta por Foucault (1987), a partir da qual ele faz críticas a alguns elementos da História Tradicional – como a continuidade, a concepção do sujeito, a verdade do documento –, será uma das vertentes para a análise discursiva do *corpus*.

Em síntese, se mobilizará a História e sua escrita a fim de se (des)construir alguns saberes daquilo que se poderia chamar de (efeitos do) “real” (PÊCHEUX, 2012, p. 29). Ou, segundo Pêcheux, “no interior do que se apresenta como o universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...), ‘há real’, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser ‘assim’”.

2 DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 PRIMEIROS PONTILHADOS

O axioma segundo o qual “a linguagem não é transparente” é um dos legados trazidos à colação pela Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), no âmbito das ciências humanas em geral. Essa disciplina se desenvolveu na França nas décadas de 1960-70, tendo como um de seus primeiros expoentes teóricos o filósofo francês Michel Pêcheux, marco a partir do qual vários postulados do campo de estudos discursivos foram desenvolvidos.

Ainda que compreenda uma disciplina de “entremeio” (ORLANDI, 1996), visto que três são os ângulos que a formam: Linguística, Psicanálise e História, diversos deslocamentos se delinearão na história da AD (MAZIÈRE, 2007). É o sujeito assujeitado, a historicidade do enunciado e a materialidade da forma linguística que se convergem nessa relação de intersecção.

Nessa esteira, a AD constitui-se a partir de uma “Tríplice Aliança”: na Linguística, uma releitura feita pelo próprio Pêcheux de Saussure⁷; na Psicanálise, a releitura feita por Lacan de Freud; e, por fim, no materialismo histórico, Althusser que releu Marx. Esses três vértices da disciplina contribuirá para refletir, entre outras coisas, a questão do *sujeito* na linguagem. Enfim, um sujeito que se constrói ao longo da história, um sujeito assujeitado por um “processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 145).

Por essas razões, a AD, ao considerar o *sujeito*, o *enunciado* e a *historicidade*, dirá que a linguagem é relativamente autônoma: não se restringe ao seu aspecto estrutural, mas, a

⁷ Interessante tecer algumas considerações a respeito das contribuições de Saussure para a Análise do Discurso. Embora se diga, muitas vezes, que o linguista tenha excluído o *sujeito* no Curso de Linguística Geral, é razoável que se tenha cautela com essa afirmação. Primeiro: Michel Pêcheux quando se propôs a sistematizar uma disciplina que analisasse o discurso, debruçou-se sobre a Linguística Geral de Ferdinand Saussure. A partir dessa releitura, apresenta-se o segundo ponto de cautela: o próprio Pêcheux dirá que Saussure não afastou o *sujeito* quando, por exemplo, propõe a noção de *valor* da língua. Em largas linhas, Pêcheux *et al* (2007, p. 18), comenta que Saussure ao afirmar “se as palavras estivessem encarregadas de representar os conceitos dados de antemão, cada uma delas teria, de uma língua para a outra correspondentes exatos para o sentido; mas não ocorre assim”, reflete, de alguma forma, sobre o sujeito. Em outros termos, há ali uma relação de que os sentidos podem mudar a depender da posição ocupada por aquele. Mais adiante, no desenvolvimento da Análise do Discurso, o *sujeito* será um conceito ampliado e desenvolvido: ele se constituirá a partir de suas relações com a história, a ideologia, entre outros.

este, se congrega todo um processo sócio-histórico e ideológico em embate no *discurso*, bem como a posição enunciativa ocupada pelo sujeito.

Dos eventuais deslocamentos sofridos por essas coordenadas, a depender das conjunturas em que se deram, haverá (efeitos de) sentidos diversos e, por vezes, contraditórios, ainda que se esteja diante do mesmo *enunciado*. Nesse compasso, o objeto da AD, o *discurso*, entra em cena.

Desconstruir o *evidente*, o *já-lá* é um dos primados de Michel Pêcheux (2012, 2009) quando do estudo do discurso, que, “etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento”. (ORLANDI, 2012, p. 15).

De forma que, o discurso, ao ser materializado no enunciado, não poderia brotar ali no texto, como se ali fosse seu nascedouro. O discurso, pois, se faz presente no texto devido ao seu curso, seu *per-curso*, que lhe é anterior e, ao mesmo tempo, continuará a movimentar-se em outras materialidades posteriores.

Com efeito, quando se diz que a linguagem não é transparente, há que se notar que o sentido ali “presente” no enunciado mascara um “passado” que lhe é determinante. Os (efeitos de) sentidos são possíveis na medida em que se resgata a historicidade, o interdiscurso, a memória discursiva. O sentido, portanto, faz sentido porque há sentidos anteriores herdados.

2.2 DE COMO O SUJEITO SE (AUTO)LEGITIMA

A ideologia⁸, que desde o início da disciplina foi tomada como a carta coringa na relação entre sujeito e discurso, com o desenvolvimento da AD, “foi rapidamente relegada pela idéia da ‘carta roubada’” (MAZIÉRE, 2007, p. 63). Por meio da ideologia, se defendia, nos finais da década de 1960, ser possível alcançar o discurso. Essa formulação se deu principalmente graças aos trabalhos de Pêcheux, influenciado pelos ensinamentos de seu professor, Louis Althusser.

Althusser (1992, p. 93) defendia que “a ideologia interpela os indivíduos⁹ enquanto sujeitos”¹⁰. Para o autor, a ideologia tem existência material, afastando-se assim, de

⁸ Cf. Costa, 2000.

⁹ A tese de que o sujeito é assujeitado recebeu significativas críticas desde que foi proposto. Em AD, Possenti (2009b) afirma: “se os sujeitos não inventam o jogo, não significa que não joguem. Além disso, não o fazem todos ou sempre da mesma maneira; há craques e pernas-de-pau” (idem, p. 83). Em segundo lugar, argumenta Possenti (2009b): “Foucault também abandonara seu posto antigo, e visava agora a um sujeito de práticas do

um modo abstrato, espiritual ou de plano mental. A ideologia, nessa perspectiva althusseriana, *é prática*.

As práticas, inseridas na luta de classes (dominante e dominada¹¹), se realizariam via aparelhos ideológicos de Estado (igreja, escola, família, etc.); estes seriam não somente meios para fazer prevalecer a ideologia dominante, mas, sobretudo, era o próprio “lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção”. (PÊCHEUX, 2009, p. 131).

O sujeito, para a AD, embora não seja a origem de suas ideias, pensamentos e palavras, teria a ilusão de sê-lo, fenômeno este estudado por Pêcheux (2009) quando trata do “duplo esquecimento”. O sujeito teria a ilusão de que é fonte de seu pensar e de seu dizer, na medida em que esquece o *sempre-lá*, o *já-lá*, o *pré-construído*.

Para dizer, o sujeito resgata algo que fala antes, o pré-construído que corresponde “ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade (‘o mundo das coisas’) [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 151, grifos do autor). Em outros termos, o sujeito tem a ilusão de que as coisas só poderiam ser daquela forma e, em consequência, só poderia se dizer (sobre elas) de uma única maneira.

Em síntese, os sentidos dos enunciados, palavras e expressões apresentam-se como *transparentes* ou *evidentes*. Porém, eles se deslocam, se desviam, mudam de sentido a partir das posições ocupadas por aqueles que empregam referidas proposições. Isso quer dizer que, os sentidos serão atribuídos a partir das formações ideológicas (ordem do pensar) nas quais os sujeitos se inscrevem. Aquelas se materializarão, por sua vez, nas formações discursivas¹² (ordem do dizer).

cotidiano, cercado de circunstâncias que certamente não o deixam livre, mas que não o subjugam. O sistema é frouxo, digamos assim, e *obriga* a escolhas, a uma estética da existência. Estamos longe do sujeito assujeitado”. (idem, p. 87).

¹⁰ Althusser (1992, p. 93) explica a assertiva nos seguintes termos: “esta tese vem simplesmente explicitar a nossa última formulação: só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito, isto é: pela *categoria de sujeito* e de seu funcionamento”. (Grifos do autor).

¹¹ “Ao contrário de uma concepção tradicional que coloca face a face ideologia dominante e ideologia dominada, colocando-as em uma relação de exterioridade, Michel Pêcheux acentua a ‘dominação interna’ da ideologia dominante face à ideologia dominada. Uma maneira abstrata de dizer que é preciso ler *no próprio interior* do discurso da ideologia dominada, na *própria maneira como ele organiza* a dominação da ideologia dominante”. (MALDIDIER, 2003, p. 65).

¹² O conceito de “formação discursiva” foi trabalhado, pelo menos, por três autores, pela ordem: Foucault (1987), Pêcheux (2009) e Maingueneau (2006). A respeito da historicidade desse conceito, conferir: Baronas (2007).

O que é e o que deve ser uma prostituta é fruto da ideologia, é o modo de pensar que inscreve o sentido e o determina. Inscritas nessas formações ideológicas¹³, as formações discursivas serão “aquilo que, numa formação dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, [...], determina *o que pode e deve ser dito*”. (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifos do autor).

A propósito, a transitoriedade do sujeito em diferentes lugares que ele pode ocupar é um dos pontos que aproxima Michel Pêcheux e Michel Foucault.

Foucault (1987, p. 107) reitera que o sujeito é historicamente determinado. Por isso, “um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos”. O filósofo francês dispersa, desse modo, o sujeito na formação discursiva¹⁴.

Nesse diapasão, ao se trabalhar com a análise discursiva de uma tese acadêmica de Medicina que versa sobre as prostitutas e suas influências na sociedade, os (efeitos de) sentidos se reforçam a partir do interdiscurso. Por essa razão, as “mulheres sem pudor” (SANTOS, 1909, p. 9) serão um conceito já pré-construído que, ao aparecer no intradiscurso de um trabalho acadêmico, fará *sentido* em razão do *interdiscurso*. Pêcheux (2009, p. 154), nesse ínterim, lembrará que a forma-sujeito¹⁵ “tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como puro ‘já dito’ do intra-discurso”. (Grifos do autor).

Ao final da década de 1970, a AD afastou-se do crivo sob o qual o sujeito é apenas ideológico, ou seja, a herança marxista de lutas e relações de produção que incidia na formação do sujeito não era mais a ordem do dia. A ideologia, nesse momento, perde sua validade de força motriz para a disciplina.

¹³ A respeito da tese de Pêcheux acerca das formações ideológicas e discursivas nas quais o sujeito se inscreve, Costa (2000) relata a crítica que tem recebido: “Um desdobramento crítico dessa tese de Pêcheux é que a noção de ‘jogo de linguagem’ supõe, ou pode dar a entender, uma paridade entre os participantes: indivíduos face-a-face que estabelecem um contrato em que um atribui ao outro uma competência lingüística (ou comunicativa, como prefere Wittgenstein) análoga, além de legitimidade e aceitação mútua dos papéis em que estão investidos. Não se trata de negar a possibilidade de existência de uma situação empírica em que tal concepção se verifique, mas de demonstrar seu caráter ideal”. (COSTA, idem, p. 40-1).

¹⁴ Foucault (1987, p. 135-136) dirá que formação discursiva compreende: “um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; [...] ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; [...] é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade [...]”.

¹⁵ Pêcheux (2009, p. 154) explica que a forma-sujeito compreende “o ‘sujeito do discurso’ que se identifica com a formação discursiva que o constitui”. A expressão, com efeito, foi introduzida originariamente por Louis Althusser (“Resposta a John Lewis”, in *Posições I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 67): “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática que se revestir da *forma de sujeito*. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”.

A esse distanciamento de foco da AD, atinente à ideologia, congregaram-se estudos de outros pesquisadores, tais como Michel Foucault, que também contribuíram para a mudança de direção – ou, em outros termos, na consideração de outras coordenadas no processo discursivo para refletir o sujeito e o discurso. Com efeito, para Foucault, o homem não é um sujeito livre e racional, como pretendia a filosofia humanista; sobretudo, as subjetividades poderão ser refletidas numa relação de *saber*, de *poder* e de *ética*.

Pode-se, então, estabelecer um diálogo entre Michel Pêcheux e Michel Foucault sob o viés da subjetividade: o sujeito é descentralizado, vez que não tem plena consciência sobre o que pensa e sobre o que diz.

2.3 A GENEALOGIA DAS SUBJETIVIDADES

2.3.1 Preliminares

Michel Foucault, ao trabalhar com os discursos, numa relação com a Filosofia e História, abarca as subjetividades que perpassa sua obra. O conceito de genealogia foi emprestado de Nietzsche por Foucault, cujos deslocamentos e descontinuidade da narrativa história seriam postos a lume.

Ao dar preferências às descontinuidades, Michel Foucault assinala, assim, que “os historiadores positivistas estão acostumados a uma tradição que pensa a continuidade (movimento, fluxo, evolução) e se negam a entender que ela possa ser substituída pela análise das transformações diversas”. (GREGOLIN, 2005, p. 75).

Do projeto de arqueologia¹⁶ para uma genealogia: esse foi o trajeto percorrido por Foucault. Ressalte-se que não houve uma substituição de um pelo outro. Com efeito, a arqueologia foucaultiana abriu espaço para se pensar a História de forma rara, singular, em *descontinuidade*.

¹⁶ Logo no início da década de 1970, o termo arqueologia foi “abandonado” por Foucault em proveito de genealogia. De fato, conforme sintetiza Revel (2005, p. 16): “O termo ‘arqueologia’ aparece três vezes nos títulos da obra de Foucault – **Nascimento da Clínica. Uma arqueologia do olhar médico** (1963), **As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas** (1966) e **Arqueologia do Saber** (1969) – e caracteriza até o final dos anos 70 o método de pesquisa do filósofo. Uma arqueologia não é uma ‘história’ na medida em que, como se trata de construir um campo histórico, Foucault opera com diferentes dimensões (filosófica, econômica, científica, política etc.) a fim de obter as condições de emergências dos discursos de saber de uma dada época. Ao invés de estudar a história das idéias em sua evolução, ele se concentra sobre recortes históricos precisos [...], a fim de descrever não somente a maneira pela qual os diferentes saberes locais se determinam a partir da constituição de novos objetos que emergiram num certo momento, mas como eles se relacionam entre si e desenham de maneira horizontal uma configuração epistêmica coerente”.

A genealogia de produção das subjetividades, para Foucault, será três: o ser-saber, o ser-poder e o ser-si. O sujeito humanista, consciente e plenamente livre é carta fora do baralho para Foucault. De fato, o filósofo (1995, p. 262) afirma:

três domínios da genealogia são possíveis. Primeiro, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nós nos constituímos como sujeitos de saber; segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros; terceiro, uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como agentes morais.

Assim, Foucault, ainda que de forma descontínua, estudou o crivo da verdade em **Nascimento da Clínica** (1963) e **As palavras e as coisas** (1966); desenvolveu o eixo do poder em **Vigiar e Punir** (1975), e o eixo moral, em **História da Sexualidade** (1976). Três modos objetivos que perpassam a subjetividade.

A subjetividade revela-se, em Foucault, como um conceito central em sua genealogia. O desafio, dentro dessa perspectiva, estaria em uma análise que pudesse “dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isso que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que considera a constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objetos etc.”. (FOUCAULT, 1998, p. 7).

O filósofo articula as três fases “a uma reflexão sobre os discursos: pressupondo que as coisas não preexistem às práticas discursivas, Foucault entende que estas constituem e determinam os objetos”. (GREGOLIN, 2005, p. 54).

Nesse liame entre *práticas* e *objetos*, estes entendidos enquanto grandes temas passíveis de estudo (o governo, a loucura, a sexualidade, etc.), encontra-se o discurso. Com efeito, quando da análise discursiva da prostituição e, por conseguinte, da sexualidade, há de se esbarrar com as próprias *práticas* que lhe são determinantes¹⁷.

2.3.2 O Discurso

Nas palavras de Foucault (2011, p. 10), discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do

¹⁷ Veyne (1998, p. 249), em **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**, dirá que “os objetos parecem determinar nossas condutas, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos”. Em outro momento, afirma: “As coisas, os objetos não são senão correlatos das práticas” (p. 256).

qual nos queremos apoderar”. O sujeito, então, luta para exercer o poder do discurso e o discurso do poder.

O discurso, nesse passo de exercício do poder, obedeceria a uma ordem. Segundo Foucault (2011a), a produção e circulação dos discursos estão submetidas a procedimentos de exclusão, que regulam, controlam, policiam, distribuem o que é dito na sociedade. Inseto nessa ordem do discurso, Foucault (idem) ratifica que o sujeito não é livre e plenamente consciente, a ele não é permitido dizer tudo que quer em qualquer circunstância e lugar.

As práticas, nesse ínterim, seriam a própria materialidade do discurso. Paul Veyne sintetiza as contribuições trazidas por Foucault na relação entre discurso, práticas e objetos:

[...] a palavra *discurso* ocorre tão naturalmente para designar o que é dito quanto o termo prática para designar o que é praticado. [...]. Ora, essa observação prova que a zona do que é dito apresenta preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas de que os locutores não estão, de maneira nenhuma, conscientes. Se se prefere, há, sob o discurso consciente, uma gramática, determinada pelas práticas e gramáticas vizinhas, que a observação atenta do discurso revela, se consentimos em retirar os amplos drapeados que se chamam ciência, filosofia, etc. [...]. Então, vemos que o discurso não é nem semântica, nem ideologia, nem implícito. Longe de nos convidar a julgar as coisas a partir das palavras, Foucault mostra, pelo contrário, que elas nos enganam, que nos fazem acreditar na existência de coisas, de objetos naturais, governados ou Estado, enquanto essas coisas não passam de correlato das práticas correspondentes. [...]. E o discurso também não é a ideologia: seria quase o contrário; ele é o que é realmente dito, sem que os locutores o saibam: esses crêem falar de maneira livre, enquanto ignoram que dizem coisas acanhadas, limitadas por uma gramática imprópria [...]. (VEYNE, 1998, p. 252, grifo do autor).

A esse propósito, para os analistas do discurso, é a partir das práticas, enquanto determinantes da materialidade textual, que o discurso se exerce, este no sentido foucaultiano: “o poder do qual queremos nos apoderar”. (FOUCAULT, 2011). Esse discurso, ao contrário do que faz parecer, não é plenamente consciente: os sujeitos sabem o que dizem e crêem sabê-lo em sua liberdade de dizer, porém, esquecem-se de que estão implicados na ordem do discurso.

Note-se que Foucault afasta-se da ideia de plena e livre consciência do sujeito. A consciência é, dessa maneira, constituída por uma série de processos sócio-históricos, ela “não tem como função fazer-nos apreender o mundo, mas sim permitir-nos que nos dirijamos neste mundo” (VEYNE, 1998, p. 253). Em outros termos, o historiador assinala que os sujeitos, quando assumem uma conduta, necessariamente, haverá uma mentalidade correspondente, compondo a prática.

Nessa esteira, para o analista do discurso importa, de sobremaneira, analisar quais as *práticas discursivas* que compõem o saber de *como* é que se sabe que uma prostituta é uma

prostituta, e não outra “coisa”. Há, como já dito, um pré-construído, uma memória que se atualiza no tempo presente.

As prostitutas não precisam, nesse sentido, necessariamente conceber, de forma conceitual, o que elas próprias e suas práticas são: basta que o sejam. Há uma maneira de se comportar (nos lugares físicos) e portar-se (trajes), há uma contraprestação em virtude de serviços sexuais, etc.

Elas não sabem precisamente que trabalham nos perímetros da zona turbulenta da sexualidade (FOUCAULT, 2011a); que as práticas da sexualidade na sociedade ocidental são também datadas, singulares e construídas historicamente; que o próprio conceito que lhes dá existência é fruto de um processo histórico. Note-se que, embora haja esse não saber, as prostitutas são.

Ratifica-se o seguinte: quando se alega que as *práticas discursivas* são determinadas, não se está a dizer que elas têm uma gênese e, a partir desta, todo o resto veio se desenvolvendo; sobretudo, entenda-se que as práticas discursivas também estão atreladas ao conceito de descontinuidade¹⁸, sob o viés foucaultiano. O princípio da descontinuidade pode ser assim entendido:

O fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalcado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe a palavra. Não se deve imaginar, percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas e acontecimentos, um não-dito ou um impensado que se deveria, enfim, articular ou pensar. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem. (FOUCAULT, 2011a, p. 52-53).

Sobre a ideia de rarefação do discurso, em largas linhas, Michel Foucault (2011a) parte da premissa de que o discurso é controlado, é policiado, é organizado, a fim de que se realize uma rarefação do próprio discurso, ou seja, que este, com sua mão pesada, não seja tão denso e temível.

Por outro giro, conforme se verá, um acadêmico da faculdade de medicina não tem consciência livre e plena do lugar discursivo por ele ocupado e quais as práticas que determinam que ali se encontre. Em outras palavras: para que o futuro doutor em Medicina se

¹⁸ Gregolin (2005, p. 165): “A *descontinuidade* é um conceito central em Foucault. Se na História tradicional pensava-se no tema e na possibilidade de uma história **global** (cingindo todos os fenômenos em torno de um centro único), Foucault busca esboçar uma história geral que vai perguntar: a) que forma de relações podem ser descritas entre as séries de documentos? b) quais os jogos de correlação e de dominância entre as séries? c) o que é esse espaço de dispersão a partir do qual nascem os sentidos historicamente estabelecidos?”.

legítima e legítima o seu discurso que respeita à prostituição, ele o faz a partir de um conjunto de práticas discursivas que irão determinar aquela forma do texto, e não outra.

O doutor em medicina, nessa esteira, “exerce, por ‘vontade de poder’, o ofício [...]: atualiza as virtualidades de sua época histórica, que lhe traçam, em pontilhado, a prática [...]” (VEYNE, 1998, p. 254).

2.3.3 A Descontinuidade e as Práticas

Paul Veyne (1998, p. 239), quando da leitura da obra de Michel Foucault, ratificará a *raridade* do discurso, no sentido de que “os fatos humanos são raros, não estão instalados na plenitude da razão, há um vazio em torno deles para outros fatos que o nosso saber nem imagina; pois o que é poderia ser diferente”. É a descontinuidade da história que explicará as práticas historicamente datadas.

Do caráter de *raridade* dos acontecimentos históricos, “Foucault não diz: ‘de minha parte, prefiro o descontínuo, os cortes’, mas ‘Desconfiem das falsas continuidades’” (apud VEYNE, 1998, p. 269). Reconstituir a singularidade histórica é o primado desse conceito. Um mesmo objeto, dessa maneira, poderá se relacionar a uma prática, que poderá agregar elementos distintos, em outra época.

Retomando a discussão de práticas discursivas, Michel Foucault em **Arqueologia do Saber** (1987, p. 136) dirá que elas se constituem como um arcabouço “de regras anônimas, históricas, *sempre determinadas no tempo e no espaço*, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística as condições de exercício da função enunciativa” (Grifo nosso). As práticas, em consonância com essa dicção, seriam contextualizadas ou locais.

No específico da temática de nossa análise discursiva, a sexualidade e, mais precisamente, a prostituição, poderão ser matérias de qualquer outra coisa em outra sociedade, em outra época, em outra prática. Acentua Paul Veyne (1998, p. 273): “a cada momento, as práticas da humanidade são o que o todo da história as faz ser, de tal modo que, a qualquer instante, a humanidade é adequada a ela própria”. Em virtude desse “todo da história”, que o sujeito, inseridos nas práticas discursivas, pensa que as coisas são o que são e só assim poderiam sê-lo. Ele atualiza a história para o seu momento presente.

Em suma, “o que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o *fazer* em cada momento da história; enganamo-nos quando pensamos que o *fazer*, a prática, se explica a partir do que é feito”. (VEYNE, 1998, p. 257).

Os conceitos de descontinuidade e de práticas discursivas são, portanto, para os analistas de discurso, salutares. A história em descontinuidade, singular, rara, permitirá analisar as práticas, historicamente datadas, naquela sociedade, naquele momento. Dirá Veyne (1998, p. 258): “as sociedades só são o que são historicamente”.

Diante de uma materialidade textual, o analista do discurso se espreita no “entremeio” da AD. Ancorados no texto, materializado linguisticamente, o sujeito e a história determinam, através das práticas discursivas, *como* aquela materialidade produz (efeitos de) sentidos. Analisar discurso empreende a construção de sentidos do texto, e *como* aquela se articula com a história e a sociedade para produzir este.

2.4 A HISTÓRIA, NOVAMENTE

Pelo menos até a Escola dos *Annales*, a História foi tratada com uma linearidade e progressividade dos acontecimentos (como se tudo fosse encadeado), chegando a um ponto de ser impossível entrelaçar questões díspares por não se ter uma continuidade. Por essa razão, restava apenas apagá-los, como se não houvessem ocorrido.

Esse tempo, a que se convencionou chamá-lo de História Tradicional, foi marcado por uma busca pela história global, cujas continuidades seculares e ininterruptas em um sistema de relações homogêneas desembocariam em um sujeito com plena soberania de consciência. São essas linhas que Foucault apresenta na Introdução do **Arqueologia do Saber** (1987).

Em réplica a essa história tradicionalmente escrita, surgem os historiadores da Escola dos *Annales* ou Nova História. Uma história, agora, segundo Foucault (1987), de deslocamentos e transformações, de desconstrução do *documento* – que não mais guardaria a verdade – e descentralização do sujeito.

A linearidade que contornava os caminhos e estabelecia a continuidade da história não é mais o problema que se coloca aos historiadores: “o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos acontecimentos” (FOUCAULT, 1987, p. 6).

Quanto ao documento, o trabalho se voltará, na Nova História, para o seu interior e sua elaboração, não mais para a tarefa de expressar uma verdade que, supostamente, ali estivesse contida. Dizer que o documento agora é tratado enquanto singular, equivale a uma tarefa de arqueólogo, na medida em que este “o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte

em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades e descreve relações”. (FOUCAULT, 1987, p. 7).

Por fim, história tradicional contínua daria a garantia ao sujeito “de que tudo que lhe escapou poderia ser devolvido” (FOUCAULT, 1987, p. 14), possibilitando “fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo devir e de toda a prática [...] as duas faces de um mesmo sistema de pensamento” (idem, p. 15). A soberania do sujeito é questionada,

quando ficou claro que o próprio homem, interrogado sobre o que era, não podia explicar sua sexualidade e seu inconsciente, as formas sistemáticas de sua língua ou a regularidade de suas ficções, novamente o tema de uma continuidade da história foi reativado: uma história que não seria escansão, mas devir; que não seria jogo de relações, mas dinamismo interno; [...]; que não seria forma, mas esforço incessante de uma consciência em se recompor e em tentar readquirir o domínio de si própria [...]. (FOUCAULT, 1987, p. 15),

À História Nova se “filiam” dois historiadores, entre outros: Michel De Certeau e Paul Veyne, que auxiliarão refletir a história e conjugá-la com a análise discursiva da tese de Santos (1909). Nesse contexto da *raridade* dos acontecimentos históricos, enquanto singulares, De Certeau (2000) trabalha com a escrita da história imbricada pelo lugar social, a prática e a escrita. Em complemento, Veyne (1998) contribui no sentido de entender como as ideias do filósofo Foucault revolucionaram a maneira de lidar com a história.

2.5 ESQUENTANDO OS TAMBORINS

Quando se pensa a respeito da produção de sentidos, em AD, com efeito, há alguns postulados básicos a se considerar: a linguagem não é transparente, isso porque os conceitos são construções históricas que embaçam uma suposta evidência das palavras; a linguagem produz sentidos também a depender da posição ocupada pelo sujeito, sócio e historicamente constituído; os sentidos também são produzidos a partir do interdiscurso que irrompe no intradiscurso¹⁹. Observa-se o anúncio a seguir:

¹⁹ O intradiscurso equivale à linearidade do discurso, se mostra no plano *in praesentia* textual, resgatando o interdiscurso, este “presente” *in absentia*. Todo enunciado, dito de outra maneira, estaria na intersecção do vertical, do pré-construído, do interdiscurso com o eixo horizontal, do intradiscurso, da linearidade posta no discurso (e materializada em cada texto). “Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’”. (PÊCHEUX, 2009, p. 154).



Figura 1 – Anúncio “Marcha das Vadias”²⁰

A título de contextualização, a “Marcha das Vadias” foi um movimento que teve diversas manifestações, no decorrer de 2012, em várias cidades do Brasil. Ligado ao Movimento Feminista – pelo menos assim foi construído pelos meios de divulgação – a “Marcha das Vadias”, embora se diga que surgiu a partir da declaração dada pelo policial, é um movimento “feminista” de resposta à construção histórica do que é ser *mulher* e do que é ser *vadia*, na sociedade ocidental.

Nesse contexto, se houve respostas de todos os lados em virtude da orientação dada pelo policial, significa dizer que os efeitos de sentidos podem ser de diversos modos – porém, não de todos. A linguagem, se fosse uma simples etiqueta do real, do que é, não levaria a esse confronto de opiniões, essa réplica discursiva: o que o policial teria dito, dito estaria.

A produção (conflituosa) dos sentidos, nesse anúncio, dialoga com sujeitos pertencentes a distintas formações discursivas: de um lado, os machistas²¹; de outro, as feministas, que entram em confronto com o modo de pensar e dizer dos primeiros. A

²⁰ Disponível em: <http://www.ocupalvador.org/marcha-das-vadias-proximo-sabado-as-13h-na-praca-da-piedade/>. Acesso em: 17 dez. 2012.

²¹ Tanto o adjetivo “machista” quanto o “feminista”, aqui, é também uma construção histórica. Isso porque, como se trabalhará mais a frente, há toda uma tradição patriarcal que tem submetido a mulher à uma condição inferior, em relação ao homem. O que é ser “homem” e o que é ser “mulher” está implicado em um processo sócio, histórico e ideológico. Por fim, utiliza-se a palavra “machista” e “feminista” apenas por uma questão de didática, de simplificação do pertencimento a essa ou aquela formação discursiva dos dois sujeitos que entram em confronto no anúncio da Marcha das Vadias.

linguagem é essa arena de conflitos, de embate de valores, de conceitos, etc. Quebrar a naturalidade do que está na superfície da linguagem é uma das tarefas a que se propõe a AD.

No cartaz do movimento (Figura 1), o enunciado dito pelo sujeito (policia): as mulheres poderiam evitar o estupro, “se não se vestissem como vadias” coloca em tensão o conceito de “mulher”, e mais: a relação linguística e discursiva de “mulher” com “vadia” é o ponto mais turbulento.

A marca linguística “vadia”, ao ser usada por posições enunciativas distintas, sofre um deslize no sentido. O movimento das vadias faz a sua réplica, “controlando” o efeito de sentido que a “vadia” quer impor: ao mesmo tempo, que ela se apossa do mesmo, ela o difere. Isso porque “O sentido não pode definitivamente ser o mesmo se se materializa de forma diversa. Ou seja, para ir direto a um ponto crucial, a paráfrase é um instrumento de análise simplificador: ela é que controlaria o sentido, já que impõe o mesmo ao diferente”. (POSSENTI, 2009b, p. 85).

Se por um lado, há a construção da imagem da mulher na condição de vadia, de prostituta; por outro giro, a resposta que o primeiro enunciador tem é uma ressignificação do termo “vadia”. Se antes, ser vadia era ruim, era negativo. Agora, é algo positivo, de resistência. O processo discursivo é outro.

Ademais, as marcas linguísticas: “estupro/violência contra as mulheres” – reforçado pela imagem do anúncio; “vadia”; “sexualidade” sinalizam para a criação de um objeto que, segundo Michel Foucault (2011a), é onde “a grade é mais cerrada”, qual seja: a sexualidade.

Nas palavras de Foucault, o discurso a respeito da política e da sexualidade, “longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”. (FOUCAULT, 2011a, p. 9).

Observe-se, ainda dentro dessas discussões, a imagem a seguir.



Figura 2 – Programa de Dilma depende dos partidos²²

Na ocasião da publicação da *charge* “Programa de Dilma depende dos partidos” (Figura 2), o cartunista Nani recebeu por volta de 270 comentários, dos mais diversos. Essa gama de “dados” possibilitou pensar tanto o interdiscurso que atravessa a política – enquanto algo equiparável à “putaria”; bem como refletir o conceito de governamentalidade que atingia o exercício do poder, em uma de suas formas: a presidenta da República; e, por fim, havia a posição da “mulher” – historicamente construída – representada na condição de “puta”.

A seguir, alguns comentários postados na página virtual onde a *charge* causou alvoroço. Esses dados – *rentáveis*²³ –, embora não sejam institucionais, como a AD tem se debruçado sobre, funcionam como informações que direcionam a análise do discurso. Pondera Possenti (2009a): “Ora, não é porque os eventos discursivos de tipo ‘linguagem comum’ foram objeto de descrições ‘conversacionais’ ou ‘interacionais’ que eles não são discursos, que não podem ser levados em conta pela AD”.

Vejam-se alguns comentários:

- (2) Política não é uma **putaria** mesmo? É sim, caso vcs não queiram admitir. Não importa qual lado, quem é o ator em questão, política é jogo, é interesse e poder. E para resumir isso, a representação da prostituição cai muito bem sim. Afinal, prostituição não tem nada de tão ruim assim, é legal. E na maioria das vezes os acordos são muito mais claros e honestos do que na política.

Nunca tinha imaginado que uma prostituta pudesse pleitear o cargo para presidente do Brasil. Acho legal! Já que mostra mais um lado da personalidade da candidata do PT. O crupiê deste Cassino, não tem escrupulos para nada e o

²² Disponível em: <http://www.nanihumor.com/2010/07/programa-de-dilma-depende-dos-partidos.html>. Acesso em: 31 dez. 2012. Optou-se em descrevê-los *ipsis literis*.

²³ “O dado rentável é aquele que tem por função precípua confirmar as hipóteses originais da teoria [...]. Em AD, os dados rentáveis são os *corpora* privilegiados pela tradição, os discursos tipo, emitidos por instâncias institucionais. Por que rentáveis? Porque se institucionalizaram, funcionam como doutrina, são os lugares em que é fácil rechaçar teses novas, confirmar as antigas, que permitem redizer sempre os mesmo achados, enfim, são os dados com os quais os princípios funcionam claramente”. (POSSENTI, 2009a, p. 27).

jogo sujo é o forte destes cafetões que por 8 anos fortalecem com laços maternais a prostituição na política nacional.

Asqueroso, nojento, desrespeitoso, humilhante, vergonhoso, completamente desnecessário e digno de processo judicial. Digno de condenação e retratação.

Preconceito e Machismo. Não dá pra aguentar tamanha baixaria. Lamentável. Você tem esposa e filhas? Então pergunte a elas o que acharam da charge, como mulher fico bem triste, pois a mídia brasileira e agora você nos chama de prostitutas, isso é violência contra a mulher. Muitas de nós somos assassinadas por conta disso. Muito triste. Nunca mais entro no seu blog.

A charge, ao associar governante e prostituta, dá o que falar por conta daquilo que é latente. A Foucault deve-se a discussão aprofundada sobre o assunto, quando desloca seu interesse do saber para o poder. Ao introduzir, em seus estudos o conceito de “governamentalidade”, o autor procurou problematizar questões ligadas aos modos de se governar.

A governamentalidade remonta, segundo Foucault (2011c, p. 277), à Idade Média e Antiguidade greco-romana: os tratados apresentavam “conselhos ao príncipe quanto ao modo de se comportar, de exercer o poder, de ser aceito e respeitado pelos súditos”. Os resquícios dessa prática, por assim dizer, ainda são sentidos hoje, ao que parece, quando membros da população brasileira se levantam contra o chargista por este ter sugerido uma imagem de prostituta da governante Dilma. É “asqueroso, nojento, desrespeitoso...”, diz um dos comentários de (2). Significativo, porém, é perceber que alguns desses predicativos poderiam – e são, como se discutirá mais adiante – perfeitamente ser aplicados às prostitutas.

A governamentalidade, a partir do século XVI até o final do XVIII, afasta-se um pouco dessa primeira acepção. Desenvolvem-se, assim, tratados que apresentam *como* governar. Foi ao abortar a relação entre segurança, população e governo que Foucault introduziu a noção da arte de governar, indissociável da noção de população. Esta, então, é o objeto-fim de um governo. Portanto, “a constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato”. (FOUCAULT, 2011c, p. 290).

As relações de saber, poder, população, portanto, ainda que de forma oblíqua, é, transversalmente, discursivizada com a prostituição – produzindo-se, como na charge (Figura 2), efeitos de sentidos pejorativos, marginais, ruins. Enfim, sentidos que “agridem”, principalmente, as mulheres. Não há um xingamento que coloque o pai do indivíduo na posição de “puto”; da mesma forma, não se produziu uma charge cuja temática fosse o

programa de um político; e, se um homem anda com poucas roupas, dificilmente, se lhe colaria um estereótipo de “prostituto”.

É o *homem*, enquanto posição enunciativa e discursiva, que produz e reforça essas discursividades em nossa sociedade ocidental. Narciso não acharia bonita uma mulher, por não lhe ser espelho.

O anúncio e a charge (Figuras 1 e 2, respectivamente) parecem por mostrar/reforçar justamente uma das heranças da tradição patriarcal: o tabu da sexualidade que estigmatizou a mulher durante séculos (ABREU, 2007, p. 60). De maneira que à mulher não caberia qualquer liberdade sexual, por ferir essa tradição. Consequentemente, quando houver a transgressão da “regra da castidade” – seja enquanto liberdade sexual de fato, seja quanto às roupas que as mulheres vestem –, ela será tida como pervertida e “vadia”. A esse respeito, Abreu reforça: “há evidência de um claro enquadramento da mulher em duas categorias distintas: a da mulher virgem ou casta e a da mulher libertina ou perdida” (idem, *ibidem*).

Insiste-se na ideia de construção dos objetos pelos sujeitos, conforme propõe Foucault, na medida em que eles não são naturais e tenham uma existência física e real, mas são tão-somente construções históricas:

O que não poderia ser uma verdade é saber o que são “a” sexualidade e “o” poder: não porque não se poderia atingir a verdade sobre esses objetos, mas porque, já que eles não existem, não há lugar para a verdade nem para o erro [...].
A cada momento, este mundo é o que é: que suas práticas e seus objetos sejam raros, que haja vazio em volta deles, isso não quer dizer que haja, em derredor, verdades que os homens ainda não apreenderam. (VEYNE, 1998, p. 274).

A sexualidade é assim um objeto que se *diz sobre*. De diversas maneiras: desde a divisão dos quartos na família, para separar homens e mulheres, adultos e crianças; perpassando por textos jurídicos que imputam o “estupro” como uma prática delituosa; um anúncio de um movimento feminista e uma charge política, “ofendendo” a presidente. Há dizeres de todos os matizes sobre esse objeto sexualidade: os discursos sobre esta se multiplicam e circulam em diferentes esferas da sociedade.

As posições ocupadas pelos sujeitos, embora opostas, guardam uma relação de apropriação do discurso do *Outro*. Em outros termos, a mulher assume a posição enunciativa do homem quando se lê: “se ser vadia é usar a roupa que escolhemos, é exercer nossa sexualidade livremente, é problematizar a violência contra as mulheres, então, somos todas vadias. Se ser LIVRE é ser vadia, EU SOU VADIA!” (Figura 1). Note-se que, ainda que se

condicione (com a conjunção “se”) a posição que o homem (policial) submete a mulher, esta se apropria do modo de pensar e dizer do *outro* para se afirmar.

Sobre essa racionalidade ocidental, arraigada numa tradição patriarcal e em uma “ciência androcêntrica”, insurge que, muitas vezes, a mulher age e fala como um homem:

O que distingue ciência androcêntrica e a ciência ginocêntrica não é serem as ciências *só para homens ou só para mulheres*, mas a perspectiva de que cada uma delas é, respectivamente, masculina e feminina, apesar do facto de existirem e irem continuar a existir mulheres a praticar a ciência androcêntrica e homens a praticar a ciência ginocêntrica. As epistemologias feministas contribuíram de maneira impressionante para descentrar e memorizar os pressupostos patriarcais da ciência ocidental e da revolução científica e das suas consequências históricas, políticas, epistémicas e éticas. (MIGNOLO, 2004, p. 285).

Walter Mignolo (2004), abraçando a causa do “conhecimento prudente para uma vida decente”, designado por Boaventura de Sousa Santos, propõe a desnaturalização ou ressignificação de um modelo ocidental hegemônico, assentado em uma racionalidade jurídica, judaico-cristã e masculina.

De fato, Santos (2003), em seus trabalhos, tem-se desafiado a olhar “além de...”, ou seja, propõe um modo de ver (interpretar, diga-se) “para além da” dicotomia Norte e Sul, branco e negro, homem e mulher. Considerando sua *Sociologia das Ausências*, a peleja procura responder: “o que é que existe na mulher que é independente da sua relação com o homem? É possível ver o que é subalterno sem olhar a relação de subalternidade?” (idem, p. 246).

Esse pensamento masculino que domina tanto o anúncio da Marcha das Vadias (Figura 1), quanto à charge da presidenta (Figura 2), é fruto da *lógica da classificação social* (SANTOS, 2003). São as classificações de raça e sexo as suas formas mais pontuais; naturalizam-se as hierarquias. Essa lógica se “assenta em tributos que negam a intencionalidade da hierarquia social”. (idem, p. 247).

A hierarquia social entre os sexos se realiza, pelo que se vê, numa relação de dominação, sendo esta a consequência daquela, e não a causa. É como se aquele que é “superior”, segundo referida lógica, tomasse para si a obrigação ou missão em civilizar ou dominar o inferior. Nesse contexto, Santos (2003, p. 247) acentua: “de acordo com esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma de uma inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior”.

A breve análise feita do anúncio e da charge sinaliza para os pontos essenciais que se encontra no *corpus* do trabalho (SANTOS, 1909) e como o discurso entra num *regime de repetibilidade* (INDURSKY, 2011) e (des)continuidade histórica. Com a eleição de um cartaz da Marcha das Vadias para uma análise ilustrativa, desejou-se introduzir sumariamente o que se abordará no trabalho: a sexualidade, a condição da mulher na sociedade ocidental e, abarcando as duas questões anteriores: a análise discursiva das “vadias” ou “prostitutas”. Sempre considerando que os sentidos são construídos *a posteriori*.

3 POSIÇÃO-SUJEITO²⁴ DE NARCISO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

3.1 UMA TESE: UM LUGAR, UMA PRÁTICA

Lidar com o discurso, conforme já demonstrado, é lidar com práticas discursivas. Com efeito, são os discursos que movimentam, institucionalizam, hierarquizam e organizam a realidade (FOUCAULT, 1987). No mesmo passo, Jacques Guilhaumou (2009, p. 25) acentua: “o discurso não é unicamente aquele que enuncia a ação relatada, mas é também aquele que produz a ação”.

Sendo as práticas historicamente marcadas, De Certeau (2000, p. 45) lembrará que a “realidade” institucionalizada pelo discurso faz surgirem duas posições acerca do “real”: a primeira, referindo-se à prática historiográfica, compreende aquilo que o historiador “ressuscita do passado” de uma sociedade; a segunda, por sua vez, compreende a operação científica, isto é, a sociedade na qual o trabalho científico o fez surgir, os procedimentos, modos de compreensão e, finalmente, “uma prática do sentido”.

Para analisar discursivamente a tese de Santos (1909), a segunda posição sobre o “real” será útil. Nesse contexto, é a própria sociedade do início do século XX que, ao lado das práticas correntes, dará ao trabalho do acadêmico de Medicina as marcas para os efeitos de sentidos (e de verdade) que ali se construirão. Não se trata de um trabalho cuja temática – prostituição – produzirá sentidos aleatórios, porém, eles são singulares àquele lugar (institucional e discursivo) ocupado pelo sujeito.

Quando se está perante uma “Tese apresentada à Faculdade de Medicina” cujo tema de estudo é a “prostituição”, os sentidos se institucionalizam por meio do lugar, e além: “a relação científica reproduz o trabalho que assegura a certo grupo a dominação sobre os outros”. (DE CERTEAU, 2000, p. 47).

²⁴ Esse sujeito do saber de uma dada FD é “o lugar do sujeito universal próprio a uma determinada FD, a instância de onde se pode enunciar ‘todos sabem ou veem que’ para todo sujeito enunciador vindo situar-se num lugar determinado, inscrito nessa FD, por ocasião de uma formulação. Assim, é o ponto onde se ancora a estabilidade referencial dos elementos de um saber. Esse lugar, então, só é vazio na aparência: ele é preenchido de fato pelo sujeito do saber próprio a uma FD e existe na identificação pela qual os sujeitos enunciadorees vêm encontrar nela os elementos de saber (enunciados) pré-construídos de que eles se apropriam como objetos de seu discurso”. (COURTINE, 2009, p. 87-8).

O objeto de pesquisa do então concorrente a doutor em Medicina vincula-se a uma instituição de saber. O *saber* produzido nessas instituições é fruto da imposição de valores e luta de classes (do dominante e das resistências²⁵) e, sobretudo, segundo Foucault (2011a), é o *poder* que a instituição acadêmica exerce para impor valores e domínio.

O lugar científico será, portanto, um “lugar articulado sobre outros num conjunto novo, e através da sua face interna, a instauração de um saber indissociável de uma instituição social”. (DE CERTEAU, 2000, p. 69).

A prostituição, pesquisada de dentro dessa instituição médica, sob o viés de uma questão de saúde pública – visto que é um trabalho apresentado à “Cadeira de Hygiene” – revela-se como um objeto e o lugar de sua produção de sentido. Entre esses dois, há uma relação indissociável:

o lugar é, através dos procedimentos, o ato presente desta produção e a *situação* que hoje o torna possível, determinando-o; o objeto, são as condições nas quais tal ou qual sociedade deu a si mesma um sentido através de um trabalho que é também ele, determinado”. (DE CERTEAU, 2000, p. 53)

Em função disso, a Faculdade de Medicina revela-se como uma instituição de saber, com suas disciplinas que advogam em favor de seus interesses ou dos interesses de um grupo dominante. De Certeau (2000) sintetiza, a respeito desse assunto, o *saber-poder*, dizendo: “cada ‘disciplina’ mantém sua ambivalência de ser a lei de um grupo e a lei de uma pesquisa científica” (idem, p. 70).

Dessa forma, a tese de Santos (1909) foi submetida a três disciplinas²⁶, em sua banca, conforme a ata²⁷ referente à defesa (Anexo 2). Os professores-médicos²⁸ que

²⁵ A relação de forças travadas entre o que estamos chamando de discurso dominante (aqueles que se opõem à prostituição) e o discurso de resistência (a favor) trata-se de um embate em que ora um se sobrepõe ao outro, e, em outro momento, a relação se inverte. A propósito, Foucault quando pensa na relação de poder e resistência, defende que os eles existem em razão desse *outro*. Em palavras foucaultianas, “as formas e os lugares de ‘governo’ dos homens uns pelos outros são múltiplos numa sociedade: superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros”. (FOUCAULT, 1995, p. 247).

²⁶ Importa, nesse momento, delimitar o conceito de disciplina que aqui é considerado. Em Foucault, “disciplina” pode ser entendida de dois modos: enquanto relacionada à “ordem do saber” (que nada mais é do que formas discursivas que controlam a produção de novos discursos); e da “ordem do poder” (forma de singularizar os indivíduos), denominado, muitas vezes, como “regime disciplinar”. Nesta parte do trabalho, considera-se o primeiro conceito. Quanto às disciplinas, enquanto mecanismo de controle e poder, será um conceito retomado quando da análise do poder – micropoder e biopoder.

participaram da banca lecionavam Anatomia Descritiva, Clinica Oftalmologia e Medicina Legal.

A esse propósito, as disciplinas são colocadas na ordem do discurso por Foucault (2011a, p. 36), uma vez que “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”.

Ocorre, com efeito, uma ratificação da instituição enquanto produtora de um saber científico, quando se mostra, logo após a Capa da tese de Santos (1909), a listagem dos professores catedráticos, bem como dos professores doutores substitutos e suas respectivas disciplinas lecionadas.

Esse elenco dos professores, em suas respectivas Cadeiras – equivalente às disciplinas que compõem o curso – cumpre a ordem legislativa do art. 99 de Estatuto regulamentador das Faculdades de Medicina, que dispõe quanto à defesa das teses: “Reconhecidas as habilitações dos Candidatos, cada Lente Cathedratico e Substituto em exercicio apresentará, na mesma sessão da Congregação em que isto tiver lugar, pelo menos dez pontos sobre o objecto da respectiva Cadeira”. (BRASIL, 1856).

Note-se, ainda, que as disciplinas, enquanto “lei de um grupo e a lei de uma pesquisa científica” (DE CERTEAU, 2000, p. 70), cumprem um papel institucional e, ao mesmo tempo, ao comporem os campos de saberes que examinarão a tese acadêmica, novos sentidos se constroem acerca do discurso sobre a temática: a prostituição é um assunto que interessa aos campos da medicina legal e da anatomia humana, por exemplo.

Em outros termos, as condições de emergência dos discursos sobre a temática da pesquisa são pluralizadas, irradiando-se por diversos campos de discursivos – não somente relacionado ao saber da higiene – e de outras esferas sociais. É dizer que, em certo espaço-tempo, a prostituição será vista, preponderantemente, como ilícita,

²⁷ Fonte: THESES DA BAHIA. Relação das Theses defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia 1888-1934, v.1, p.105. Material enviado pela Biblioteca Gonçalo Moniz - Memória da Saúde Brasileira, da Universidade Federal da Bahia. Agradecemos, mais uma vez, pela gentileza e atenção por parte das senhoras Sônia Celino, secretária da diretoria, e Leonor Dantas Halla, bibliotecária documentarista.

²⁸ A escolha dos professores que compuseram a banca obedecia ao disposto no art. 101 do Estatuto das Faculdades de Medicina: “A Congregação nomeará em seguida huma Comissão de tres Lentes Cathedraticos e dous Substitutos para escolher, d'entre os pontos apresentados, cinco sobre cada materia, e formular os que deverião apresentar os Professores que não tiverem comparecido á sessão.” (BRASIL, 1856).

ruim, digna de extermínio (SANTOS, 1909). Em outro momento, a mesma instituição – ainda que seja cercada por aqueles mesmos *dizeres sobre* – pode sofrer uma descontinuidade, quando, em nossos dias, há uma proposta para que se regularize a profissão²⁹.

Nesse universo de sentidos, construídos a respeito da prostituição na tese de Santos (1909), ao lado das disciplinas ministradas pelos professores catedráticos e substitutos, a última parte do trabalho – Proposições – também funciona nessa perspectiva que se insere numa sistemática institucional e de *saber*. Por essa razão, mobiliza-se Foucault (2011a, p. 30), para quem

Uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isso constitui uma espécie de anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele [...] em uma disciplina [...] o que é suposto no ponto de partida, não é um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que deve ser repartida; é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados.

Essa listagem das disciplinas, apresentadas tanto no verso da Capa, quanto nas Proposições finais do trabalho, assume, ela própria, sua relação com a instituição. Há, conforme De Certeau (2000, p. 71), um *nós* que no texto “é a encenação de um contrato social ‘entre nós’. É um sujeito plural que ‘sustenta’ o discurso”.

As disciplinas, como mecanismos de legitimação e de confirmação do *saber-poder* da instituição, obedecem ao princípio da limitação do discurso, um “princípio que permite construir, mas conforme um jogo restrito”. (FOUCAULT, 2011a, p. 30).

Decorrente desse lugar, a prostituição será produzida enquanto um problema de ordem de saúde pública e social perante a sociedade. Nesse passo, “a instituição não

²⁹ A proposta de regulamentação da atividade de “profissionais do sexo” não é de hoje. Com efeito, há outros Projetos de Lei anteriores que contemplaram o assunto. Recentemente, essa proposta voltou à tona com a notícia da elaboração de um projeto do Deputado Jean Willis. Disponível em: http://psolba.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=217:jean-willis-deputado-quer-aprovar-ate-a-copa-projeto-de-lei-que-regulariza-a-prostituicao-no-brasil&catid=43:noticias&Itemid=106. Acesso em: 08 abr. 2013. Em uma abordagem discursiva, portanto, sob um viés foucaultiano de (des)continuidade, quais são as condições de produção e circulação de discursos que fazem com que, em dado momento, lá no início do século XX, a prostituição seja dita, majoritariamente, de uma maneira e, em outro momento, a partir mais ou menos do ano de 2000, ela seja discursivizada de outra forma, por exemplo, como uma questão de direitos humanos, ou um discurso sobre a liberdade sexual, ou outros dizeres. Embora, haja esse descontínuo, a força entre valores e discursos que se embatem continua, permanece. Ocorre, como dito anteriormente, a sobreposição de um discurso sobre o outro, e vice-versa.

dá apenas uma estabilidade social a uma ‘doutrina’³⁰. Ela a torna possível e, subrepticamente, a determina”. (DE CERTEAU, 2000, p. 70).

3.1.1 A cenografia do saber-poder (médico)

Para a análise discursiva do *corpus* (SANTOS, 1909), como primeiros passos, construir-se-á³¹ a *cena de enunciação* que engendra, legitima e valida o discurso médico-científico a respeito da prostituição.

Com efeito, as marcas linguísticas da Capa apontam para o campo da medicina como cenário de fundo para a leitura, construindo-se, assim, a cena de enunciação da materialidade como um todo. A Capa da tese Santos (1909), como se pode ver na Figura 3 a seguir, é, portanto, significativa:

³⁰ Segundo Foucault (2011a, p. 42), a doutrina “tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. Aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra – mais ou menos flexível – de conformidade com os discursos validados”. Urge, no entanto, mencionar a dupla sujeição realizada pela doutrina: “dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam”; em (outras) palavras de Foucault (p. 43): “a doutrina questiona os enunciados a partir dos sujeitos que falam, na medida em que a doutrina vale sempre como o sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia – pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los de todos os outros.” (idem, *ibidem*).

³¹ É essencial, entretanto, assinalar que o dispositivo de análise eleito para a leitura discursiva é apenas um dos muitos possíveis. Isso porque, em AD, não há que se falar em um único sentido construído, e sim, a depender de outras variantes (outros métodos de análise, vale dizer), que os sentidos poderão ser outros. Em outras palavras, para a AD, os sentidos a se construir poderão ser muitos, porém, não todos ou qualquer um.

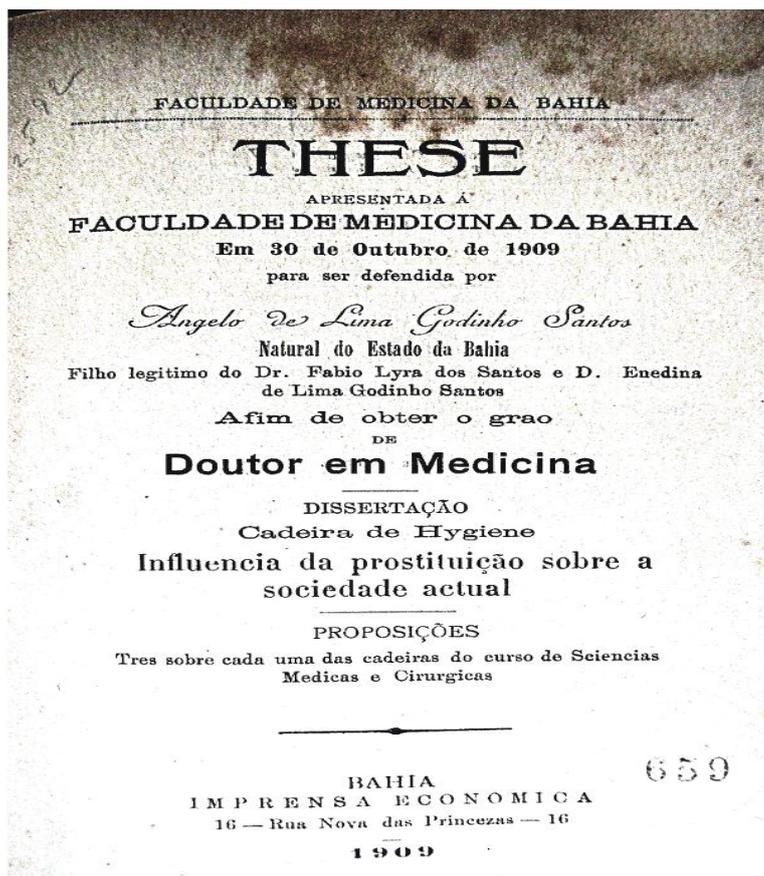


Figura 3 - Capa da tese de Santos (1909)

A cena de enunciação é, segundo Maingueneau (2006), composta por três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. São elas os elementos que permitirão amarrar o discurso com sua materialidade. As três cenas funcionam numa dinâmica da superfície para o nível mais profundo: parte do texto para o discurso.

A cena englobante é a aquela que se mostra na linha de frente. Assim, quando se recebe uma tese acadêmica da Faculdade de Medicina, de uma forma ou de outra, é possível fixar em que cena englobante o analista (ou simples leitor) deve considerar para interpretá-la (MAINGUENEAU, 2006, p. 111). Nesse primeiro momento da cenografia, pode-se determinar qual o tipo de discurso que o texto comporta: religioso, político, científico, etc.

Ainda que se mostre superficial, a cena englobante “define o estatuto dos parceiros e um certo quadro espaciotemporal” (idem, ibidem). Em função disso, a cena englobante também é determinada por relações sócio-históricas. Ela não é homogênea a toda e qualquer época e sociedade.

Ocorre, entretanto, que o tipo de discurso que se apresenta ao leitor, é materializado em algum gênero do discurso³² (ou textual) que permite o contorno dos “rituais sócio-linguageiros que definem várias cenas genéricas” (MAINGUENEAU, 2006, p. 12). Nesse compasso, a tese de Santos (1909) apresenta-se como o suporte material que abarca a textualidade e tem definida (principalmente em sua Capa, Figura 3) quais são os papéis ocupados – do acadêmico de Medicina, da instituição, em seu conjunto – e a finalidade do gênero tese acadêmica, qual seja, a veiculação de um saber científico.

Essas duas cenas definem um conjunto a partir do qual o enunciado ganha sentido. Porém, em um nível mais profundo, é na cenografia, instituída pelo próprio discurso, que haverá legitimação daquilo que é dito: ao mesmo tempo em que o discurso institui a cenografia, esta se revela como a mais pertinente para comportar aquele discurso. A respeito da cenografia,

Ela implica, desse modo, um processo de *enlaçamento paradoxal*. Desde sua emergência, a palavra supõe uma certa situação de enunciação, a qual, com efeito, é validada progressivamente por meio dessa mesma enunciação. Assim, a cenografia é, ao mesmo tempo, *origem e produto do discurso*; ela legitima um enunciado que, retroativamente, deve legitimá-la e estabelecer que essa cenografia de onde se origina a palavra é precisamente a cenografia requerida [...]. (MAINGUENEAU, 2006, p. 114, grifos do autor).

Nesse espaço, o discurso acerca da prostituição, enquanto um “problema social”, especialmente, sob o viés de saúde pública – tal como é apresentado por Santos (1909) – se legitima, na medida em que o trabalho acadêmico é uma produção científica de uma Faculdade de Medicina.

Na Capa, em especial, também a cenografia é igualmente marcada. Nesse sentido, é pertinente reafirmar que “o discurso impõe sua cenografia de algum modo desde o início” (MAINGUENEAU, 2006, p. 113). Em função disso, algumas expressões³³ contidas na Capa investem-se como os primeiros contornos da cenografia:

³² Maingueneau (2006) retoma, em linhas gerais, as implicações dos gêneros do discurso, tais como: o suporte material, as circunstâncias nas quais o gênero do discurso é produzido, os papéis que se colocam, no tempo e no espaço, a finalidade a qual o gênero se presta, etc.

³³ As marcas linguísticas são fundamentais também para formarmos a cenografia que se constrói na tese de Santos (1909), não apenas na Capa de seu trabalho, mas no texto como um todo: “flagelo”, “cancro social”, “espécie humana”, “physica” (idem, p. 6), “attestado”, “degenerescência” (idem, p. 13), “shypilis” (idem, p. 20). Com efeito, ao atrelar esse campo semântico da Medicina à prostituição, sentidos são produzidos. De forma que, à medida que se avança na leitura da tese, também assim a cenografia é construída progressivamente, desvelando o discurso da prostituição.

“Faculdade de **Medicina** da Bahia”, “Doutor em **Medicina**”, “Cadeira de **Higiene**”, “Tres sobre cada uma das cadeiras do curso de “**Sciencias Medicas e Cirurgicas**” (Grifos nossos). Tais informações estão atreladas ao título do trabalho: “Influencia da **prostituição** sobre a sociedade actual”. Os enunciados engendram a enunciação, portanto.

Note-se que o discurso da prostituição é imposto por intermédio de sua própria enunciação que, por sua vez, legitima a cenografia (MAINGUENEAU, 2006, p. 113). Nessa toada, é necessário que o discurso “faça seus leitores aceitarem o lugar que ele pretende lhes designar nessa cenografia e, de modo mais amplo, no universo de sentido do qual ele participa” (idem, *ibidem*).

Algumas considerações em torno da noção de *ethos discursivo* tornam-se pertinentes, uma vez que ela poderá ser construída inserta na cena de enunciação: “Por meio do *ethos*, o destinatário está, de fato, convocado a um lugar, inscrito na cena de enunciação que o texto implica”. (MAINGUENEAU, 1996, p. 67).

Em primeiro momento, há que se delinearem alguns traços sobre o *ethos*. Segundo Maingueneau (2006, p. 60): i) “o *ethos* é uma noção *discursiva*; ele se constitui por meio do discurso, não é uma ‘imagem’ do locutor exterior à fala”; ii) o *ethos* também se revela como um processo fundamentalmente “*interativo* de influência do outro”; por fim, iii) constitui-se como uma noção “*híbrida* (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa” determinada por uma conjuntura sócio-histórica singular. (Grifos do autor).

Nesse contexto, observa-se o *ethos* de que se investe Angelo de Lima Godinho Santos para construir sua tese acadêmica. Com efeito, quando se lê na Capa o predicado: “Filho legítimo do Dr. Fabio Lyra dos Santos e D. Enedina de Lima Godinho Santos”, sentidos são produzidos e constroem-se o *ethos* discursivo.

Não se trata de qualquer um que irá tomar a palavra e o discurso para escrever sobre a prostituição. É o “filho legítimo”³⁴ de um doutor e de uma dona.

³⁴ A questão de legitimidade dos filhos, constante na Capa (Figura 3), não é algo particular a tese de Santos (1909). Ao que parece, a ideia de “família”, na época, possuía significativa inserção em outros discursos. À instituição familiar, aliavam-se outros pontos, tais como a observância da “moral e dos bons costumes”, o respeito à “religião”. Vale recordar, nesse momento, o disposto no art. 49 do Estatuto das Faculdades de Medicina: “A Comissão revisora não admitirá theses, cujas proposições, ou dissertações

Repare-se, de maneira especial, a ordem obedecida para descrever os ascendentes de Santos: o pai, um doutor; a mãe, uma dona de casa, senhora de família que tem um filho legítimo, ou seja, não se trata de um bastardo, por exemplo, de um filho da puta, da prostituta, da vergonha, etc..

É o núcleo familiar anunciando que o lugar ocupado pelo sujeito, cujo fiador é Angelo de Lima Godinho Santos, é “de direito”: ele tem “autoridade”, se assim é possível dizer, para apontar os males da sociedade, ou em suas palavras, a “sua degenerescência”. (SANTOS, 1909). Vale lembrar, no entanto, que “a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso não pode ser concebida como um estatuto, mas como ‘uma voz’, associada a um ‘corpo enunciante’ historicamente especificado”. (MAINGUENEAU, 2006, p. 61).

Esse lugar “de direito”, de família, em (3), na condição de valor a ser buscado pela sociedade, pode ser observado em algumas passagens da tese; note-se como o lugar enunciativo é atrelado ao âmbito familiar e também a questões da moral e bons costumes:

- (3) A família, essa instituição poderosa, que para bem dizer, constitue a base, o alicerce, o sustentáculo indispensável de todas as sociedades bem organizadas – desprestigiada, está prestes a desaparecer asphyxiada pela compressão da lei moral. (p. 17).

E’ a prostituição ainda que absorve do ambulo sagrado do lar o que há de mais verdadeiro no santuário da família – os deveres moraes – e que desorganiza a sociedade, estabelecendo a desigualdade dos direitos do sexo. (p. 24).

A partir desse *ethos* discursivo, a cenografia se engendra com ele e com o próprio discurso sobre a prostituição. É o “filho legítimo” que, por meio de sua escrita acadêmica, “se dá uma identidade que está de acordo com o mundo que ele supostamente faz surgir [...]. As ‘idéias’ suscitam a adesão do leitor por meio de uma *maneira de ser* que é também uma *maneira de dizer*”. (MAINGUENEAU, 2006, p. 70, grifos do autor).

Em função dessa cena de enunciação, bem como o *ethos* que se constrói sobre o autor da tese, a prostituição é, em síntese, concluída como “o nosso maior e

mais terrível inimigo, o berço de todas as desgraças que nos flagellam, a causa da nossa degenerescência *physica e moral*”. (SANTOS, 1909, p. 14).

Arrisque-se, dessa maneira, a dizer que os professores que compuseram a banca de defesa da tese de Santos (1909), leitores imediatos, tomados “pela leitura em um *ethos* envolvente e invisível”, partilharam o mundo configurado pela enunciação. (MAINGUENEAU, 2006, p. 70). O discurso científico, médico e institucional que versa sobre a prostituição é coerente e *plenamente* aprovado uma vez que “leva o destinatário a identificar-se com o movimento de um corpo³⁵, por mais esquemático que seja, investido de valores historicamente especificados”. (idem, *ibidem*).

3.1.2 Ao se *saber*, exerce-se o *poder*

A Capa da tese de Santos (1909), como foi visto, direciona, mediante as marcas linguísticas, a leitura da temática “prostituição” – ou mais precisamente: a sexualidade – para o campo do *saber* médico. Como defendeu Foucault (2011b), sabe-se que os *saberes* estão estritamente vinculados ao exercício do *poder*. Por essa razão, quando Santos (1909) argumenta, que a prostituição é um “cancro³⁶ social” e é categórico em ser contra a legalidade da prática, ele materializa exercícios de poderes. Os *saberes* médico e legal funcionam como a *longa manus* dos *poderes*.

3.1.2.1 O Saber Científico

³⁵ Esse termo “corpo” relaciona-se à noção de “incorporação” (MAINGUENEAU, 2006). Para o professor, o último termo consiste na “maneira pela qual o destinatário em posição de intérprete – ouvinte ou leitor – se apropria desse *ethos*” (idem, p. 62). A incorporação se dá a partir de três registros: “a) a enunciação da obra [ou tese acadêmica] confere uma ‘corporalidade’ ao fiador, ela lhe *dá corpo*; b) o destinatário *incorpora*, assimila um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de relacionar-se com o mundo habitando seu próprio corpo; c) essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um *corpo*, da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso”. (idem, 62-3).

³⁶ “**CANCRO.** Molestia chronica, que principia sob a fôrma de tumor, verruga ou chapa, que augmenta gradualmente, quasi nunca retrocede, apresenta uma tendencia manifesta para a ulceração, invade todos os tecidos sem distincção, póde reproduzir-se. que emfim, deteriora a saude geral”. (CHERNOVIZ, 1890, p. 426).

Foucault (1969, p. 206-7), a propósito, entende deste modo o *saber*:

- a) aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não *status* científico;
- b) o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso;
- c) um campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam;
- d) possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso.

Boaventura de Sousa Santos (2008), por seu turno, aponta dois campos de saberes sobre os quais o conhecimento moderno ocidental está assentado: a ciência e o direito. De acordo com o sociólogo, estas duas formas de epistemologia “dão-nos conta das duas principais linhas abissais globais dos tempos modernos, as quais, embora distintas e operando de forma diferenciada, são mutuamente interdependentes”. (idem, p. 5).

Boaventura Santos (2008) afirma que, no campo do conhecimento moderno, a ciência é o lugar privilegiado onde há o monopólio dos dizeres sobre o falso e o verdadeiro, de forma que “o carácter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não-científicas de verdade” (idem, p. 5).

O saber científico, ao se avocar como o campo “senhor da verdade”, precisaria, para legitimar seu dizer, abafar, silenciar, resignificar, outros dizeres que estariam do outro lado. A propósito, “do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjectivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objectos ou matéria-prima para a inquirição científica”. (SANTOS, 2008, p. 5).

Referidos conhecimentos que estão fora do campo científico “desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso”. (SANTOS, 2008, p. 5).

A ciência ou, no particular, a medicina é justamente o pilar sobre o qual se sustenta a tese de Santos (1909) e a produção do conhecimento no que concerne à

“influencia da prostituição na sociedade actual”. Não se trata de conhecimento empírico, ou de alguma credence popular. As Proposições, ao final do trabalho acadêmico, estão lá para demonstrar o embasamento científico-médico de todas as patologias que as mulheres prostitutas estão sujeitas e que também podem transmitir. Veja-se um exemplo dessas Proposições:

(4) *Anatomia e physiologia pathologicas*

- I. Entende-se por hematoma vulvo-vaginal um derramamento sanguineo infiltrado ou collectado no tecido cellullar da vulva e da vagina.
- II. O volume d’este tumor é muito variável, e o seu conteúdo é constituído por coágulos ennegrecidos mais ou menos alterados.
- III. Não é raro observar-se este tumor nas prostitutas, devido ao excesso das relações sexuaes. (SANTOS, 1909, p. 46).

O *saber-poder* a respeito da sexualidade (e, conseqüentemente, da prostituição) ratifica-se com o conhecimento científico. É no interior de cada disciplina que “se reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber³⁷” (FOUCAULT, 2001a, p. 33). As disciplinas que justificam as conseqüências patológicas, em (4), por exemplo, são apresentadas por uma proposição: “deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, [...], ‘no verdadeiro’”. (idem, p. 33-34).

3.1.2.2 *Que se exerça o poder!*

Ao se vincular a essa instituição de saber e à Cadeira de Higiene, a tese de Santos (1909) organiza o discurso, enquanto exercício de poder. Os *saberes* constantes na tese de Medicina (veiculados por um sujeito, pertencente a um lugar discursivo e fruto de uma produção científica) acerca da prostituição circunscrevem a temática em

³⁷ “Em outras palavras, os saberes de que trata Foucault são de natureza diferente daqueles de que trata, por exemplo, De Certeau [...], que fundamentam (ou resultam de) *modos de fazer* diversos dos que decorrem dos saberes tais como define Foucault. Um exemplo: uma técnica cirúrgica (prática ligada a saberes) não é da mesma natureza que outras habilidades que impressionam a qualquer um, como a de um pescador que sabe exatamente quando puxa o anzol para fisgar um lambari (‘prática’ não ligada a saberes). Outro exemplo: as previsões de tempo que se fazem nos institutos meteorológicos são de natureza completamente diferente das que se fazem pela observação do movimento das formigas e de outros animais, e mesmo do fato de que chove no dia de S. José, mesmo que aquelas falhem e estas sejam precisas.” (POSSENTI, 2009b, p. 172).

uma forma de controle e de poder que vai desde uma questão menor e cotidiana, como a vida em família, até um alcance maior, coletivo, que engloba a população ou a sociedade. São os micropoderes, em escala menor, até o poder global, por Foucault denominado, de *biopoder*.

Foucault (2011b), efetivamente, ao trabalhar com o ser-saber e ser-poder em sua genealogia das subjetividades, tratará de dois tipos de poderes que se empenham junto ao sujeito: o poder disciplinar³⁸ e o biopoder. Aquele, desenvolvido a partir do século XVII, refere-se ao poder sobre os corpos humanos, enquanto uma máquina: no seu “adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos”. (idem, p. 151).

O biopoder seria, por sua vez, aquele centrado no corpo-espécie, na coletividade, na sociedade enquanto uma massa, um conjunto. É uma “bio-política da população” (FOUCAULT, 2011b, p. 152), que se formou por meados do século XVIII, e tratou de cuidar dos processos biológicos globais, tais como: “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar”. (idem, ibidem).

Entretanto, Foucault (2011b) faz uma série de considerações ao que tange o conceito de *poder*, na tentativa de evitar equívocos. Para ele, o poder não se restringe ao Estado, ao rei monárquico, ou a uma autoridade que dele se apossaria e o deteria.

O poder é, salienta o autor, onipresente, “não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2011b, p. 103). Poder se exerce. Sendo assim, ele “não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar” (idem, ibidem); as relações por ele postas em embate, não lhe são exteriores, mas dele “lhes são imanentes” (idem, p. 104). Por fim, o poder vem de baixo para cima, afastando-se assim a ideia de um poder maior de onde originaria e para onde todos os micropoderes se convergiriam.

³⁸ Neste momento do trabalho, por “disciplina”, numa linha foucaultiana, compreende-se o “regime disciplinar”. Este “caracteriza-se por um certo número de técnicas de coerção que exercem um esquadramento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos e que atingem particularmente as atitudes, os gestos, os corpos: ‘Técnicas de individualização do poder. Como vigiar alguém, como controlar sua conduta, seu comportamento, suas atitudes, como intensificar sua performance, multiplicar suas capacidades, como colocá-lo no lugar onde ele será útil’”. (REVEL, 2005, p. 35).

Em outras palavras, Foucault (2011c) pluraliza o exercício do poder: “existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e elas não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso”. (idem, p. 179).

Quanto à sexualidade, a título de exemplo, o poder se exerce, numa primeira instância, na família. O cuidado que se efetivou nos colégios do século XVIII, como lembra Foucault (2011b, p. 34) quanto ao espaço da sala, a forma das mesas, a distribuição dos dormitórios (com ou sem cortina), os regulamentos no que respeita à vigilância do recolhimento e do sono, etc., confere o *dizer sobre* a sexualidade das crianças de uma maneira mais prolixa.

A sexualidade, segundo Foucault (2011b), tornou-se o assunto do dia. Não bastava dizer sobre ela, mas sim, haveria todo um conjunto de práticas que diriam sobre ela. Práticas que separavam os quartos dos filhos e das filhas; práticas que diziam que as camisolas de dormir deveriam ser costuradas de forma a impedir às crianças de se masturbarem. Enfim, tudo era *sobre e para* o sexo. De maneira, que se lê:

Para que o proletariado fosse dotado de um corpo e de uma sexualidade, para que sua saúde, seu sexo e sua reprodução constituíssem problema, foram necessários conflitos (especialmente com respeito ao espaço urbano: coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, como a cólera de 1832 ou, ainda, a **prostituição** e as doenças venéreas); foram necessárias urgências de natureza econômica [...]; foi necessária, enfim, a instauração de toda uma tecnologia de controle que permitia manter sob vigilância esse corpo e essa sexualidade que finalmente se reconhecia neles (a escola, a política habitacional, a **higiene pública** [...]). (FOUCAULT, 2011b, p. 135. Grifos nossos).

Com o desenvolvimento da indústria, do capitalismo, as práticas de *cuidado de si*³⁹, que eram restritas às classes de sangue nobre, foram estendidas ao proletariado. Assim, “as condições de vida imposta ao proletariado, sobretudo na primeira metade do século XIX, mostram que se estava longe de tomar em consideração o seu corpo e o seu sexo: pouco importava que essa gente vivesse ou morresse” (FOUCAULT, 2011b, p. 135). Essa situação só mudou quando a falta de política pública começou a afetar a vida

³⁹ A mudança que se operou do *cuidado de si* da classe proletária mantém vínculo com a preocupação surgida com a sociedade (o coletivo, a população), conforme Foucault (2011b). Em outros termos, a partir do século XVIII, a classe burguesa “se atribuiu um corpo para ser cuidado, protegido, cultivado, preservado de todos os perigos e de todos os contatos”, engendrando-se, assim, “uma tecnologia do sexo”. (FOUCAULT, 2011b, p. 135).

da burguesia e, conseqüentemente, a produtividade econômica, comprometendo a hegemonia burguesa.

Repare-se o trecho em Santos (1909):

- (5) A miseria age ainda indirectamente de um modo também efficaz, obrigando o proletariado a viver na mais repugnante promiscuidade. Não só pae, mãe e filhos habitam o mesmo quarto, mais ainda ahi dormem e muitas vezes no mesmo leito e os sentimentos do pudor assim vão desaparecendo. Os filhos testemunham as relações sexuaes dos paes, executadas ás mais das vezes sob o aspecto mais bestial, sendo-lhes despertado deste modo, muitas vezes antes de tempo, o instincto sexual. (SANTOS, 1909, p. 9).

O *cuidado de si*, antes restrito à nobreza, agora alcança o proletariado, e busca, em Santos (1909), reparar os efeitos da miséria que “obriga o proletariado a viver na mais repugnante promiscuidade”.

O poder que se exerce no que respeita à sexualidade, em primeira instância, provém da família. O *cuidado de si* reflete, por exemplo, na distribuição dos quartos (com ou sem cortina) em uma casa. Por isso, a crítica feita por Santos (1909): “Não só pae, mãe e filhos habitam o mesmo quarto, mais ainda ahi dormem e muitas vezes no mesmo leito e os sentimentos do pudor assim vão desaparecendo” revela o quanto à sexualidade era dita de forma mais prolixa.

Essa preocupação de Santos (1909) quanto à distribuição de quartos, em (5), é determinada por uma série de práticas anteriores. Isso porque, como lembra Foucault (2011b), no século XVIII, os colégios da época obedeciam à determinada arquitetura. O espaço da sala, a forma das mesas, a distribuição dos dormitórios, os regulamentos no que respeita a vigilância do recolhimento e do sono, etc., conferia o *dizer sobre* a sexualidade das crianças de outra maneira.

O exercício do poder frente à sexualidade, no âmbito familiar, a partir dessas práticas, demonstrava o cuidado do corpo. O corpo passou a ser controlado e vigiado, há, então, “uma objetivação da sexualidade com uma perseguição dos corpos” (FOUCAULT, 2011c, p. 146). O “instincto sexual” das crianças⁴⁰ não poderia ser despertado. Os filhos, enfim, não poderiam testemunhar “as relações sexuaes dos paes,

⁴⁰ “A sexualização da criança foi feita sob a forma de uma campanha de saúde da raça (a sexualidade precoce foi apresentada, desde o século XVIII até o fim do século XIX, como ameaça epidêmica que corre o risco de comprometer não somente a saúde futura dos adultos, mas o futuro da sociedade e de toda a espécie)”. (FOUCAULT, 2011b, p. 159-160).

executadas as mais das vezes sob o aspecto mais bestial, sendo-lhes despertado deste modo, muitas vezes antes de tempo, o instinto sexual”. (SANTOS, 1909, p. 9).

A partir dessas práticas, desenha-se o fundo histórico que permitiu que essa dissertação (SANTOS, 1909) fosse sustentada por um discurso que materializa um dispositivo voltado para atender aos interesses da sociedade ocidental capitalista. A dominação da classe burguesa também dependia do proletariado, vez que “não era apenas uma questão de economia ou de ideologia, era também uma questão ‘física’”. (FOUCAULT, 2011b, p. 137).

Em função disso, na tese de Santos (1909), a prostituição deveria ser combatida, por ir de encontro com a saúde e cuidado do corpo do proletariado, este enquanto força braçal da economia. Em outras palavras, Santos (1909) advoga no sentido de que a prostituição é o “apocalipse” da sociedade, por destruir a família: “essa instituição poderosa [...] está prestes a desaparecer asphyxiada pela compressão da lei moral”(p. 17); por desestimular o casamento: “O casamento para elles [moços] é uma cousa sem importância, desnecessaria e sem valor” (p. 17); e por levar os habitantes ao hospital: “penetremos no sacrosanto ambito dos lares, no hospitaes, nas casas de saúde – que, horrorizados e revoltados, havemos de reconhecer a necessidade imprescindível de exterminar-a, de fazel-a desaparecer” (p. 18).

Em síntese, a materialidade configura-se como um dispositivo voltado para atender aos interesses da sociedade ocidental capitalista. Segundo Foucault,

Testemunhos disto são as obras publicadas em número tão grande, no fim do século XVIII, sobre a higiene do corpo, a arte da longevidade, os métodos para ter filhos de boa saúde e mantê-los em vida durante o maior tempo possível, os processos para melhorar a descendência humana; eles atestam, portanto, a correlação entre essa preocupação com o corpo e o sexo e um certo ‘racismo’. Mas este é bem diferente do manifestado pela nobreza, ordenado em função de fins essencialmente conservadores. Trata-se de um racismo dinâmico, de um racismo da expansão, embora só encontrado ainda em um estado embrionário e tendo tido que esperar até a segunda metade do século XIX para dar os frutos que acabamos provando. (FOUCAULT, 2011b, p. 137).

Logo, a partir de práticas menores (na família, por exemplo), a sexualidade tornou-se elemento que insurgia tanto no corpo-indivíduo, quanto no corpo-coletividade. De micropoderes para os macropoderes, do poder disciplinar para o biopoder.

O biopoder, em sua função de exercer a vigilância e controle do corpo (indivíduo e população), em Santos (1909) é visível quando o autor trata da “syphilis”:

- (6) Quantas criancinhas inutilizadas – portadoras de uma miserável constituição!!! Quantos abortos exclusivamente devidos á acção perniciosa da syphilis!!!

Como acabamos de ver – a syphilis – esse terrível flagelo, que tanto nos horroriza e tantos males nos causa, é um dos muitos inimigos que a prostituição nos fornece.

Não penseis, porém, que são somente estas as desgraças occasionadas pela syphilis – ella dá logar ainda á manifestação de outras, mais prejudiciaes talvez, relativamente ao nosso moral, degenerando-o, pevertendo-o e viciando-o. (SANTOS, 1909, p. 20).

A prostituição é discursivizada, portanto, na tese de Santos (1909), na condição de causadora da “syphilis – esse terrível flagelo” da sociedade. Como se não bastasse a sífilis, há outras “outras desgraças, mais prejudiciaes talvez” que degenera, perverte e vicia a moral.

Em torno da junção entre a prostituição – e sexualidade – e o corpo, há a preocupação com a vida, conforme se lê em (6). Os corpos das “criancinhas inutilizadas”, os abortos causados pela sífilis tornaram-se preocupantes, por ser um atentado contra a saúde e vitalidade do corpo-espécie. Ou seja, “os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada”. (FOUCAULT, 2011b, p. 161).

De maneira que, se a “syphilis” mata, ela será rechaçada e combatida por todos os meios possíveis. E se é a prostituição que “fornece” esse “inimigo” da sociedade, ela também deve ser combatida: “combatel-a como a um inimigo terrível – para que ella se não desapareça de vez, pelo menos diminua progressivamente sua intensidade”. (SANTOS, 1909, p. 36).

A vida é a menina dos olhos no Olho do Poder: “De modo geral, na junção entre o ‘corpo’ e a ‘população’, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte”. (FOUCAULT, 2011b, p. 160).

É importante destacar que o poder disciplinar e o biopoder estão entrelaçados. Por exemplo, como afirma Foucault (1999, p. 300-302): “a Medicina, portanto, possui tanto efeitos disciplinares como efeitos regulamentadores”, porquanto investe no corpo-indivíduo e no corpo-coletivo. Observam-se esses dois poderes, nos seguintes trechos da tese de Santos (1909), constantes, principalmente, no capítulo III, que versa sobre as medidas a serem tomadas contra a prostituição:

(7) *b)* Proteger a honra e a dignidade da mulher punindo com o rigor necessário os attentados ao seu pudor (p. 40);

i) Compete-lhes ainda crear asylos de educação para as raparigas desvalidas – para que assim afastadas do vicio e das companhias más possam viver felizes e honestas; collegios de regeneração para os que hajam cahido em falta e não reincidirem para que não procurem na prostituição o remédio para o seu crime; asylos de retiro para as meretrizes arrependidas (p. 42-3).

A proteção do corpo da mulher, “punindo com o rigor necessário os attentados ao seu pudor”, é o controle, em roupagem de “proteção da honra e dignidade”, em (7), sendo exercido. Essa “medida protetiva” da mulher avançou nos dois últimos séculos: “A medicalização minuciosa dos corpos das mulheres, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade”. (FOUCAULT, 2011b, p. 160).

Esta preocupação com a “histerização das mulheres”, incumbindo-as com a tarefa de cuidar da saúde dos filhos, da família, implicaria na saúde do corpo-coletivo, da sociedade. Em função dessas práticas, a criação de asilos a fim de que as “raparigas desvalidas” ficassem “afastadas do vício e das companhias más”, podendo, por fim, “viver felizes e honestas”.

O poder disciplinar se investe sobre os corpos singulares, para discipliná-los em consonância com os interesses da classe dominante e da instituição à qual a tese se vincula.



Figura 4 - História em Quadrinho (HQ)⁴¹

A história em quadrinho (HQ), Figura 4, é ilustrativa para refletir a construção histórica da relação entre prostituição, poder disciplinar e biopoder. Através do “sexo pago” à prostituição e à vulnerabilidade para se contrair doenças. Por outro giro, o uso da camisinha é um mecanismo para proteger o corpo-indivíduo contra essas moléstias sexualmente transmissíveis e, em consequência, a vida da população⁴² enquanto corpo-coletividade. Em outros termos, o discurso científico diz sobre as doenças que as prostitutas transmitem e, ao mesmo tempo, dá os meios para preveni-las.

Frise-se que não há que se falar em substituição de poderes, como se o disciplinar se transmudasse em biopoder, no decorrer da analítica⁴³ foucaultiana. Por

⁴¹ Esta é a Capa da HQ "Pagando por Sexo", de Chester Brown, lançada no Brasil pela editora Martins Fontes. Disponível em: <<http://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2012/08/10/bruna-surfistinha-comenta-pagando-por-sexo-e-decreta-hq-deveria-se-tornar-leitura-obrigatoria-em-todos-os-prostibulos.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2012.

⁴² “Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o surgimento da ‘população’, como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes que dispõe. Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um ‘povo’, porém, com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, forma de alimentação e de *habitat*.” (FOUCAULT, 2011b, p. 31).

⁴³ A analítica do poder, na obra de Foucault, acontece, uma vez que não há que se falar em uma teoria do poder, elaborada pelo filósofo. Até porque, como já dito, Foucault debruça-se no estudo do sujeito, e não do poder – embora, este critério objetivo perpassa a subjetividade. Em 1983, Foucault (*apud* POGREBINSCHI, 2004) delimita: “Será preciso uma teoria do poder? Uma vez que uma teoria assume uma objetivação prévia, ela não pode ser firmada como uma base para um trabalho analítico. Porém, este

essa razão, de uma forma ou de outra, os dois poderes se imbricam, tornando-se um conseqüente do outro e vice-versa. Quanto ao biopoder, a regulamentação do coletivo tem como escopo assegurar e garantir a vida, para prevenir e evitar a morte (FOUCAULT, 1999).

Na mesma esteira, a seguir, retirados do **Folheto da Revista Médica Brasileira** (REGO, 1845), apresentam-se alguns trechos que, ao se pensar em medidas governamentais e médicas no corpo-indivíduo da prostituta, assegura-se a vida do corpo-população das mesmas. Percebeu-se que era mais rentável vigiar a punir:

- (8) 1º) que todas as prostitutas sejam submetidas á vigilancia das authorities encarregadas de velar no cumprimento das Leis relativas á saude publica e policia medica. [...]. 5º) que se nomeem commissoes medicas e cirurgicas, ás quaes o governo arbitrara um honorario proporcionado ao trabalho, sendo essas commissões encarregadas de fazer huma ou duas visitas por semanas ás prostitutas a fim de certificar-se de seo estado de saude [...]; 6º) que quando os Medicos encontrarem algumas meretrizes doentes e estas se não possam curar em suas casas por falta de meios, as fação recolher aos hospitaes de caridade para se tratarem donde, quando sahirem, se dirigirão immediatamente é casa de hum dos membros da comissão de inspecção, a fim de reconhecer, si estão de todo boas [...]. (REGO, 1845, p. 13-4).

No momento em que a sociedade ocidental despertou-se para o fato de que era mais rentável vigiar a punir, houve um novo tipo de exercício do poder: um poder *no* corpo social, e não *sobre* o corpo social (FOUCAULT, 2011c, p. 131). De maneira, que os exercícios de poderes se encontravam no nível das prostitutas, enquanto indivíduos. O poder era direcionado para os seus corpos, se inseria em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana. (idem, ibidem).

As práticas de vigilância e controle às quais as prostitutas deveriam ser submetidas, segundo o excerto (8), foram frutos da “medicina urbana” (FOUCAULT, 2011c). Efetivamente, na medicina urbana⁴⁴, “o poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o

trabalho analítico não pode proceder sem uma conceituação dos problemas tratados, conceituação esta que implica um pensamento crítico – uma verificação constante”.

⁴⁴ Para o filósofo, essa medicina urbana difere da medicina da Idade Média. Nessa época, “o mecanismo da exclusão era o mecanismo da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros” (FOUCAULT, 2011c, p. 88).

estado de saúde de cada um” (FOUCAULT, 2011c, p. 89). O olho do poder estaria bem aberto para inspecionar, vigiar e controlar os corpos das prostitutas.

A medicina segue, a partir da segunda metade do século XVIII, não mais o caminho “da exclusão do leproso, mas o internamento, não mais o agrupamento no exterior da cidade, mas, ao contrário, a análise minuciosa da cidade, a análise individualizante, o registro permanente”. (FOUCAULT, 2011c, p. 89).

Por fim, todas essas práticas as quais se vinculam ao discurso sobre a prostituição na tese de Santos (1909), bem como na revista médica de Rego (1845), (8), são determinadas pela sociedade da época, historicamente datada, e igualmente são possíveis pela instituição que produz esse *saber*, exercendo, um *poder*.

O sujeito, nesse cenário, age como se essas medidas fossem *evidentemente naturais*. Esquece-se que referidas práticas se “impõem” a ele. Desse modo, na tese de Santos, parece que o sujeito “acredita que são as coisas que lhe ditam, dia-a-dia, sua conduta: nem sonha que as coisas poderiam ser diferentes”. (VEYNE, 1998, p. 254).

3.1.3 Uma nota de rodapé e a ordem do discurso

(9) A Faculdade não aprova nem reprova as opiniões exaradas nas theses pelos seus auctores. (SANTOS, 1909).

Essa inscrição, feita no verso da Capa da tese de Santos (1909), aparece em nota de rodapé. Ainda que redigida essa ressalva pela instituição acadêmica, algumas considerações que estão no bojo da inserção na ordem do discurso se mostram pertinentes.

De fato, a tese (SANTOS, 1909), em sua íntegra, é marcada pelo que se poderia chamar de marcas de subjetividade⁴⁵:

⁴⁵ “A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”. (BENVENISTE, 1991, p. 286). Em AD, por seu turno, não se pode deixar de reafirmar que a construção da subjetividade (ou mesmo da objetivada textual) está relacionada ao efeito de ilusão entorno do sujeito enquanto centro. Para Pêcheux, a AD se configura como uma teoria não-subjetiva da subjetividade, “que designa os processos de “imposição/dissimulação” que constituem o sujeito, “situando-o” (significando para ele o que ele é) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa situação (esse assujeitamento) pela ilusão constitutiva da autonomia do sujeito, de modo que o sujeito “funcione por si mesmo”. (PÊCHEUX, 2009, p. 133).

(10) Ah! humanidade desgraçada, eu te lamento – negro e bem negro é o fim que te espera!! (p. 10).

Justiça – sonho irrealizável, cuja existência é um mytho neste paiz!! (p. 12).

Quantas recém-casadas transformadas em verdadeiros monstros!!! (p. 19).

O uso dos pontos de exclamação de forma iterativa em todo o enunciado (SANTOS, 1909), a exemplo de (10), também presta para confirmar o discurso que ali se desenvolve. De modo que, essa pontuação marca uma “opinião” incisiva, correta, soberana, imperativa. Como se tudo que estivesse fora dessa ordem exclamativa não valesse a pena considerar. Em outras palavras, quando Santos (1909) desdenha a humanidade, quando despreza toda a injustiça do país, quando desvaloriza as prostitutas, que seriam monstros, o “auctor”⁴⁶, delimita um lugar discursivo a partir do qual ele diz o que diz.

O “auctor”, no caso de (10), entra na ordem do discurso ao ser, em síntese, contrário à prostituição, assim como a todas as causas que levam a ela (a “humanidade desgraçada”, a justiça que é um “mytho”, as recém-casadas que são um “monstro”). Marca-se, desse modo, o mundo *outro*. O *Outro* que está sob o manto da invisibilidade no sentido de não ser reconhecido como certo, verdadeiro e justo (SANTOS, 2008), que resiste ao discurso dominante médico-científico, arrogante na direção de se autodeterminar como a única forma de racionalidade existente, em uma ordem metonímica.

Nesse contexto, ainda que haja essa nota de rodapé na tese de Santos (1909), conforme se lê em (9), feita pela instituição e dirigida aos leitores, o que ocorre é uma imposição de ordem discursiva. Em outros termos, dificilmente poderia se imaginar uma tese, produzida nessas condições históricas e de *saber-poder*, na qual o “auctor” seria a favor da prostituição; na qual se considerassem estudos científicos para confirmar sua tese a favor da prática; e cuja relação entre sociedade e prostituição fosse positiva.

⁴⁶ A questão do autor para a AD é complexa. Isso porque, como se considerar “autor” de algo se o indivíduo que escreve ou fala é uma construção histórica? Se o indivíduo é atravessado por uma série de coordenadas que o subjetiva, sócio e historicamente? Se, como Pêcheux (2009) apontou, o sujeito é constituído em suas formações ideológicas? Se o sujeito é disperso nas formações discursivas em Foucault (1987)? Ainda sobre o assunto, conferir Foucault (1969).

Mesmo se o fizesse, será que a Faculdade de Medicina do início do século XX aprovaria, não somente as “opiniões” nele contidas, mas também o trabalho no sentido de produção científica? A pergunta que se faz, então, é: por que não assim?

O “auctor” entrou, de fato, na ordem do discurso da sociedade e da instituição da época. Ocorre, portanto, o que Foucault (2011a, p. 36-7) denominou de rarefação dos sujeitos que falam. São certos números de regras, rituais, de imposição às quais os sujeitos estão submetidos para *dizer sobre* a sexualidade (e prostituição).

As condições de funcionamento estão cobertas por uma rarefação do discurso, ou seja, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. (idem, *ibidem*). Daí, sua aprovação *plena* na banca de defesa⁴⁷.

O sujeito sofre, na tese de Santos (1909), essa rarefação na medida em que a ele é permitido tomar a palavra, desde que cumpridas certas condições (de sujeito e de ritual⁴⁸). O autor, com efeito, é um dos princípios de rarefação, não enquanto “indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”. (FOUCAULT, 2011a, p. 26).

Em síntese, o discurso a respeito da prostituição, no trabalho analisado, atende a interesses do discurso dominante, estabelecendo o verdadeiro e o falso, tal como assinala Foucault (2011c, p. 12): que é preciso: “[...] reconstruir uma verdade produzida pela história e identificar os procedimentos pelos quais os discursos adquirem o estatuto daqueles que têm o poder de dizer aquilo que funciona como verdadeiro”.

A vontade de verdade, nesse passo e segundo Foucault (2011a), perpassa o crivo do *ser-saber* na genealogia, insurgindo no tema dos “jogos de verdade”, recorrente na obra do filósofo. Com efeito, como lembra Revel (2005, p. 87), esses jogos não se constituem como “a descoberta do que é verdadeiro, mas das regras

⁴⁷ Cf. Anexo 2.

⁴⁸ Foucault (2011a, p. 39) diz: “o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”.

segundo as quais aquilo que um sujeito diz a respeito de um certo objeto decorre da questão do verdadeiro e do falso”.

A vontade de verdade “apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas [...]” (FOUCAULT, 2011a, p. 17). Sobretudo, continua o filósofo, a vontade de verdade é reconduzida “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído”. (idem, *ibidem*).

Todas as coordenadas concorrem, ao que parece, para que a prostituição seja tomada como causa e efeito da degeneração social⁴⁹. É o aparato científico-médico que diz e valida as doenças causadas pela prostituição. É a instituição acadêmica que confirma essa realidade “repugnante e asquerosa”⁵⁰, uma vez que aquela exerce o *poder-saber*; é o filho legítimo de uma família-modelo de tradição que ocupa o lugar discursivo, assumindo a posição de uma espécie de advogado da moral e bons costumes, que encontra, na prostituição, uma resistência.

3.2 O QUE NÃO É ESPELHO É FEIO!

Dos *dizeres sobre* a prostituição – sua marginalidade posta ao lado do feio, do ruim, do falso, do ilegal, dos loucos, das moléstias e doenças, etc. – algumas construções histórico-discursivas permitem refletir valores que entram em confronto no discurso acerca da temática. Por que é tão mais fácil “condenar” a prostituição, seja pelo viés da “moralidade”, dos bons costumes e da instituição familiar, seja pelo “saber-poder” jurídico e científico, e colocá-la no ápice da imperfeição?

A perfeição, segundo Górgias (1980), em seu *Elogio à Helena*⁵¹, se manifesta de cinco formas: valor, beleza, sabedoria, virtude e verdade; de forma que, o

⁴⁹ “Seja como fôr considerada, mal necessario, miseria social por deficiência econômica (Barthelemy), equivalente feminino da criminalidade (Lombroso) – a prostituição é o nosso maior e mais terrível inimigo, o berço de todas as desgraças que nos flagellam, a causa da nossa degenerescencia physica e moral. Ella não é somente o effeito da nossa desorganização social – é também a sua causa.” (SANTOS, 1909, p. 14).

⁵⁰ *Idem*, p. 5.

⁵¹ No discurso proferido por Górgias intitulado “Elogio à Helena”, o autor, retórica e declaradamente, toma como objetivo libertar a Helena de Tróia de toda acusação que a tradição lhe havia submetido. Segundo a mitologia grega, Helena, filha do deus Zeus e da mortal Leda, fora raptada de Esparta por Páris, príncipe de Troia. Esse rapto ou suposta fuga desencadeou a lendária guerra de Troia. Desde então,

contrário a elas, será imperfeito. Assim, aquelas qualidades deverão ser aclamadas e honradas e, seus contrários, digno de certo sentimento negativo, tal como na Figura 5⁵².



Figura 5 - "Odeio putas"

A imagem ilustra uma mulher, idosa, com uma lata de tinta-spray na mão e um balde na outra, manifestando certo sentimento de “ódio” às putas. Há, nesta ação, sentidos sociais, políticos, históricos que fazem com que ele signifique. O representante de determinado seguimento social (mulher, idosa, etc.) opondo-se a outro seguimento (putas). Importante observar certa contradição, certa manifestação de um discurso n’outro, produzindo efeitos. Não há uma face. Há indícios, a partir do qual é possível deduzir.

Tampouco há voz. De alguma maneira, uma prática própria de certo grupo (jovens, sobretudo), marginalizada socialmente (em geral, à pichação está ligada ao lado “negativo”; a sociedade, em geral, não reserva o espaço para o pichador), é ressignificada na figura do “idoso”⁵³ que, de modo particular nas sociedades ocidentais, tem sua voz censurada; ao mesmo tempo em que é o guardião de certos valores, de certa tradição, que se manifesta no “odeio putas”. Não há uso de determinante.

Em síntese, a Figura 5 comprava que os sujeitos (idosos) não são inertes, mas podem ser contraditórios. Podem ao mesmo tempo praticar um ato de “vandalismo”, pelo menos aos olhos que procuram vigiar e punir, ao pichar uma parede, como reproduzir o discurso dominante.

Pode-se ler, voltando ao Górgias:

Helena carrega consigo o estigma de traidora, sedutora e, porque não dizer, de prostituta, estendendo a todas as mulheres o “castigo”.

⁵² Disponível em: <http://cantineosecretodaalinezuzque.blogspot.com.br/2012/10/confesso-que-odeio-rsrs.html>. Acesso em 15 abr. 2013.

⁵³ Um estudo significativo sobre as contradições do *dizer sobre* a velhice pode ser lido em Silva Sobrinho (2007).

Em um homem, em uma mulher, em um pensamento, em uma ação, em uma cidade, é necessário honrar com louvores o que seja digno de louvor e cobrir de censuras o que seja objeto de censura. Pois tão errôneo e inexato é censurar o que deve ser enaltecido, como enaltecer o que deve ser censurado. E é obrigação de um mesmo homem proclamar a verdade e refutar aqueles que censuram Helena, mulher sobre a qual chegou a ser consenso unânime a opinião da tradição poética e o significado de seu nome, que leva consigo a lembrança de acontecimentos infortunados. (GÓRGIAS, 1980, p. 85).

Górgias (1980), com efeito, inicia sua argumentação pontuando os valores que enaltecem a perfeição: “Perfeição para uma cidade é o valor de seus habitantes, para um corpo, a beleza, para uma alma a sabedoria, para uma ação, a virtude, para um pensamento, a verdade. As qualidades contrárias a essas implicam imperfeição”. (idem, p. 1).

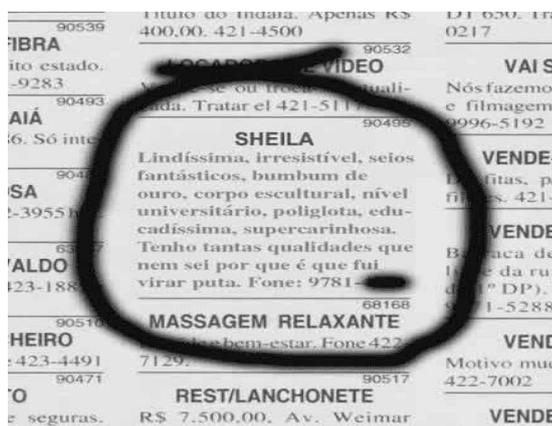


Figura 6 – Anúncio de jornal ⁵⁴

Honrar os valores daquilo que se construiu como “a perfeição” plena e censurar os valores que lhe são contrários. A prostituição, inserida nessa rede interdiscursiva, foi construída historicamente no pólo do oposto ao perfeito. A feiúra, o falso, a falta de sabedoria são qualidades da prostituta. De maneira contrária, se uma mulher é “lindíssima, irresistível e tem corpo escultural” – valor da *beleza* – e, como se não bastasse, “tem nível universitário, é poliglota e educadíssima⁵⁵” – *sabedoria* – há

⁵⁴ Para melhor leitura: “SHEILA. Lindíssima, irresistível, seios fantásticos, bumbum de ouro, corpo escultural, nível universitário, poliglota, educadíssima, supercarinhosa. Tenho tantas qualidades que nem sei por que é que fui virar puta.”

⁵⁵ Vale lembrar a passagem na tese de Santos (1909), cuja discursivização sinaliza para a “má educação” das mulheres, especialmente, as prostitutas e meretrizes: “a falta de educação, por exemplo, é uma dellas [causa da prostituição]; tanto assim que si estudarmos de perto as meretrizes, procurando observar os seus actos; havemos de vêr que quasi todas, senão todas não têm educação alguma.” (SANTOS, 1909, p. 10-11).

uma incoerência. Esses predicativos não são – ou melhor, não podem ser – construídos como qualificadores do sujeito “puta”. O “atrato” instaura o riso, o humor no anúncio do jornal (Figura 6).

O leitor, assim, “é instado a concordar com aquilo que é dito e a acatar o aparente consenso instaurado pelo riso. Essa é uma das funções do humor, pois o riso entorpece”. (GREGOLIN, 2007, p. 23). Rir parece ser a única resposta que a sociedade poderia dar ao anúncio. Rir torna-se, portanto, uma das formas de diminuir o discurso do outro.

O humor do anúncio, ainda, fica mais marcado porquanto a própria enunciadora, “Sheila”, ao mesmo tempo, assume a visão do *outro* para construir sua autoimagem, e “brinca” com essa construção. Ela lhe resiste. A subjetividade de “Sheila” é “reapropriada a partir dos componentes fabricados, produzindo a singularização, criando outras maneiras de ser” (GREGOLIN, 2007, p. 23).

Os sentidos, embora inscritos numa rede de memória sobre o que é a “perfeição” e o que é ser uma “puta”, são reinscritos no anúncio do jornal (Figura 6). “Se só houvesse submissão, não haveria produção de novos sentidos”. (GREGOLIN, 2007, p. 23).

No final, quando se lê: “Com tantas qualidades, nem sei por que é que virei puta”, ela, de alguma forma, sabe que, todos esses adjetivos que a qualificam, são “honrados” na sociedade ocidental; e mais: sabe que eles são incoerentes com a posição que ela ocupa: a de puta. Mas mesmo assim, ela se anuncia, faz a sua propaganda nos classificados do jornal.

A distância, historicamente construída, que se estabelece entre a “perfeição” e a “puta”, provoca o riso irônico:

O efeito irônico está inscrito na materialidade da linguagem, quando um sujeito utiliza as formas da língua e as insere nas lutas sociais pelo sentido. A linguagem deixa de ser pura forma e adquire historicidade. Por isso é perigoso entrar na *ordem do discurso*, porque nunca se diz nada por dizer, porque o simples fato de dizer já insere o dito no fluxo da história e dos poderes. (GREGOLIN, 2007, p. 22-3. Grifos da autora).

A prostituição inscrita na rede de memória “imperfeita” encontra, em Santos (1909), o contraste de valores que o autor honra, tais como a família, o casamento, a saúde pública, etc.:

- (11) A família, essa instituição poderosa, que para bem dizer, constitue a base, o alicerce, o sustentáculo indispensável de todas as sociedades bem organizadas – desprestigiada, está prestes a desaparecer asphyxiada pela compressão da lei moral. [...].
O casamento para elles [moços] é uma cousa sem importância, desnecessária e sem valor; e no caso de contrahil-o só quando cansados das orgias [...].
Si a prostituição não existisse sob outro aspecto tudo se nos apresentaria. A mocidade sã physica e moralmente transmitiria aos seus descendentes uma organização relativamente bôa, em melhor meio educada, possuindo melhores costumes não se deixaria entorpecer pelos sentimentos que amesquinham o homem – tornando-o refractario ás idéas nobres e alevantadas. (p. 17).

As sociedades da época, segundo Santos (1909), estavam, no mínimo, “desprestigiadas”. A perfeição da cidade (GÓRGIAS, 1980) é ameaçada pela “sociedade corrupta [...] onde não se apreciam as qualidades que engrandecem o homem; onde a hyprocrisia e a mentira, a falsidade e a calúnia imperam como verdadeiros ídolos” (SANTOS, 1909, p. 1). Os valores da perfeição são coagidos, especialmente, pela prática da prostituição: a imperfeição, de modo geral, a ela está vinculada.

A prostituição, em Santos (1909), cumpre a função de ser “causa e efeito” da “degenerescência social”. Por um lado, ela está tão alastrada em razão da própria desorganização social; por outro, a desorganização social também é devida em função da existência da prostituição. Por fim, “a prostituição é o nosso maior e mais terrível inimigo, o berço de todas as desgraças que nos flagelam, a causa da nossa degenerescência physica e moral”. (SANTOS, 1909, p. 14)

A sociedade corrupta e prostituída, em Santos (1909), reconstrói a imagem da decadência de Jerusalém, na construção bíblica. Isso porque, “nos escritos sagrados hebraicos a palavra ‘prostituta’ foi usada como qualificativo de deslealdade e corrupção: ‘Como é possível que uma cidade fiel/ se tivesse transformado numa prostituta⁵⁶?’ (Is 1:21)” (ABREU, 2007, p. 61). A esposa casta é, agora, uma prostituta.

Essa relação metafórica e dicotômica da mulher fiel e a prostituta, para a sociedade é marcada em Santos (1909), quando ele se refere à “própria mocidade –

⁵⁶ “A imagem da ‘filha libertina’ era usada como símbolo da degeneração da cultura hebraica. São exemplo disso as palavras do Profeta Isaias, que associa a decadência de Sião (Jerusalém) ao comportamento libertino das mulheres que lá habitava: O Senhor diz: / Vejam como as mulheres de Sião são orgulhosas! / Andam de cabeça emproada, / lançam olhares desavergonhados, / caminham a passo afectado, / fazendo ouvir as argolas dos seus pés. / O Senhor rapará a cabeça das mulheres de Sião / e elas ficarão sem cabelo e envergonhadas”. (ABREU, 2007, p. 61).

sempre independente, valorosa e altiva – não possui mais aqueles arrojados que tanto outr’ora a elevavam e distinguiram” (p. 16); quando da “coisa sem importância, desnecessária e sem valor” que é o casamento para os moços; quando, enfim, a família é “desprestigiada, asphyxiada pela compressão da lei moral”. Por conclusão, Santos (1909) coroa: “Si a prostituição não existisse sob outro aspecto, tudo se nos apresentaria”.

Mas se ainda todas essas “destruições”, provocadas pela prostituição, como em (11), não forem suficientes para convencer o leitor de Santos (1909) a respeito do “flagello social” que a prática se configura, o autor lança mão de um argumento médico:

(12) E’ ella [prostituição] que nos fornece a *sypilis* – molestia inclemente que desapiedadamente transforma o semblante risonho de um jovem em um rosto enrugado e triste de um velho; que não trepida em macular a face de uma recém-casada com o estygma da sua acção malfazeja, moléstia execrável que não poupa a innocencia, nem a virgindade e que, levando mais além a sua maldade, vae muitas vezes matar nas entranhas de mãe carinhosa o fructo ambicionado do seu amor.

A *sypilis*, essa “lepra da época, moléstia horrível, medonha, que desfigura o physico e destroe o moral” (SANTOS, 1909, p. 18), agrega-se à prostituição a fim de auxiliar na construção da imagem enquanto “destruidora” dos lares, da sociedade, e da beleza, conforme se vê em (12). Ocorre, ademais, que a própria doença é uma construção histórica. Segundo Sournia (1985, p. 359), “as doenças têm apenas a história que lhe é atribuída pelo homem”. Em outras palavras:

A doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais do que uma idéia, um certo abstrato numa ‘complexa realidade empírica’ (M. D. Grmek), e porque as doenças são mortais. (...). A doença pertence não só à História superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à História profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às representações, às mentalidades. Desde a Idade Média, o jogo da doença e da saúde joga-se cada vez menos em casa do doente e cada vez mais no palácio da doença, o hospital. (LE GOFF, 1985, pp. 7- 8).

A argumentação desenvolvida por Santos (1909) é, por assim dizer, falaciosa, uma vez que ele “diz coisas já sabidas a todos os que as sabem” (GÓRGIAS, 1980). Ele rechaça a prostituição para o lugar do ruim, do mal, do feio e, para tanto, sustenta a sua tese, tomando alicerces de sustentação no discurso social-religioso-

cristão, excerto (11), e também do discurso do *saber* científico que respeita à doença, (12).

3.2.1 A feiúra que quebra o espelho

A feiúra do corpo é um dos contrapesos que acentuam a prostituição em sua imperfeição. Neste sentido, a imagem horrenda que se desenha aos olhos do leitor quando da descrição de uma prostituta no leito do quarto, “vítima da syphilis”, em Santos (1909), é repetida, formando uma rede de memória, com um trecho do livro de Emille Zola (*apud* MENDES, 2000):

- (13) Eis um vulto que passa; tem a pallidez da morte, o seu tétrico semblante; cingindo a sua fronte macillenta está um diadema composto de pequenas papulas; a sua cabeça inteiramente calva, mostrando depressões e saliências, lembra a superfície ligeiramente concava das aguas que dormem em completa quietude; os seus olhos fundos e brilhantes são como dous focos que amedrontam e aterrorizam; o seu nariz completamente destruído dá-lhe ao semblante o aspecto de um verdadeiro monstro; a sua bocca sem dentes simula uma cratera sempre prompta a tragar quem d’ella se aproxima; traja farrapos e quasi nua com difficuldade se arrasta, qual repugnante verme de horripilante aspecto. (SANTOS, 1909, p. 21-2).

A feiúra, como um todo, é a própria “perniciosa instituição”, visto que é “a prostituição que fornece as demais moléstias venéreas com o seu enormissimo cortejo de consequencias funestas” (SANTOS, 1909, p. 21). Em outras palavras, a feiúra da prostituta descrita em (13) representa essa construção da prostituição ao lado da marginalidade, da loucura, da desorganização social, da doença.

A *syphilis*, aliada à prostituição, na condição de oposta à *beleza* e a outros valores – uma vez que destroem a família e o casamento, como em (11) – assume a função de ser uma razão forte para que se vigie e controle a sexualidade (a prostituição), para que se exerça poder no corpo-indivíduo e no corpo-espécie. A sífilis, no século XIX, é “o arquétipo da nossa impotência no controle da doença e da morte”. (IMBAULT-HUART, 1985, p. 175).

A doença, por fim, é um exercício de poder, através do saber científico de cada época. E cada momento da história “investe numa doença a angústia diante da

fragilidade da condição humana e procura por todos os meios negá-la, ocultá-la, afastá-la do seu horizonte e, ultimo recurso, fugir daqueles que são atingidos por ela” (IMBAULT-HUART, 1985, p. 175).

Émile Zola (*apud* MENDES, 2000), nesse cenário das “moléstias venéreas fornecidas pela prostituição”, discursiviza o protótipo naturalista da prostituta, ao descrever a morte de *Naná*, a personagem-título do livro:

- (14) Naná ficou só, com a face voltada para o teto, iluminada pela luz da vela. Era uma pasta de carne putrefata, uma mistura de humores purulentos e de sangue, ali abandonada sobre uma almofada. Pústulas tinham invadido todo o rosto, as marcas da varíola pegadas umas às outras. Descoradas, flácidas, com uma cor acinzentada de lama, pareciam fungos nascidos na terra, sobre aquela informe máscara, onde era já impossível reconhecer os traços fisionômicos. Um olho, o esquerdo, afundava-se no borbulhar da purulência. O outro, semi-aberto, enterrava-se cada vez mais, como um buraco negro e apodrecido. O nariz supurava ainda. Uma grande crosta violácea partia de uma face, invadia a boca, torcida num riso abominável. (ZOLA, s.d., p. 311 *apud* MENDES, 2000, p. 97).

Tanto em Santos (1909), mostrado em (13), quanto neste fragmento de Zola, trecho (14), a *beleza* é perdida em razão de uma vida de excesso, de vícios, de prostitutas. As doenças que tomavam conta de seus corpos e lhes retirava o valor *beleza* as transformam em um rosto cadavérico. A morte “é uma vingança masculina que mistura preocupações sanitaristas com arroubos de misoginia; o veneno que ela espalhara entre tantos homens por fim volta-se contra ela”. (MENDES, 2000, p. 97).

A Figura 7 a seguir, premiada em 2011, entra na rede discursiva da ausência de *beleza*. A fotografia e a legenda são significativas na medida em que se retira da “prostituta” tanto os valores da *beleza* quanto da *virtude*. “Maria, uma viciada que trabalha como prostituta” poderia ser tanto a *Naná* de Emille Zola, vide (14), ou mesmo o “vulto” descrito em (13). As pistas deixadas no texto (o cigarro, a atadura na perna, as manchas e marcas de violência em todo corpo remetem a um corpo não saudável) e o conjunto em si do fotojornalismo reconstrói uma memória acerca da prostituta.



Figura 7 - Prostituta, foto vencedora na categoria “Contemporary Issues Singles”⁵⁷

Tal memória fotografada talvez ecoe das palavras do livro de Zola: “Vênus decompunha-se. Parecia que o vírus contraído por ela nas sarjetas, nos cadáveres abandonados pelos caminhos, aquele fermento com que ela envenenara tanta gente, acabava de lhe subir ao rosto, apodrecendo-a”. (ZOLA, s.d., p. 311 *apud* MENDES, 2000, p. 97).

3.2.2 O *outro* que resiste

Se há um discurso dominante que se arroga como o “verdadeiro”, há o discurso do *Outro* que lhe resiste. Essa relação é estudada pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2002; 2003; 2006; 2008) quando a coloca na metáfora do “Norte *versus* Sul”. O Norte representaria as vozes dominantes, e o Sul, as resistências.

Santos (2008) trabalha com o que ele denomina de Linha Abissal, compreendendo-a como uma divisão daquilo que é posto, visível, reconhecido e verdadeiro, em oposição ao discurso que deve ser apagado, rechaçado à invisibilidade e ao silêncio, tornando-o indigno de qualquer reconhecimento. De forma que, o lado “Norte” da linha será o lugar ocupado pelo certo, o bom, o legal, o verdadeiro; e o lado

⁵⁷ Uma das fotografias premiadas pelo concurso “World Press Photo Award”. Imagem e legenda disponíveis em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/6499-premio-de-melhor-fotojornalismo-2012#foto-123674>>. Acesso em: 11 fev. 2012. A legenda da fotografia dizia: “Maria, uma viciada que trabalha como prostituta, em Kryvyi Rig (Ucrânia), é protagonista da foto vencedora na categoria “Contemporary Issues Singles”. A imagem foi tirada por Brent Stirton da África do Sul”.

“Sul”, as vozes de resistência, é o lado do mau, do ruim, do ilegal, do falso, pelo menos na visão dominante.

Nessa medida, há como pressuposto de pesquisa a resistência posta pela *prostituição* frente ao discurso dominante. Ou, no particular, resistência ao discurso científico e institucional, este se apresentando como a vontade de verdade. Se há essa luta de forças entre os discursos, há, ora a sobreposição de um frente ao outro e vice-versa.

Segundo Santos (2003), o que se nota é que o pensamento moderno ocidental tem, a mais ou menos 150 anos, distribuído o que pode ser produzido discursivamente e, por conseguinte, o que será silenciado. São lados da mesma moeda, pois um lado só existe desde que exista o *outro*. Por essa razão, o trabalho acadêmico de Santos (1909), com todas as suas condições de produção e seus efeitos de verdade, só poderia ser escrito, enquanto dissertação acadêmica, da forma que foi, e não de outra. O trabalho universitário insere-se no verdadeiro da época, e produz efeitos de verdade próprios do modo de ver o mundo da sociedade dos finais do século XIX e início do XX. A tese de Santos, definitivamente, não reproduz a verdade, mas constrói um *efeito de*. Como diria Foucault:

[...] por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. (FOUCAULT, 2011c, p. 13).

Discursivamente, toda a produção textual que lida com os conflitos sócio-históricos é construída sobre a impossibilidade da co-presença entre os dois lados da Linha Abissal. Em virtude disso, a tese de Santos (1909) dificilmente tomaria o discurso da prostituição como um discurso “saudável”, cuja relação entre os dois lados seria tranquila. Pelo contrário. A prostituição, a todo o momento, se discursiviza como aquela realidade que é o cancro social ou flagelo da época, sendo, portanto, necessário silenciá-la ou exterminá-la. Vejam-se alguns trechos do texto de Santos (1909):

(15) Vamos para isto estudar superficialmente embora ou, melhor ainda, esboçar, o problema social – a *prostituição* – analisando as suas causas, comentando as consequências da sua existência e aconselhando finalmente os meios de que se deve lançar mão, para senão exterminá-la de prompto, pelo menos diminuir a sua intensidade. (p. 2).

Si não são ainda bastantes para nos horrorizar e revoltar esses desastres sociaes produzidos pela prostituição – penetremos no sacrosanto ambito dos lares, nos hospitaes, nas casas de saúde – que, horrorizados e revoltados, havemos de reconhecer a necessidade imprescindível de *exterminal-a*, de *fazel-a desaparecer*. (p. 18). (grifos nossos).

Os sentidos que se constroem a partir da tese de Santos (1909) a respeito da prostituição configuram-se sempre nessa dicotomia metafórica do Norte *versus* Sul. Dizer que há um discurso dominante que pretende silenciar a prostituição não significa que ele não reconheça que o *Outro* não existe. Este é embrulhado de uma inexistência, enquanto “não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível”. (SANTOS, 2008, p. 4).

Esse efeito de contundência apresentado pelo sujeito, no texto de Santos (1909), ao se posicionar discursivamente perante a prostituição, reforça a vontade de verdade do que é dito por ele. Nessa esteira, a universalidade é uma das características do pensamento abissal (SANTOS, 2003). Para o sociólogo, o pensamento ocidental é regido por uma razão metonímica, “que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade”. (idem, p. 240).

Em função dessa razão de totalidade sobre as partes, o sujeito discursivo da tese de Santos (1909) advoga pelo extermínio dessa realidade, pelo desaparecimento do *Outro* (a prostituição) a fim de que a sua verdade seja realizada e as partes se integrem no todo do seu discurso dominante, conforme se vê em (15). Outro exemplo:

(16) Semelhante vida, si é possível assim se classificar, deve ser considerada o estado mais repugnante, degradante e vil, a que a infelicidade pode fazer descer a mulher. (SANTOS, 1909, p. 6).

A vida do *Outro*, a partir da perspectiva proposta por Santos (2008), é fundamentada por um sistema que divide o pensamento moderno ocidental em visível e invisível, sendo que estas fundamentam aquelas. O que é invisível torna-se inexistente, para o lado visível. Por fim, a co-presença entre os dois lados é impossível, uma vez que o lado (dominante) procura apagar ou silenciar o lado “errado, ruim, mal” (resistência).

Na mesma rede de memória discursiva, observa-se a charge, logo em seguida:

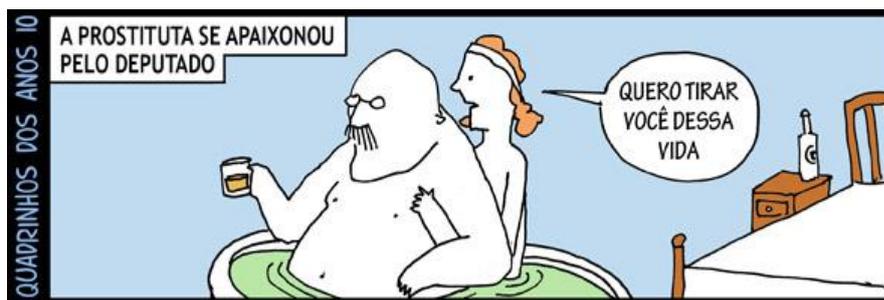


Figura 8 - A prostituta e o deputado ⁵⁸

Primeiramente, alguns pontos merecem ser considerados para a análise discursiva. Na linha de frente, o plano básico foucaultiano: sexualidade e política. Além de haver uma memória discursiva acerca da “vida de prostituta” (pondo em latência a sexualidade), há, nessa Figura 8, com efeito, as duas áreas cujo exercício do poder do discurso é onde “os buracos negros se multiplicam”. (FOUCAULT, 2011a, p. 9).

A vida do *Outro*, a “vida de prostituta” entra em regime de repetibilidade no excerto da tese de Santos (1909), conforme mostrado em (16), e nessa charge da prostituta e do deputado. Todavia, ainda que se trabalhe com a mesma base discursiva, os efeitos de sentidos que se constroem em ambos os textos são distintos. Se, em (16), há o discurso acadêmico, comprometido com a “verdade” e propagação do conhecimento científico; na Figura 8, existe o discurso humorístico – humor mediante a ironia.

Tanto em (16) quanto na Figura 8, existem pelo menos dois discursos que se enfrentam: o discurso do certo, de um lado, e do errado, do reprimido ou proibido, de outra banda. Embora haja efeitos de sentidos distintos nesses dois gêneros textuais (dissertação acadêmica e charge), o que se nota é uma memória discursiva que se atualiza e o mesmo discurso que, ainda que separados por um século, permanece.

A respeito desse embate, é a memória discursiva que faz circular o interdiscurso e o discurso transversal. Dessa maneira, “o discurso-outro entra de viés no discurso do sujeito, tangenciando-o e nele fazendo eco de algo que foi dito em outro lugar”. (INDURSKY, 2011, p. 70).

⁵⁸ Disponível em: <<http://blogdotarso.com/2011/06/29/charge-a-prostituta-se-apaixonou-pelo-deputado/>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

Em (16), a Linha Abissal proposta por Santos (2008, p. 4) apresenta-se num fosso entre realidades: “o pensamento abissal moderno salienta-se pela sua capacidade de produzir e radicalizar distinções”. A prostituição é então o lugar do sub-humano, do colonial, do sujo, do “repugnante, degradante e vil”; este lugar deveria então ser “colonizado” pela metrópole, o lado do bom, do certo, do justo.

De forma que, no excerto da tese acadêmica de Santos (1909), nota-se que o discurso dominante pretende se sobrepor a qualquer possibilidade de vida fora de seus padrões e modelos. É a razão metonímica governando essa forma de racionalidade e que se arroga como a única verdadeira e certa, e, por isso, “há uma homogeneidade entre o todo e as partes e estas não têm existência fora da relação com a totalidade”. (SANTOS, 2003, p. 242).

O que está fora, aliás, pode não ser considerado como “vida” (“Semelhante vida, *si é possível assim se classificar*”). A razão metonímica produz duas consequências: primeiro, “não existe nada fora da totalidade que seja ou mereça ser inteligível, a razão metonímica afirma-se uma razão exaustiva, exclusiva, completa”; segundo, “para a razão metonímica, nenhuma das partes pode ser pensada fora da relação com a totalidade”. (SANTOS, 2003, p. 242).

Ou seja, se, por um lado, há a horizontalização de uma relação vertical entre o discurso dominante e o discurso de resistência (da prostituição), há, do mesmo modo, uma relação de poder, valores, interesses, que se impõe em nome da ordem e progresso.

A charge, Figura 8, sustentada por esse discurso de embate de valores e de verdades, constrói outros efeitos de sentidos, embora atualize e opere com a ironia, com a memória discursiva de (16). A produção de sentidos se dá na medida em que se altera a situação: agora não é mais a prostituta que deve fazer parte da razão metonímica do discurso dominante, mas é o deputado, que deverá sair “dessa vida” (lida como *pior do que*) para uma vida melhor.

A ironia se apresenta como algo sutil, que nem sempre é fácil de circunscrever: “Com efeito, um enunciado irônico faz ouvir uma voz diferente da do ‘locutor’, a voz de um enunciador que expressa um ponto de vista insustentável”. (MAINGUENEAU, 1989, p. 77)

O “tom” irônico para o conteúdo veiculado, numa posição em que faz piada deste, porém, sem que se possa “apanhar seu locutor em flagrante delito de zombaria a

seu respeito” (idem, p. 100). A ironia desqualifica, ridiculariza toda a situação: o riso está, por assim dizer, relacionado ao ditado: “o sujo (prostituta) falando do mal-lavado (político)” ou outras, do tipo: “Me mostre um político honesto, que lhe mostro uma puta virgem”, “Político honesto é mais raro de encontrar do que prostituta virgem”, etc.

Caminhando na análise da charge, Figura 8, percebe-se o trabalho com os estereótipos, “concebidos como social, imaginário, e construído, e se caracteriza por ser uma redução (com frequência negativa), e eventualmente um simulacro”. (POSSENTI, 2010, p. 40). Os estereótipos na condição de lugares para produção de sentidos, de representação, não significam, para Possenti (2010), que não tenham amparo no real.

Dessa forma, apropria-se do estereótipo da prostituta para produzir determinados (efeitos de) sentidos quanto ao político/deputado – reforçando e construindo o estereótipo do próprio político⁵⁹. Há, com efeito, tal como propõe Maingueneau (*apud* POSSENTI, 2010, p. 40), um simulacro. Este enquanto “uma espécie de identidade⁶⁰ pelo avesso – digamos, uma identidade que um grupo em princípio não assume, mas que lhe é atribuída de um outro lugar, eventualmente, pelo seu Outro”. As duas formas de vida (prostituta e político) discursivamente são justapostas na materialidade da charge, Figura 8, e recebe o mesmo manto de “repugnante, degradante e vil” de (16).

O deputado e a prostituta são representados em pé de igualdade, embora cristalizados dentro de seus respectivos estereótipos, numa manifestação negativa produzida pelo Outro, pelo grupo do discurso dos valores dominantes.

A propósito, não é difícil encontrar charges e piadas que estabelecem a relação entre política e prostituição. Transfere-se a memória arraigada sobre a prostituta para outro campo, a fim de rebaixá-lo e de construir sentidos pejorativos. E a prostituta

⁵⁹ Neste trabalho de mestrado, não se aprofundará na temática do estereótipo do político, nos dias atuais, por não ser foco de pesquisa. Quer-se, tão-somente, mostrar como o interdiscurso sobre a prostituição se espregueia, se atualiza e se presentifica em discursos de outros campos, tais como o da política. A respeito dessa questão, conferir Miqueletti (2009). Em sua tese de doutorado, a autora propõe um trabalho que discute as discursividades contemporâneas acerca da política. Acreditamos ser um passo inicial para se pensar o estereótipo que, de uns anos para cá, tem sido construído a respeito dos políticos.

⁶⁰ O professor Sírio Possenti explica a relação de identidade com simulacro da seguinte forma: “assumo também que o fato de que a identidade é uma representação imaginária não significa necessariamente que não tenha amparo no real. Significa apenas que não é o seu espelho, sua cópia. Segundo, e como consequência, o estereótipo também deve ser concebido como social, imaginário e construído, e se caracteriza por ser uma redução (com frequência negativa), eventualmente um simulacro”. (POSSENTI, 2010, p. 40).

e suas acepções tem essa força, por assim dizer, de ofender. Repare-se, por exemplo, em um uso corrente que confere à mãe de alguém o lugar de puta, conforme Figura 9⁶¹.



Figura 9 - Para-choque de caminhão

O estereótipo de puta – como todos os outros estereótipos –, como já dito, é uma construção histórica, porém, assim não é visto, porquanto é tão arraigado, tão – ilusoriamente – transparente, que se torna universal.

Nesse sentido, Possenti (2010, p. 41) pontua que:

deveria ser evidente que os estereótipos são construtos produzidos por aquele(s) que funciona(m) como o(s) Outro(s) para algum grupo. Mas, eventualmente, essa relação interdiscursiva é ofuscada ou apagada – quando o confronto não aparece na própria piada –, e o efeito é a impressão de que o estereótipo é universal, que não tem condições históricas de produção, ou, pelo menos, que essas condições não incluem efetivas relações de confronto com uma alteridade.

Por fim, ao conectar putas e políticos, há uma série de retomadas, interdiscursos, remissões que faz com que o texto faça sentido e produza (efeitos de) sentidos agressivos, como na Figura 10. Ressalte-se que, ainda que haja o mesmo discurso que sustente tanto o enunciado do para-choque do caminhão (Figura 9), quanto o enunciado do muro grafitado, há, entretanto, um deslizamento dos sentidos.

⁶¹ Disponível em: <<http://anovapressao.blogspot.com.br/2011/04/vote-nas-putas-porque-nos-filhos-nao.html>>. Acesso em: 15 dez. 2012.



Figura 10 – Grafite “Vote nas putas”⁶²

A partir dessas duas materialidades, pode-se refletir aquilo que Possenti (2009b) pontuou: “o sentido não pode definitivamente ser o mesmo se se materializa de formas diversas” (idem, p. 85). O efeito de sentido se desloca, ainda que se trabalhe com o mesmo estereótipo, com a mesma sequência linguística, e com os mesmos campos de incidência: política e sexualidade.

Há, nas Figuras 9 e 10, o mesmo enunciado (“Vote nas putas”), todavia, o movimento de deslocamento dos efeitos de sentidos produzido pela imagem pichada é significativo, fazendo com que se estabeleça uma relação, não mais de humor, mas, sobretudo, de indignação, de descrédito. Existe, assim, uma resignificação do enunciado anterior.

Ao se considerar a Figura 10 como uma “paráfrase” ou uma derivação do enunciado da Figura 9, observar-se-á que “a paráfrase é um instrumento de análise simplificador: ela é que ‘controlaria’ o sentido, já que impõe o mesmo ao diferente, e não as representações formais, que são metalingüísticas” (POSSENTI, 2009b, p. 85).

Ao se grafitar uma mulher, nua, na posição sexual que ela se encontra, em que o próprio buraco da tubulação de água/esgoto dirige o sentido para a prática sexual anal, produzem-se (efeitos de) sentidos de violência, de estupro. A tinta vermelha nos cabelos na representação da puta também contribui para reforçar essa depreciação, uma vez que se produz o sentido de violência, de sangue. Não é um homem que está nessa

⁶² Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/nomedarts/4453788739/>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

posição, embora possa estar; não é a frase “Vote nos Putos”, que produziria outros sentidos, inversamente ao que se deseja. A imagem em seu conjunto é, portanto, significativa, sendo que a construção remete ao leitor para o verbo “foder”:

- (17) **Foder** v. 1 copular (‘ter relação’). 2 causar mal ou sair-se mal; arruinar(-se), desgraçar(-se). 3 não dar importância, não fazer caso. **Foda-se** ou **fodam-se**. Que se foda. **Fodeu-se** indica que alguma coisa está perdida, que não tem mais solução ou cujos resultados fogem ao controle. **Que se foda** ou **fodam-se** exprime descaço, repugnância ou deseja mal a outrem. *Etm lat. Vulg. *futēre*, alt. do lat. cl. *Futūo, is, ūi, ūtum, ēre* ‘ter relações com mulher’ [...]. (HOUAISS, 2001, p. 1363).

Então, todos esses dizeres concernentes à puta – mulher que se dá mal, que se arruína ou se desgraça – acionam um interdiscurso que traveste a política. Assim, ao relacionar os futuros governantes com as putas, constroem-se sentido(s) de que a política se encontra num estágio de “putaria”, onde tudo estivesse “fodido” – com todos os sentidos que aí se inscrevem – transferindo, mais uma vez o campo semântico e discursivo da puta para a política:

- (18) Política não é uma **putaria** mesmo? É sim, caso vcs não queiram admitir. Não importa qual lado, quem é o ator em questão, política é jogo, é interesse e poder. E para resumir isso, a representação da prostituição cai muito bem sim. Afinal, prostituição não tem nada de tão ruim assim, é legal. E na maioria das vezes os acordos são muito mais claros e honestos do que na política.⁶³

Este comentário, com efeito, mobiliza alguns sentidos que relacionam a “putaria” à política. Sendo aquela, muitas vezes, um adjetivo desta, conforme se vê em (18). Quando da leitura do enunciado “Vote nas putas” – considerando, aqui, o conjunto: marcas linguísticas e imagem grafitada – os efeitos de sentidos que se constroem balizam a ideia da submissão da prostituta a qualquer ato sexual, em troca do dinheiro, e da política como uma questão de “jogo, interesse e poder”.

Em outros termos, a “puta” está acostumada a ser “comprada” por dinheiro, por exemplo, e a política, pela crítica que se faz, também. Porém, a prostituta faz isso com o próprio corpo, e o político, com o dos outros, dos eleitores. Logo, uma vez que se

⁶³ Este é um dos comentários feitos à *charge* “Programa de Dilma depende dos partidos” (Imagem 2). Disponível em: <http://www.nanihumor.com/2010/07/programa-de-dilma-depende-dos-partidos.html>. Acesso em: 31 dez. 2012.

coloquem as “putas” na política, quem estaria se dando mal seriam exatamente aquelas que já estão acostumadas a ser o sujeito passivo do verbo (17).

Além do mais, o comentário (18), de alguma maneira, “absolve” as “putas” quando equiparadas à política (“prostituição não tem nada de tão ruim assim, é legal. E na maioria das vezes os acordos são muito mais claros e honestos do que na política”). As prostitutas seriam, nessa relação, mais honesta do que o político, por fazerem o que lhes é “próprio” da profissão, por realizarem o verbo (17).

Mas, afinal, por que se circula tanto o discurso da política travestido na puta? Como o discurso transversal sobre a prostituição (linguisticamente demarcado em “putas!”) se espreguiça na linearidade do intradiscurso da política (verbo “Vote”), produzindo certos efeitos de sentidos?

Uma possível resposta seria o que Foucault denomina de governamentalidade: quando os políticos são equiparados às putas, há uma “mentalidade” que resgata a memória sobre o que é uma puta. De maneira que, a noção de “governamentalidade” está implicada no exercício do poder, vez que é uma técnica de governo que direciona “não somente uma gestão da população, mas um controle das estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter em relação a eles mesmos e uns em relação aos outros” (REVEL, 2005, p. 55).

Em outras palavras, a governamentalidade guarda relação com o ser-si: de como o sujeito se objetiva em relação à ética que o constitui como agente moral. (FOUCAULT, 1995, p. 262). De fato, quando se justapõem puta e político, há (efeitos de) sentidos pejorativos e agressivos quanto às técnicas de si (dos políticos), insurgindo em certos arranhões no exercício do poder. Portanto, só haverá exercício de poderes na política desde que o ser-si dos políticos seja compatível com a ética e a moral.

Por falar em moral e sua degradação, na tese de Santos (1909) um dos pontos mais iterativos quanto à prostituição está na questão da moral. Vejam-se alguns trechos:

- (19) A impudícia e a immoralidade eram o carácter principal dos costumes romanos. Si Roma foi a admiração dos povos em grandeza – muito mais o foi ainda em libertinagem.
Quem desconhece as immoralidades e crimes dos Imperadores?
Quem ignora que Roma foi o teatro das mais torpes obscenidades d’aquelles tempos? (p. 6).

- (20) Não se deve, porém, abandoná-los; eles [alcoólatras, histericos, epilépticos, etc.] também corrompem os costumes, pervertem a moral, desorganizam a sociedade. (p. 10).
- (21) A família, essa instituição poderosa, que para bem dizer, constitui a base, o alicerce, o sustentáculo indispensável de todas as sociedades bem organizadas – desprestigiada, está prestes a desaparecer asphyxiada pela compressão da lei moral. (p. 17).

Os efeitos de sentidos que sustentam o discurso sobre a prostituição a rechaça para o lugar oposto à moral, à ética – estes enquanto fatores que se relacionam à produção de subjetividade, sob o viés foucaultiano. Vale lembrar que, para o filósofo, os sujeitos se objetivam a partir de suas subjetividades, significando que, ao lado do ser-poder e ser-saber, está o ser-si que estabelece “uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como agentes morais”. (FOUCAULT, 1995, p. 262). É daí, que se constrói o conceito de “governamentalidade”⁶⁴.

A prostituição, nesse sentido, ocuparia o espaço do imoral e amoral; além disso, ela corrompe o que é moral (a instituição família), conforme se lê em (21), por exemplo. A prostituição seria, por assim dizer, o tiro no pé da sociedade, da população. O ser-si, segundo Foucault (2011c), compreende também a tecnologia empregada pela “razão do Estado” em controlar a população, em educá-la e transformar os seus indivíduos, tendo como objeto a biopolítica. Em outras palavras:

A governamentalidade moderna coloca pela primeira vez o problema da “população”, isto é, não a soma dos sujeitos de um território, o conjunto de sujeitos de direito ou da categoria geral da “espécie humana”, mas o objeto construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica). Essa biopolítica implica [...] um controle das estratégias que os indivíduos, na sua liberdade, podem ter em relação a eles mesmo e uns em relação aos outros. As tecnologias governamentais concernem, portanto, também ao governo da educação e da transformação dos indivíduos, àquele das relações familiares e àquele das instituições. (REVEL, 2005, p. 55).

Ademais, a prostituição também se justapõe à loucura, excerto (20), como se observa, em especial, nesse segundo fragmento. Assim como os “loucos”, as

⁶⁴ “A partir de 1978, em seu curso no *Collège de France*, Foucault analisa a ruptura que se produziu entre o final do século XVI e o início do século XVII e que marca a passagem de uma arte de governar herdada da Idade Média, cujos princípios retomam as virtudes morais tradicionais (sabedoria, justiça, respeito a Deus) e o ideal de medida (prudência, reflexão), para um arte de governar cuja racionalidade tem por princípio e campo de aplicação o funcionamento do Estado: a ‘governamentalidade’ racional do Estado. Essa ‘razão do Estado’ não é entendida como a suspensão imperativa das regras pré-existentes, mas como uma nova matriz de racionalidade que não tem a ver nem com o soberano de justiça, nem com o modelo maquiavélico do Príncipe.” (REVEL, 2005, p. 54).

prostitutas são agentes que corrompem a moral. O saber-poder também se exerce aí, de uma maneira inversa: aquilo que escapará à ordem do saber é tido como loucura, doença ou crime⁶⁵. A produção da verdade dirá que é na “casa dos loucos” que deverão ficar os “alcoólatras, hystericos, epiléticos”.

A obscenidade, em (19), também configura um fator que reforça o construto da “immoralidade” da prostituição. Quando Santos (1909, p. 6) interroga: “Quem ignora que Roma foi o teatro das mais torpes obscenidades d’aquelles tempos?”, ele põe em virtualidade a sexualidade, assim como a mulher e a transgressão de valores.

Em largas linhas, a obscenidade é “uma maneira imemorial e universal de dizer a sexualidade [...] e se baseia em um patrimônio partilhado pelos membros de uma mesma comunidade cultural” (MAINGUENEAU, 2010b, p. 25).

A sexualidade, nesse cenário obsceno, mantém vínculo com valores consolidados pelos grupos masculinos (idem, p. 26). Em outras palavras,

A obscenidade visa na origem à mulher e equivale a uma tentativa de sedução. Quando, em uma reunião masculina, um homem se compraz em contar ou em ouvir obscenidades, ele se situa pela imaginação em uma situação primitiva que as instituições sociais não lhe permitem mais realizar. Aquele que ri de uma obscenidade ri como se fosse testemunha de uma agressão sexual. (FREUD, 1969 *apud* MAINGUENEAU, 2010b, p. 26).

Além do mais, no trecho (19), a marca linguística “theatro”, relacionada à obscenidade, também sinaliza “uma estreita relação com a literatura canavalesca, que lança mão da inversão de valores: o carnal no lugar do espiritual, o baixo no lugar do alto”. (MAINGUENEAU, 2010b, p. 26). De modo que, a prostituição, enquanto uma prática obscena, também é responsável pela transgressão dos valores nobres da sociedade (SANTOS, 1909).

⁶⁵ “Podemos então compreender que ela [forma de poder-e-de-saber] não se aplica sem problemas a tudo que resiste ou escapa às formas de poder-saber de nossa sociedade, a tudo que resiste ou escapa ao poder estatal, à universalidade mercantilista e às regras de produção. Ou seja, a tudo que é percebido e definido negativamente: doenças, crime, loucura. Por muito tempo e ainda em boa parte nos nossos dias, a medicina, a psiquiatria, a justiça penal, e a criminologia ficaram nos confins de uma manifestação da verdade nas normas de conhecimento”. (FOUCAULT, 2011c, p. 118).

3.2.3 (Sem o perdão da palavra): das putas

Ainda que para a AD os sentidos sejam construídos *a posteriori*, afastando-se, dessa maneira, o sentido de dicionário, a entrada MERETRIZ é significativa para refletir a respeito das construções histórico-discursivas concernentes ao conceito de “mulher” e, restringindo mais, ao conceito de “prostituta” ou “meretriz”.

Em outros termos, o que se encontra no verbete do dicionário também faz sentido em razão de uma memória discursiva, de algo que se diz antes. Ali não se encontra a etiqueta do real, mas tão-somente construções que circulam em sociedade e foram parar no dicionário.

Feita tais considerações, segue-se a seguinte definição no **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** (2001, p. 2316): “**prostituta** *s.f.* mulher que exerce a prostituição. SIN/VAR ver sinonímia de meretriz”. A este verbete, agregam-se outros universos de sentidos:

- (22) **meretriz** *s.f.* mulher que pratica meretrício, que mercadeja o corpo [...] SIN/VAR alcouceira, andorinha, bagaço, bagageira, bagaxa, bandarria, bandida, barca, bebena, besta, biraia, bisca, biscaia, biscate, bocetinha, bofe, boi, bruaca, bucho, cação, cadela, cantoneira, caterina, catraia, china, clori, cocote, coirão, cortesã, courão, couro, cróia, croque, cuia, culatrão, dadeira, dama, decaída, égua, ervoeira, fadista, fêmea, findinga, frega, frete, frincha, fuampa, fusa, galdéria, galdrana, galdrapinha, ganapa, horizontal, jereba, loba, loureira, lúmia, madama, madame, marafa, marafaia, marafantona, marafona, marca, mariposa, menina, meretrice, messalina, michê, michela, miraia, moça, moça-dama, mulher dama, mulher-solteira, mundana, murixaba, muruxaba, paloma, pécora, pega, perdida, perua, piranha, piranhuda, pistoleira, pitorisca, prostituta, puta, quenga, rameira, rapariga, rascoa, rascoeira, reboque, rongó, solteira, tapada, tolerada, transviada, tronga, vadia, vaqueta, ventena, vigarista, vulgívaga, zabaneira, zoina, zorra; e *as loc.*: mulher à-toa, mulher da comédia, mulher da rótula, mulher da rua, mulher da vida, mulher da zona, mulher de amor, mulher de má nota, mulher de ponta de rua, mulher do fado, mulher do fandango, mulher do mundo, mulher do pala aberto, mulher errada, mulher perdida, mulher pública, mulher vadia etc. (HOUAISS, 2001, p. 1899).

Note-se que o dicionário põe em equivalência de significados os termos “prostituta” e “meretriz”. Todavia, esse encaixe sinonímico é uma ilusão da linguagem. Com efeito, em uma escala de (efeito de) sentido mais “repugnante, degradante e vil” (SANTOS, 1909), teria a seguinte ordem, de forma crescente: “meretriz”, “prostituta” e “puta”.

Na dissertação de Santos (1909), por exemplo, quando se menciona “meretrizes” (idem, p. 11), os sentidos ali inscritos sofrem uma “deriva” (ORLANDI, 1999). Em todo o trabalho, só em uma passagem que o termo aparece, em oposição às inúmeras aparições de “prostitutas”.

Quando se lê: “[...] si estudarmos de perto as meretrizes, [...] havemos de ver que quasi todas, senão todas não têm educação alguma” (SANTOS, 1909, p. 11). Apesar de persistir um sentido que inferioriza a mulher prostituta, o termo “meretriz” não denota “prostituta” ou “puta” em todos os seus sentidos (marginais). As meretrizes seriam as prostitutas de luxo, com alto poder aquisitivo. As “putas” seriam aquelas da miséria, que vivem à margem das ruas, nas esquinas, no lado Sul da Linha Abissal.

O crivo econômico baliza a diferença entre as “profissionais do sexo”. A escolha por primar pela aparição de “putas” no presente trabalho revela-se como uma “estratégia de analista de discurso”. Isso porque, tal como em Santos (1909), são as “prostitutas” ou, simples e atualmente, as “putas” que se inscrevem no Lado Sul da Linha Abissal, que foram representadas nos diversos gêneros até agora analisados. Porque os efeitos de sentidos produzidos com “prostituta”, ao que parece – se comparados aos sentidos de “meretriz” –, dão conta, de maneira mais satisfatória, de uma memória discursiva que coloca a “prostituição” no lado do “feio”.

Feitas essas considerações iniciais, agora, observe-se como se encontra o verbete **prostituto**, no mesmo Dicionário Houaiss:

(23) **Prostituto** *adj.* 1. que se prostitui, prostituído. 2. *fig.* que prostitui os seus dons ou talentos por dinheiro. *s.m.* 3. indivíduo que pratica atos sexuais por dinheiro. 4. *fig. pej.* indivíduo sem honra, que abre mão de seus princípios ou que alvita seus talentos por dinheiro, reconhecimento etc. [...]. (HOUAISS, 2001, p. 2316).

De acordo com (22), à mulher cabe todo tipo de qualificadores, desde o universo animal (“andorinha”, “cadela”, “égua”, “fêmea”, etc.), perpassando por derivados de partes anatômicas (“bocetinha”), até se chegar às locuções do Sul da Linha Abissal (SANTOS, 2003) para depreciá-las (“mulher de **má** nota”, “mulher **errada**”, “mulher **perdida**”).

Aos homens, por sua vez e segundo (23), cabe uma entrada de verbete bem mais curta. Não há locuções depreciativas, não há predicativos pejorativos: no máximo, ele é um homem sem honra. Para o prostituto, “abrir mão de seus princípios” significa

permutar ou vender “seus talentos ou dons”. Então, se eles os enterrarem ou os frutificarem, ainda assim, estarão no lucro – quando comparados às colegas de categoria. Não serão, enfim, postos no lado de lá da Linha Abissal.

Enquanto a mulher “mercadeja o corpo”, o homem prostitui “os seus dons e talentos por dinheiro”.

Em especial, os adjetivos são marcados no verbete de “meretriz” em suas locuções (*in fine*). Na mesma esteira, retirados da tese de Santos (1909), os trechos a seguir mostram certa dimensão do uso dos adjetivos presentes no texto em análise. De forma iterativa, os predicativos contribuem para a progressão e argumentação do discurso acerca da prostituição. Essas marcas linguísticas, com efeito, ao qualificar tanto a temática quanto as próprias prostitutas, engendram o discurso (e a produção dos sentidos) e validam a argumentação:

- (24) Embora **repugnante** e **asqueroso**, devemos reconhecer que é de **maxima** e **imprescindível** necessidade, o estudo d’esse flagello, d’esse cancro social. (p. 5).
- (25) A prostituida quasi nunca é uma mulher **má**. (p. 7).
- (26) Que poderão ser crianças assim educadas senão **mulheres sem pudor**, senão **prostitutas futuras**? (p. 9).
- (27) As leis penaes [...] não punem porém, aquelles que, da virgem que poderia ser uma mãe de familia **honesta, feliz e exemplar** – fazem uma **desgraçada**, uma **infeliz** e muitas vezes uma **criminosa**. (p. 11).
- (28) Individuos que consideram a prostituição como meio licito de satisfazer o appetite sexual, que não reconhecem a nullidade de semelhante copula e as suas consequencias **funestas** – só podem ser indivíduos **depravados**, celibatários **inimigos da moral**. (p. 27).

As categorias adjetivais, de acordo com Pria (2004), podem ser divididas em três: avaliativos, classificadores e determinativos. Os primeiros atribuem uma propriedade ao nome, conforme se vê em (25) e (28); os segundos colocam-no numa subclasse, por exemplo, (26) e (27) – mulheres castas e pervertidas; e os últimos quantificam ou determinam esse nome investido dessa propriedade ou subclassificado, presente em (24).

Os adjetivos reforçam, ao que parece, a posição discursiva ocupada pelo sujeito: ao mesmo tempo em que Santos (1909) afasta qualquer legitimidade da prostituição, determinando que ela é “repugnante e asquerosa”, o autor confere às

“mulheres sem pudor” uma classificação que discrimina: a mulher “honesta, feliz e exemplar” daquela “desgraçada, infeliz e criminosa”.

3.2.4 Historicizando as putas

Nos estudos realizados por Abreu (2007), a autora investiga o desenvolvimento da cultura patriarcal em nossa sociedade. Assim, da Pré-História à Idade Média, uma série de acontecimentos, narrativas e mitologias irão se convergir no sentido de construir uma cultura e tradição misógina.

Com efeito, conforme Abreu (2007), no decorrer do período⁶⁶ compreendido entre os anos 35.000-10.000 a.C., a ordem entre os povos da Europa e Oriente Médio era, majoritariamente, as culturas matriarcais. Estas se assentavam “numa visão cosmogônica centrada no feminino e personificada na figura titular de uma Grande-Deusa ou Grande-Mãe, que simbolizava o poder e a força geradora do Universo”. (idem, p. 24).

O culto às deusas e às figuras femininas, nessas sociedades matriarcais, continua a estudiosa, foi desaparecendo gradativamente com a invasão⁶⁷ de povos que

⁶⁶ Importa destacar que a autora refere-se a esse período, denominando-o de Paleolítico. A evidência com que Abreu (2007) trata o assunto, no entanto, pode ser problematizada, visto que isso também é uma construção sócio-histórica da cultura ocidental. É a construção da história, conferindo efeitos de verdade e de real. A esse respeito, Benveniste (1989, p. 70) comenta: “as línguas não nos oferecem de fato senão construções diversas do real, e é talvez justamente no modo pelo qual elas elaboram um sistema temporal complexo que elas são mais divergentes”. Ainda segundo o autor, o tempo crônico possui características que fundamentam a vida em sociedade: “A partir do eixo *estativo*, os acontecimentos são dispostos segundo uma ou outra visada *diretiva*, ou anteriormente (para trás) ou posteriormente (para frente) em relação a este eixo, e eles são alojados em uma divisão que permite *medir* sua distância do eixo: tanto antes ou depois do eixo, depois de tal mês e de tal dia do ano em questão. Cada uma das divisões (ano, mês, dia) se alinha em uma série infinita na qual todos os termos são idênticos e constantes, não admitindo nem desigualdade nem lacuna, de tal modo que o acontecimento a situar está localizado exatamente na cadeia crônica por sua coincidência com tal divisão particular.” (BENVENISTE, 1989, p. 72-3). Neste trabalho, não se entrará no cerne das questões apresentadas por Abreu. Ao mobilizar seu texto, deseja-se mostrar outros dizeres sobre o assunto patriarcal-matriarcal, que, sobretudo graças às discussões do movimento feminista, ganharam força nas décadas finais do século XX. Na área de Letras e afins, o movimento feminista acabou por influenciar nas discussões sobre língua(gem) e gênero. Sobre esse tema, conferir Cameron (1999).

⁶⁷ Exemplos são dados por Abreu, citando Junito Brandão: “a ocupação violenta de toda a Grécia pelos Jônios, (2600-1950 a.C.) que trouxeram a cultura patriarcal indo-europeia cuja religião era essencialmente [...] com predomínio do masculino [...]; as invasões dos Dórios, por volta do século XII a.C., cuja supremacia bélica subentendia a superioridade do homem enquanto guerreiro e, por conseguinte, portador de uma cultura patriarcal mais arraigada [...]; a derrota das Amazonas por um herói da mitologia grega é ilustrativa do derrube do poder dos indo-europeus [...]”. (ABREU, 2007, p. 27).

traziam consigo a visão patriarcal e contribuíram de forma incisiva para atitudes misóginas, principalmente na cultura “hebraica, greco-romana e celto-germânica, que no conjunto das suas influências constituirão a matriz da cultura europeia, tal como emerge séculos mais tarde”. (ABREU, 2007, p. 29).

A transição da cultura matriarcal, regidas pelo princípio feminino da Grande-Mãe⁶⁸, para a patriarcal representou, segundo René Chandel (apud ABREU, 2007, p. 28), uma virada de concepção: “o onipotente (e até autoritário) deus masculino, deixou de se estar na presença dessa Mãe [...] e passou-se à presença de um Pai, [...] que exerce o poder de castigar e de preferir uns filhos em detrimento de outros”.

Assim, o estatuto da mulher é, por consequência, rebaixado. Ela não é mais vista a figura da fertilidade e fecundidade determinantes. Com a ascensão da perspectiva patriarcal, esses dois elementos serão destacados como símbolo de castigo e contaminação.

A herança dessa tradição misógina e patriarcal da cultura ocidental será reiterada, retomada e (re)afirmada a partir também de uma série de narrativas – mitológicas⁶⁹ e bíblicas⁷⁰. A tradição, então, se orientará no sentido de “um persistente esforço de desresponsabilização dos homens pelos seus actos e da sua insistência para que as mulheres reconheçam e aceitem resignadamente a condição de inferioridade que os homens lhe querem impor” (ABREU, 2007, p. 66). Com o tempo, os discursos centrados na “tradição”⁷¹ passaram a ser utilizados para justificar a permanências de certas práticas.

⁶⁸ “Responsável pela criação do mundo, renovação da natureza e pela eternidade”. (ABREU, 2007, p. 24).

⁶⁹ Nesse aspecto, Abreu, após sintetizar várias narrativas gregas, como a *Odisseia* e *Édipo Rei*, sustenta que: “Os heróis das lendas das culturas pré-cristãs moviam-se assim por entre uma galeria de monstros femininas que tinham de derrotar ou superar a astúcia, de modo a garantirem a sua sobrevivência. Essas terríveis figuras femininas que povoavam o imaginário desses povos tinham a sua imagem reflectida na mulher comum. Eram as esposas preguiçosas, vingativas, manhosas e sem escrúpulos, figuras a serem conquistadas e ridicularizadas”. (2007, p. 69).

⁷⁰ Retoma-se, nesse contexto, a tradição judaico-cristã do Antigo Testamento, a respeito da origem do pecado na Terra. Na Bíblia, com efeito, Deus, ao atribuir o castigo à Eva em razão de sua obediência por comer o fruto proibido, sentencia: “Vou fazer com que sofras os incômodos da gravidez e terás que dar à luz com muitas dores. Apesar disso sentirás forte atracção pelo teu marido, mas ele há de mandar em ti” (Gên. 3,16).

⁷¹ Segundo Charaudeau (2006, p. 211): “O imaginário da ‘tradição’ é sustentado por discursos que se referem a um mundo longínquo no tempo, no qual os indivíduos teriam conhecido um estado de pureza. Esse mundo é evocado como um paraíso perdido (a idade de ouro da Antiguidade, o Éden da Bíblia) ao qual seria preciso voltar para reencontrar uma origem, fonte de autenticidade. É então descrita a história da comunidade em questão, uma história às vezes inventada, mas necessária para estabelecer uma filiação

Insertos nessa cultura ocidental, que se historiciza desde tempos remotos, a tese de Santos, escrita no início do século XX, em 1909, retrata essa visão patriarcal. Com efeito, as mulheres, ainda que não sejam prostitutas – “desgraçadas” e “infelizes” – são apresentadas como possivelmente sedutoras, traidoras, vingativas e adúlteras. Essa série de adjetivos está arraigada numa cultura ocidental que ridiculariza⁷² a mulher e a satiriza.

Nessa esteira, ao lado da menstruação, a maternidade foi considerada como elemento de contaminação, segundo o Antigo Testamento. A menstruação era vista como a manifestação de impureza, sendo a maternidade tolerada apenas em razão “da necessidade de as espécies se reproduzirem”. (ABREU, 2007, p. 54).

A constituição biológica da mulher é discursivamente usada como elemento de desqualificação, no sentido, de impedida para assumir papéis masculinos, como os voltados para guerra, por ser o de maior prestígio social nessa época. Portanto, no pensamento na Antiguidade Clássica, a mulher passou a ser uma “variante *imperfeita* do homem” (ABREU, 2007, p. 53, grifo da autora).

O estatuto ao qual a mulher foi submetida, na tradição ocidental, está presente em mitos, bem como na literatura. Émile Zola, ao dar vida à prostituta *Naná*, reforça as construções históricas acerca da prostituta. Em certa passagem, *Naná* é alvo da crítica de um artigo, intitulado “A mosca de ouro”. Nessa ocasião, “o artigo reficcionaliza a trajetória da prostituta e oferece, na sua brevidade, o teor das opiniões mais sinceras que o romance como um todo tem de sua protagonista” (MENDES, 2000, p. 95-6):

(29) A crônica de Fauchery, intitulada “A mosca de ouro”, era a história de uma rapariga proveniente de quatro ou cinco **gerações de bêbados**, com o sangue estragado por uma longa hereditariedade de **miséria e álcool**, o que nela se traduzia por um **desequilíbrio nervoso e sexual**. Criara-se num subúrbio, pelas ruas parisienses, e, grande e bela, de carnação soberba, como flor brotando da estrumeira, vingava os pobres e os

com os ancestrais, com um território ou uma língua. Os descendentes seriam os herdeiros. O que lhes imporia um dever de “retorno às fontes”, de recuperação da origem identitária. Esses discursos reclamam para si uma verdade que exige uma busca espiritual de retorno a um estado primeiro, fundador de um destino”.

⁷² “Com os autores gregos Semonides e Hesíodo a misoginia transforma-se em escárnio. A esposa resmungona, maliciosa e gastadora, que fala pelos cotovelos e é um tormento para o marido, torna-se ‘matéria-prima’ por excelência do humor europeu dos séculos subseqüentes. Hesíodo afirmava que um homem não poderia viver com elas, nem sem elas. Se não casasse, passava uma velhice miserável; se casasse vivia toda a sua vida em constante tormento”. (ABREU, 2007, p. 69).

abandonados, dos quais descendia. Com ela, **a podridão** que se deixava fermentar entre o povo elevava-se até a aristocracia, apodrescendo-a também. Transformara-se numa **força da natureza, numa inconsciente semente de destruição, corrompendo e desorganizando** Paris em suas coxas níveas, desagregando a cidade do mesmo modo que **as mulheres, no período menstrual, fazem azedar o leite**. E era no final do artigo que se encontrava a simbologia da mosca, uma mosca cor de sol, saindo de entre **o lixo, uma mosca que bebia a morte nos cadáveres** abandonados ao longo dos caminhos e que, zumbindo, dançando, libertando um clarão de pedrarias, **envenenava os homens**, bastando para isso pousar sobre eles, nos palácios onde entrava pelas janelas. (ZOLA, s.d., p. 144 *apud* MENDES, 2000, p. 96, grifos nossos).

Neste excerto (29) de Zola, há alguns pontos a se destacar: a mulher, enquanto força da natureza de destruição, corrupção, podridão e desorganização de Paris – fazendo ecoar, assim, o mito de Pandora; a prostituta, *Naná*, figurando ao lado da marginalidade e dos *loucos* de Paris; a menstruação, enquanto elemento de impureza – que reforça tanto o estatuto da mulher, quanto a de prostituta que só causa males à terra parisiense; e, por fim, a prostituta que é simbolizada na “mosca”, como um animal do lixo, que se alimenta de cadáveres e envenena os homens.

O discurso sobre o sangue menstrual na condição de um veneno que a tudo e a todos contamina, com efeito, atravessa séculos e ratifica a crença de que a mulher é um foco de contaminação, de impureza, de doenças. Nesse sentido, pode-se dizer que Zola, em (29), reforça o contributo de Plínio, o Velho, autoridade romana em história natural, que afirma:

O contacto com ele [sangue menstrual] faz com que o vinho novo azede, com que as safras por ele tocadas se estraguem, os enxertos morram, as sementes nos jardins sequem, a fruta nas árvores caia, a superfície brilhante dos espelhos, nos quais apenas reflecta, fique embaciada, o fio do aço e o brilho do marfim fiquem embotados, os enxames de abelhas morram. Até o bronze e o ferro ficam imediatamente tomados pela ferrugem, e o ar fica empestado com um odor horrível; prová-lo enlouquece os cães e contamina as suas mordeduras com um veneno incurável. (PLÍNIO o VELHO *apud* ABREU, 2007, p. 54).

Essas construções históricas, como lembra Abreu (2007, p. 17), moldaram “o estatuto social, religioso, político e econômico das mulheres”. Assim, se a personagem *Naná* é simbolizada numa “mosca”, animal desprezível socialmente, é porque sua criação – assim como das mulheres –, em geral é “vista como ‘um castigo’, e será identificada como inimiga do homem e da humanidade, vista como fonte de doença e de

problemas, igualada ao mais vil dos animais, descrita em termos vexatórios”. (ABREU, 2007, p. 63-4). Nesse sentido, em Santos (1909) também se lê:

(30) Essas infelizes são predispostas, além d’isso, a um grande numero de moléstias, que, sem fallar na syphilis e nas demais moléstias venéreas que tanto as perseguem, podem muito bem ser consideradas como o resultado da profissão que usam; que são para ellas o mesmo que a collica metallica, por exemplo, é para os indivíduos que preparam e manejam os saes de chumbo. (SANTOS, 1909, p. 23).

O discurso engendrado pela cenografia em Santos (1909) legitima e valida esses arquétipos da mulher, seja ela mulher “honesta” ou uma “pervertida”. Assim, é um doutor em medicina que afirma a “predisposição” das mulheres em ser o foco de moléstias, justificando o discurso médico com uma analogia que remete ao sangue menstrual.

A predisposição das mulheres para contrair “um grande numero de moléstias”, em (30) especialmente, no entanto, é discursivizada de uma maneira em que se apaga o “causador”, obedecendo à ordem de um discurso patriarcal e misógino. Em outros termos, é como se a sífilis fosse contraída pelo ar, pelo etéreo, e não pelo contato físico. Ademais, o enunciador personifica as doenças, à semelhança de um animal selvagem, porque elas “perseguem” as mulheres.

Ao lado da menstruação, o tabu da virgindade foi, segundo Abreu (2007), uma das tradições que mais estigmatizou a mulher. A atividade sexual desta, num viés da tradição da cultura ocidental, “enquadrava a mulher em duas categorias distintas: a da mulher virgem ou casta e a da mulher libertina ou perdida”. (idem, p. 60). Nessa dicotomia, havia apenas duas alternativas: a relação sexual legal, no matrimônio, e a relação sexual à margem do casamento, a prostituição.

3.2.5 O sexo na ordem do saber jurídico

Quanto à sexualidade, que tem ao longo dos anos subjugado as mulheres no que concerne aos seus adjetivos de “honesta” ou “prostituta”, observa-se como se dá esse vínculo entre tais construções histórico-discursivas e o campo do saber do Direito, a partir de uma passagem da tese de Santos (1909):

- (31) A falta de repressão severa aos defloramentos grande contingente presta a esta pernicioso instituição [prostituição]. As leis penaes que são rigorosas para o menor attentado aos interesses materiaes, não punem porém, aquelles que, da virgem que poderia ser uma mãe de família honesta, feliz e exemplar – fazem uma desgraçada, uma infeliz e muitas vezes uma criminosa. (SANTOS, 1909, p. 11).

Nesse diapasão, em Santos (1909), observa-se a dicotomia da mulher e também o exercício do poder e a vontade de verdade. Uma verdade que se arroga como a total, a razão metonímica (SANTOS, 2003), estabelece e reforça a dicotomia da mulher casta – e também “feliz, honesta e exemplar” – em oposição à mulher pervertida: “desgraçada, infeliz e, muitas vezes criminosa”, tal como se vê em (31).

Agora, passa-se a analisar essa discursividade em outros gêneros textuais, de diferentes épocas:

- (32)⁷³ **Art. 215.** Ter conjunção carnal com mulher *honestas*, mediante fraude:
Pena - reclusão, de um a três anos.

Art. 216. Induzir mulher *honestas*, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

Pena - reclusão, de um a dois anos.

Parágrafo único. Se a ofendida é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (quatorze) anos:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 219. Raptar mulher *honestas*, mediante violência, grave ameaça ou fraude, para fim libidinoso.

Pena: Reclusão, de dois a quatro anos. (grifos nossos).

- (33) No tribunal, uma prostituta chorando diz ao juiz:
- Senhor, eu fui estuprada...
- Quando você descobriu isso? – o juiz pergunta.
Ela continua chorando... O juiz pergunta de novo:
- Quando você descobriu isso?
E ela responde:
- Quando o cheque voltou...

“Conjunção carnal”, “ato libidinoso”⁷⁴, “estupro”: a sexualidade em relevo, novamente. Foucault (2011b) diria que nunca se falou tanto e de tantas formas sobre a

⁷³ Esses dispositivos do Código Penal de 1940 foram alterados pela Lei n. 11.106, de 28 de março de 2005, excluindo de sua inteligência o adjetivo “honestas”. Posteriormente, vigorou a seguinte redação: **Art. 215.** Ter conjunção carnal com mulher, mediante fraude. Pena - reclusão, de um a três anos. **Art. 216.** Induzir alguém, mediante fraude, a praticar ou submeter-se à prática de ato libidinoso diverso da conjunção carnal. Pena - reclusão, de um a dois anos. Parágrafo único. Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (quatorze) anos. Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos. **Art. 148.** Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado. § 1º A pena é de reclusão, de dois a cinco anos: V – se o crime é praticado com fins libidinosos. (BRASIL, 2010).

sexualidade, na sociedade ocidental, quanto nos últimos dois séculos. O tabu da sexualidade (ABREU, 2007) que separa dois tipos de mulher (a casta e a libertina), então, faz-se presente nesses dois gêneros diversos: a norma penal e a piada.

Dito de outro modo, a visão misógina e patriarcal que dicotomiza mulher “honesta, feliz e exemplar” *versus* “desgraçada, infeliz e criminosa” pode ser discursivamente reconhecida nos trechos acima. De um lado, em (32), os dispositivos legais do Código Penal de 1940 apontam para o discurso sério, imponente do Direito no que tange à sexualidade: o *saber* exercendo mais uma vez o *poder*.

De outra banda, em (33), o riso e o humor são uma consequência do atrito que se dá quando do conflito entre o discurso dominante e o discurso de resistência. A propósito, no que concerne ao humor em piadas, pode-se pontuar: a “humanidade só faz piadas sobre temas controversos, ou seja, temas sobre os quais há uma razoável pletera de discursos, cada um deles enfocando o tema de um ângulo ou posição diferente (o que gera a controvérsia)” (POSSENTI, 2010, p. 12). Em segundo lugar – ponto que também mantém relação com a *repetibilidade* discursiva – continua o autor: “o solo para a criação de piadas é tipicamente pisoteado. É apenas quando os discursos sobre temas controversos se tornam populares, praticamente anônimos, de tão frequentes, que as piadas começam a aparecer”. (idem, p. 12-3). Sobre piadas, afirma:

Pode-se dizer que piada são facilmente compreendidas. Claro, há piadas que supõem leitores específicos, que partilhem de saberes – de memórias – específicos. Além disso, exige-se uma capacidade de sacar trocadilhos, duplos sentidos, alusões etc. nesse sentido, as piadas são um tipo de texto específico, porque, se é verdade que todos os textos supõem “algum conhecimento prévio” ou “enciclopédico”, a piada exige, além disso, uma precisão cirúrgica na leitura de certa passagem. (POSSENTI, 2010, p. 111).

Possenti (2010) afirmará que “as técnicas fundamentais do humor consistem em permitir a descoberta de outro sentido, de preferência inesperado, frequentemente distante daquele que é expresso em primeiro plano e, até o desfecho da piada, parece ser o único possível”.

⁷⁴ “Ato libidinoso é aquele destinado a satisfazer a lascívia, o apetite sexual. Cuida-se de conceito bastante abrangente, na medida em que compreende qualquer atitude com conteúdo sexual que tenha por finalidade a satisfação da libido. Não se incluem nesse conceito as palavras, os escritos com conteúdo erótico, pois a lei se refere ao ato, ou seja, a uma realização física completa. Por exemplo: tocar no órgão sexual da vítima, realizar coito oral ou anal etc. Condutas mais leves como apalpar-lhe o corpo, agarrar ou dar beijos lascivos devem ser enquadradas como contravenção penal” (CAPEZ, 2005).

Assim, no primeiro plano da piada, há a mulher *honest*a (que poderia buscar o Poder Judiciário a fim de representá-la contra um estupro) e, em oposição, a mulher “puta”, que não goza do mesmo direito e, mesmo assim, aciona o judiciário. Até essa parte da piada, o leitor ainda não encontrou o humor que só será alcançado quando da produção do sentido inesperado, que foge à situação primária. Em outros termos, a “precisão cirúrgica” em (33) se encontra no fato de que a prostituta, ao prestar-se aos serviços sexuais, não teria direito de reclamar o inadimplemento da prestação laboral, plasmando, assim, na não incidência da norma penal relativa ao crime de estupro.

Importa considerar o fato de que retirar o adjetivo “honesto” do dispositivo legal, com o advento da Lei 11.106/2005, não configura que a sociedade deixou de ver o “honesto”. Veja-se, por exemplo, o caso das “roupas” no anúncio da Marcha das Vadias (Figura 1). Ou seja, corre pela sociedade ocidental certa visão de que, se uma mulher é violentada, na maioria das vezes é porque ela se comportou “mal”, não foi honesta consigo e com a sociedade. Se uma prostituta é violentada (é o caso da piada), é constitutivo de sua profissão: por conta de suas práticas: jeito de andar, de se vestir, de se relacionar com outras pessoas, etc.

Nessa medida, ainda que sejam gêneros textuais distintos, o que se nota é a *mesma* base de pensamento, de racionalidade: o *mesmo* discurso. Esse processo discursivo de retomadas, remissões, implícitos, paráfrases configuram um *regime de repetibilidade* que, segundo Indursky (2011, p. 75) apresenta-se como a persistência de um dizer que, através dos tempos, ganhou regularização, fazendo parte de uma memória.

O saber-poder é assentado nesse discurso patriarcal e machista. O *poder* é exercido de forma que o discurso dominante se sobreponha ao de resistência. Assim, a mulher *honest*a (que não põe em perigo o biopoder) é digna de receber toda a proteção jurídica (controle e vigilância) no que respeita à sua sexualidade; por outro lado, as putas são rechaçadas desse campo do saber do Direito.

Os dois trechos (32) e (33), com efeito, se assentam nesse *saber-poder* do discurso jurídico. Ao se buscar o conceito do crime de “estupro”⁷⁵, na doutrina jurídica,

⁷⁵ Sobre o delito de estupro, outrora, previsto no art. 213 do Código Penal e disposto como um dos “Dos Crimes contra os costumes”, sofreu alteração trazida pela Lei Ordinária Federal nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Dizia o art. 213: “Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”,

por exemplo, este mecanismo do *saber-poder* dirá que este crime se configura como a conjunção carnal sem o *consentimento* da vítima, verbalizado no tipo penal com “constranger”⁷⁶. Logo, de acordo com o discurso dominante, afasta-se o crime no caso de prostitutas, pois, estas dão o seu consentimento para a prática dos “atos libidinosos”, ou seja, o verbo do tipo não é realizado.

A marca linguística, representada no uso do adjetivo “honesta”, é a linha limítrofe que sinaliza o confronto entre os dois discursos. Não se trata de uma previsão penal para *qualquer* mulher, deverá, sim, ser uma mulher de família, zeladora dos bons costumes, etc. Como se somente este tipo de mulher fosse digna de proteção e de reconhecimento no mundo do Direito.

No trecho (32), ao silenciar as “putas”, diz-se (muito) sobre elas. Isso porque o discurso transversal de resistência (prostituição) se presentifica na linearidade do discurso dominante. Por mais que não se mencione as “prostitutas” na norma legal, elas são postas em virtualidade pelo discurso transversal que ali se infiltra.

O *saber-poder* jurídico sobrepõe-se a qualquer tentativa de resistência, afastando-a do reconhecimento legítimo e da segurança penal. A lógica que se constrói é próxima àquele brocardo: “o que não está nos autos, não existe no mundo”; o que não é abarcado pela norma jurídica, não é digno de proteção; o que está à margem da lei, não é digno de reconhecimento. (SANTOS, 2008).

A instância jurídica na produção dos discursos na sociedade ocidental é, portanto, incisiva no que tange à sexualidade: “O poder seria, essencialmente aquilo que dita a lei. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido” (FOUCAULT, 2011b, p. 93). Desse modo, a sexualidade das mulheres, enquanto um crivo sob o qual as conceitua como “honestas” ou “pervertidas”, regularia as suas relações sociais, religiosas, entre outras.

inferindo-se, desse modo, que somente *mulher* poderia ser vítima de estupro. Porém, com o advento da Lei 12.015/2009, o artigo passou a vigorar com a seguinte redação: “Constranger *alguém*, mediante violência ou grave ameaça a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal” (grifo nosso), constituindo-se como o art. 214 do atual Código Penal, sob o Título “Dos crimes contra a Dignidade Sexual”.

⁷⁶ “A ação nuclear do tipo consubstancia-se no verbo *constranger* alguém a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. Constranger significa forçar, compelir, coagir alguém a manter com o agente conjunção carnal. [...] É ínsito ao crime de estupro que haja o dissenso da vítima, sendo necessário que ela não queira realizar a conjunção carnal”. (CAPEZ, 2005, p. 2-3).

Em segundo lugar, Foucault (2011b, p. 93-4), a respeito da relação imbricada entre o direito e o exercício do poder, continua: o sexo se define a partir de sua relação com a lei:

o domínio do poder sobre o sexo seria efetuado através da linguagem, ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito. Ele fala e faz-se a regra. A forma pura do poder se encontraria na função do legislador; e seu modo de ação com respeito ao sexo seria jurídico-discursivo.

Enfim, a sexualidade das prostitutas é jogada para longe do mundo “honesto” e legal. De forma que, “se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutra lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão no circuito da produção, pelo menos no do lucro”. (FOUCAULT, 2011b, p. 10).

A seguir, dois trechos retirados dos jornais *O Século* e *Brasil Novo*, que circulavam na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba, no início do século XX:

(34) Campina já necessita circunscrever a uma zona mais própria certos desregramentos comuns dos centros que são adiantados, o “movimento de suas mulheres de vida atirada”. Mas, onde o sr. Prefeito iria acomodar tanta gente noutra ponto da cidade, caso deseja-se levar a efeito esse magnífico plano de saneamento social, dada a crise de habitação que a cidade vive sempre a se lamentar?⁷⁷

Ora, nós sabemos que a Av. Juvino do Ó, conhecida por Rói Couro, é o ponto de maior concentração das rameiras. Está localizada no centro da cidade, habitadas por famílias de nossa melhor sociedade. [...] Essas famílias só poderão se sentir mal com vizinhança de tal natureza. Demais não é o aspecto moral que surge da quase promiscuidade das residências das famílias com as moradias das meretrizes, fato que por si só, exigia dos poderes competentes uma medida que acabasse com a situação vexatória, mas também o que diz respeito à ordem pública e sossego das mesmas famílias.⁷⁸

As sexualidades ilegítimas foram incomodar em lugares destinados a esse fim. O direito de ter uma vizinhança “honesto” é posto em pauta. O “saneamento social e moral da cidade”, em (34), prestou-se para a ordem. A propósito, a razão metonímica “é obcecada pela ideia da totalidade sob a forma de ordem” (SANTOS, 2003, p. 241). Era preciso que as casas das meretrizes ficassem afastadas das honras da cidade, das

⁷⁷ *O Século*, Ano I, nº 27, 02/03/1929, p. 04 (apud SILVA, 2006, p. 112).

⁷⁸ *Brasil Novo*, Ano I, nº 07, 21/02/1931, p. 07 (idem, p. 114-5).

famílias, das mulheres “honestas”. Dicotomiza-se o planejamento social, público e “moral” da cidade: fala-se sobre a sexualidade de outra maneira.

Esse mecanismo de poder que se exerceu na cidade de Campina Grande, no começo do século passado, também é ancorado no *saber* jurídico de vigilância e controle da prostituição, como se observa no artigo científico-médico, escrito em 1845:

(34) 2º. Que sejam arruadas [as prostitutas] em diversos districtos marcados pelo Governo para residencia das mesmas, dos quaies se não poderão mudar, sem participarem ás authoridades competentes, e indicarem o lugar para onde vao residir, o qual será sempre um dos lugares designados para esse fim. 3º. Que todas as prosituidas sejam obrigadas a tirar na policia hum titulo de residência, no qual vá declarado tanto o districto para onde vai morar, como os signaes caracteristicos da pessoa. (REGO, 1845, p. 14).

A respeito do *saber-poder* jurídico, Boaventura de Sousa Santos propõe pensar o lugar privilegiado que o Direito, ao lado da Ciência, ocupa no pensamento ocidental. Segundo o sociólogo, a racionalidade no Ocidente assenta-se sobre o que é legal e o que é ilegal, sendo estas as duas formas reconhecíveis e existentes perante a lei: “Essa dicotomia central deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal”. (SANTOS, 2008, p. 6).

Esse regime binário de lícito e ilícito, ao qual a sociedade ocidental está submetida, torna a zona colonial, aquela área que escapa à dicotomia do legal e do ilegal, inexistente⁷⁹. Ademais, o direito moderno também é o instrumento para homogeneizar as partes ao todo, na lógica da razão metonímica. Nesse cenário, a eventual regulamentação da profissão de prostitutas, ainda que estivesse no território sem-lei, precisaria entrar na ordem do direito, *in casu*, na sua criminalização. Isto é, é preciso enquadrar a prostituição em legal ou ilegal.

⁷⁹ Para Foucault, ao cuidar do sexo como discurso interditado e inter-relacionando-o à lógica da censura e, por conseguinte, também sujeito ao *saber-poder*, preconiza: “supõe-se que essa interdição tome três formas; afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista. Formas aparentemente difíceis de conciliar. Mas é aí que é imaginada uma espécie de lógica em cadeia, que seria característica dos mecanismos de censura: liga o inexistente, o ilícito e o informulável de tal maneira que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro: do que é interditado não deve se falar até ser anulado do real; o que é inexistente não tem direito a manifestação nenhuma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua existência; e o que deve ser calado encontra-se banido do real como o interditado por excelência. A lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não manifestação, e de mutismo”. (FOUCAULT, 2011b, p. 94-95).

Os exercícios dos poderes são, portanto, também marcados (e demarcados) por uma possível zona de prostituição, como sugere (33). Além disso, os “districtos” de moradias das prostitutas deveriam estar em constante vigilância e controle por parte das autoridades, de acordo com a medida da revista médica, (34). Vigiai a sexualidade, portanto.

A relação de poder e saber jurídico é histórica. Foucault (2011b, p. 98), nessa medida, sustenta que “desde a Idade Média, nas sociedades ocidentais, o exercício do poder sempre se formula no direito”. O filósofo francês, a esse propósito, ao analisar o poder monárquico e as críticas⁸⁰ que lhe foram dirigidas no decorrer do século XVIII e XIX, observou que elas não colocaram em xeque “o princípio de que o direito deve ser a própria forma do poder e de que o poder deveria ser sempre exercido na forma do direito”. (idem, p. 99).

Por fim, Foucault (2011b) diz que o direito, na sociedade ocidental, ainda impera, visto que qualquer crítica “é feita sobre o pano de fundo do postulado de que o poder deve, essencial e idealmente, ser exercido de acordo com um direito fundamental”. (idem, *ibidem*).

Nesse sentido, na tese de Santos (1909), alguns trechos, conforme transcrito em (35), revelam essa lógica jurídica, cuja existência da prostituição é ancorada no extremo do legal e ilegal. Com efeito, a possível regulamentação da profissão das prostitutas é um dos pontos reiterados na tese acadêmica (idem), configurando-se, mais uma vez, o *saber-poder*: o saber jurídico como instrumento para a permanência dos micropoderes das classes dominantes:

(35) Reconhecel-a como instituição lícita e regulamental-a – também nunca. A regulamentação da prostituição não extingue a immoralidade e é o maior atentado à liberdade individual que é possível se imaginar. (p. 31).

Argumentam ainda que a regulamentação deve existir, para que inocentes esposas não sejam contaminadas e innocentemente paguem as faltas cometidas pelos maridos.

Ainda que a regulamentação produzisse os efeitos desejados – entendemos que a sociedade não tem o direito de facilitar os actos

⁸⁰ Exemplo dessas críticas, ocorrida no século XIX, tratou-se de “mostrar não somente que o poder real escapava às regras do direito, porém que o próprio sistema do direito nada mais era do que uma maneira de exercer a violência, de anexá-las em proveito de alguns, e fazer funcionar, sob a aparência da lei geral, as dessimetrias e injustiças de uma dominação”. (FOUCAULT, 2011b, p. 99).

ilícitos de certos indivíduos, tornando-os menos nocivos e perigosos, coagindo segundos para que terceiros se exponham menos a sofrer-lhes as consequências. (p. 34).

- a) Em primeiro lugar elle [governo] deve acabar com a regulamentação, afim de que possa combater a prostituição como a uma instituição criminosa. (p. 40).

Importa notar que essa divisão do verdadeiro e do falso – especialmente, quanto ao saber científico, já comentado –, bem como do legal e do ilegal não implicam em discursos bifurcados, estáveis e excludentes. De fato, quando há o discurso dominante e o discurso das resistências, não se está a dizer que eles não mantêm uma determinada dialética entre si. Ocorre, efetivamente, a existência de *um* porque o *outro*, que lhe resiste, existe.

Por essa razão, a prostituição, enquanto discurso de resistência, ainda que seja rechaçada ao submundo, do colonial e de tantos adjetivos utilizados por Santos (1909), é o discurso que permite o exercício do poder pela instituição, através de seu saber. Se há um discurso que se pretende impor, necessariamente, há o discurso que nele se esbarra. Sendo assim, são as posições ocupadas pelo sujeito, bem como as demais variantes do processo sócio-histórico, que permitirão ao analista de discurso recompor (des)continuidades discursivas.

Todas essas construções histórias a respeito da mulher foram, por muito tempo, reafirmadas pela ciência, assim como pela filosofia e para definição das relações de gênero (ABREU, 2007, p. 55). Note-se o seguinte trecho retirado da tese de medicina de Santos (1909):

(36) Não é, porém, a miséria, como já dissemos a causa única da prostituição – muitas outras existem que poderosamente também concorrem para semelhante fim.

A falta de educação, por exemplo, é uma dellas; tanto assim que se estudarmos de perto as meretrizes, procurando observar os seus actos; havemos de ver que quasi nunca todas, senão todas não têm educação alguma.

E isto facilmente se explica:

O cerebro da mulher é muito menos plastico que o do homem, tornando-se por isto mais facilmente escravo do habito.

Si, portanto, uma mulher fôr desde sua infancia educada num meio pervertido, torna-se impossivel, é claro, conduzil-a mais tarde a uma vida honesta, ao cumprimento dos seus deveres sociaes. (p. 10-11).

Si nós homens, que somos indiscutivelmente dotados de mais energia, que além disto recebemos uma educação que nos prepara para os combates da vida, sentimo-nos desanimados quando achamo-nos em

conjecturas difíceis, que esperar de um ser fraco, como a mulher, por educação e indole? (p. 12)

O discurso científico que limita biologicamente a mulher não é de hoje⁸¹. No século XVIII, havia “psicólogos, médicos e filósofos que defendiam que as diferenças físicas de pele ou de órgãos corporais qualificavam alguns indivíduos e outros não” (SCOTT, 2005, p. 16). Além disso, os fisiologistas do final do século XIX afirmavam que as mulheres tinham um cérebro menor, mais leve e menos denso (PERROT, 2008, p. 96). Daí, a recorrência de uma literatura científica que contribuiu para a construção desses arquétipos misóginos.

Vale lembrar que, para a AD, importa saber *como* o discurso circula em sociedade. Assim, quando a literatura científica diz que o cérebro da mulher é menor e menos denso, quando comparado ao do homem, não basta perguntar se é verdade ou não, por exemplo. É preciso refletir como esse discurso científico é apropriado por outros discursos a fim de que se tenha determinado efeito de sentido, ou seja, como acontece o uso político que se faz do discurso.

A constituição biológica da mulher como fator de separação dos papéis e tarefas que lhe são “naturais”, conforme o uso que se faz desse discurso, é materializado, por exemplo, no trecho do artigo a seguir:

(37) De um modo geral, podemos afirmar que o homem é mais lógico e racional do que a mulher. O papel social dele, designado por Deus em Gênesis 2.15, é proteger, prover e liderar a família. [...] E quanto ao papel da mulher? Biblicamente falando, compete à mulher ser adjutora, ou seja, auxiliar do marido na missão de proteger, prover e liderar a família. Deus delegou à mulher uma função de extrema importância na família. A mulher foi criada com intuição e sensibilidade mais aguçadas que as do homem, para equilibrar os relacionamentos familiares, agindo como uma sábia mediadora, trazendo harmonia ao lar. Por isso, em Provérbios 14.1, é dito que toda mulher sábia edifica a sua casa.⁸²

O artigo, intitulado “Qual é o papel do homem, e o da mulher no casamento?”, escrito por um pastor, faz uso do discurso da separação entre os sexos de

⁸¹ Essa questão da limitação biológica, quanto aos gêneros, ainda hoje é marcada quando se defende que à mulher cabem as áreas de conhecimento das Humanidades, que não envolvam cálculo, por exemplo. Por outro giro, as exatas, seriam as áreas de conhecimento destinadas aos homens. Nesse sentido, conferir Cardoso (2011. pp. 39-60).

⁸² MALAFAIA, Silas. Qual é o papel do homem, e o da mulher no casamento?. Disponível em: <<http://www.verdadegospel.com/de-que-forma-a-inversao-de-papeis-no-casamento-pode-prejudicar-a-relacao-conjugal/>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

forma distinta ao uso que se faz na tese de Santos (1909). Porém, é o mesmo discurso que sustenta as duas materialidades; a base discursiva é a imputação à mulher de um *status* inferior do homem: aquela que é um “ser fraco, por educação e índole” (36) ou mesmo a esposa como “*auxiliar* do marido” para prover a família.

Se em Santos (1909), “o cérebro da mulher é menos plástico que o do homem, tornando-se por isto mais facilmente escravo do habito”, (36), no texto de Malafaia, a separação dos papéis entre o marido e a esposa é algo “natural”, da própria biologia, por assim dizer. Aos homens cumpre a tarefa de serem “provedores”, vez que são mais “lógicos e racionais”. Às esposas, o papel secundário de “auxiliar dos maridos” – se é “auxiliar”, não é “principal” – por serem dotadas de “intuição e sensibilidade mais aguçadas”.

Essa apropriação do discurso científico da constituição biológica de homens e mulheres, inserido na formação discursiva cristã-religiosa vai ao encontro da família, do casamento, do exercício de poder no âmbito religioso.

Em síntese, toda a reiterada inferioridade da mulher, seja no que tange à questão biológica, seja, por exemplo, quanto ao tamanho e peso do cérebro, refletiriam na posição social a que a mulher é colocada. Volta-se ao crivo das práticas sociais: a mulher, “desde que educada”, estará pronta para “uma vida honesta e para o cumprimento de seus deveres sociaes”.

É o poder pulverizado (GREGOLIN, 2005) sendo exercido num âmbito menor (individual), visando o exercício do macropoder (biopoder): o controle da prostituição.

Essa tradição percorreu os séculos e encontra, ainda hoje, vigor. Ela tem renegado à mulher o lugar inferior, da causadora de todos os males da terra, da pessoa vingativa, sedutora, imperfeita. Assim, “insistentemente reiterados e reafirmados, esses arquétipos misóginos passaram a ser aceitos como retratos fiéis do carácter da mulher”. (ABREU, 2007, p. 69).

PALAVRAS FINAIS



Figura 12 - Protesto na França ⁸³

A figura acima se encaixa como uma luva no trabalho que aqui se apresentou – o que, na verdade, é só um efeito de sentido construído *a posteriori* –, uma vez que permitia refletir sobre algumas relações exploradas no trabalho. Um trabalho que não se resume a essa dissertação, mas que é uma trajetória de dois anos.

A Figura 12 é um texto curto, questionador e “linguageiro”. Esse elemento pré-textual seguiu o caminho inverso do “on a gagné”, proposto por Michel Pêcheux. O enunciado sai do campo político da Tomada da Bastilha, lá no século XVII, e invade as ruas da França, em pleno 2013. *Liberté, igitalité, fraternité* ressignifica-se. Ademais esta enunciação, fruto de uma *prática discursiva*, era a materialidade de discursos que se embatem, que querem impor seus valores, que, enfim, resistem-se. A linguagem, afinal, não era o encaixe entre a “imagem acústica” e o “conceito”; os sujeitos não são assujeitados milimetricamente. Eles resistem, eles vão às ruas e à luta. As “putes” e sua eventual abolição (*eliminees?*) marcava o jogo da linguagem; o poder e a resistência juntos – uma vez que, estes dois andam juntos, conforme se aprende com Foucault.

A resistência e o discurso dominante não são antagônicos. Mas, sobretudo, a existência de um é possível em razão do outro. Essa é uma das relações que Boaventura de Sousa Santos nos instiga a refletir na metáfora da Linha Abissal. Por mais que a “co-presença dos dois lados seja impossível”, ambos estão lá, numa espécie de “cabo de

⁸³ “Protesto. Transexual exhibe cartaz contra a intenção anunciada pelo governo da França de abolir a prostituição no país, inspirada no exemplo da Suécia”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/cerco-frances-prostituiçao-gera-divisao-na-esquerda-5977061>. Acesso em: 25 de jan. 2013.

guerra”, e ambos só existem porque o outro existe. Da mesma forma, o poder é exercido porque a “prostituição” resiste ao olhar panóptico ao qual o corpo foi submetido em certo momento da história.

O trabalho foi dividido basicamente em duas partes. Num primeiro momento, os exercícios do poder, especialmente pelo *saber* da Medicina, permitiu refletir *como* esse sustentáculo da *monocultura do saber* opera, produzindo discursividades que extravasam o próprio campo. Produzem-se discursos que operam na rede da “limpeza”, do “saneamento social”, da “Cadeira de Hygiene”. A prostituição, então, seria esse lugar do sujeito, um “cancro” – sendo, esta a memória que se resgata e atualiza quando se equipara, por exemplo, a política à “putaria”.

No centro do panóptico, há os *saberes*: a Ciência e o Direito. Além de controlar os corpos, mediante um aparato discursivo que diz o que é legal e “comprovado cientificamente”, eles estão em vigilância constante – ainda que os sujeitos não saibam, de modo plenamente consciente, o momento em que estão sendo observados. Assim, práticas discursivas a respeito da sexualidade têm sido ditas de diversas maneiras e por diversos sujeitos e formações discursivas.

A Ciência exclui qualquer outra forma de reconhecimento, no sentido de não ser legítimo, de não ter importância relevante, como diz Boaventura de Sousa Santos. A imposição de seus valores, de sua “verdade”, tem contribuído para que os discursos construídos sejam usados para atender determinados interesses, para impor determinados valores. *Como* o que se diz “cientificamente”, diz sobre o exercício do poder. Exercícios que se voltaram para o corpo em função de uma necessidade de vida, de força trabalhadora, do capitalismo.

A segunda parte procurou cuidar da construção histórica da “feição” da prostituição. Nesse passo, elas se naturalizam de tal forma que parece ser *evidente* o que é uma “mulher”, o que é uma “prostituta”. Porém, todos esses conceitos existem porque, do outro lado, há algo que o faz ser diferente. Assim, a “mulher” é pensada em relação ao “homem”, a “prostituta” em relação à “mulher casta”, e assim por diante.

A *monocultura do saber*, assim-chamada por Boaventura de Sousa Santos, com efeito, tem produzido uma divisão no mundo ocidental que coloca a “prostituição” no lugar do ilegal – tal como a iniciativa do governo da França para abolir a prática

(Figura 12); no lugar do ruim e sujo; no lugar de um “cancro” – não apenas “social”, como Santos (1909) insistiu.

Analisar a tese de Angelo de Lima Godinho Santos permitiu pensar como a produção do discurso – e do que deve ser dito e silenciado – circula em sociedade de forma minúscula até uma instância maior. Se é preciso “exterminar” a prostituição, é preciso que se coloque em movimento *dizeres* contra a prática. Por essa razão, Santos (1909) vale-se de discursos legais, sociais e cristão-religiosos. Os olhares panópticos vêm de todos os lados.

A propósito, a argumentação desenvolvida pelo autor da tese tem-se mostrado falaciosa, vez que ele se ocupa apenas de confirmar como a sociedade vê a “feiúra” da prostituição. Ratifica o que já é sabido por todos. Reitera-se o uso do discurso para dicotomizar a “mulher casta” à “prostituta”; a “perfeição” à prostituição.

Porém, o que não se pode perder de vista é que esses dizeres são produtos de uma história, de luta de classes, de embate de “verdades” e “realidades”. A produção discursiva sobre a prostituição, como não poderia deixar de ser, obedece a essas ordens, a fim de que se policie, controle e exclua esse *outro*.

A AD, nesse sentido, contribui para pensar o sujeito que se desenvolve numa rede de posições históricas. Ainda que ele ocupe o lugar de resistência, há, ao menos, uma ponta do fio do cabelo sob o “efeito Munchhausen”. Romper com o vínculo entre a imagem acústica e o conceito *já-lá*, entre a palavra e a coisa, em outros termos:

A relação entre as “palavras” e as “coisas”, quando consideramos discurso enquanto prática, só pode ser vista de modo aparente, uma vez que os sentidos que ligam as palavras às coisas são construídos historicamente. Nesse sentido, talvez o papel do analista seja ajudar a desfazer os laços aparentemente fortes que unem as palavras às coisas, e vice-versa. (STAFUZZA; GÓIS, 2012).

A análise revelou como, em nossas sociedades, uma “palavra” carrega a “coisa”. Essa coisa, que muitas vezes, nem se ousava dizer a palavra, tinha a ver com a sexualidade; com a inferioridade que se imputou à mulher, através de uma história que a estigmatizou. A coisa era um efeito de sentido, fruto de uma memória discursiva e histórica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Zina Gonçalves. *O sagrado feminino: da Pré-História à Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1991.
- BARONAS, Roberto. *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João, 2007.
- BRASIL. Decreto n. 1.764, de 14 de maio de 1856. Aprova o Regulamento complementar dos Estatutos das Faculdades de Medicina, a que se refere o Art. 29 do Decreto nº 1.387 de 28 de Abril de 1854. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=62755&norma=78643>. Acesso em: 17 jan. 2013.
- _____. *Código Penal*. Organização por Antonio Luiz de Toledo et al. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. (vademecum).
- CAMERON, Deborah. *The Feminist Critique of Language: A Reader*. 2. ed. London and New York: Routledge, 1998.
- CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal: parte especial*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionario de Medicina Popular e das Sciencias Accesarios*. 6 ed. Pariz: A. Roger & F Chernoviz, 1890.
- COSTA, Nelson Barros da. Contribuições do marxismo para uma Teoria Crítica da Linguagem. In.: *D.E.L.T.A.*, v. 16, n. 1, 2000, p. 27-54.
- COURTINE, J.-J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento do discurso político. In.: INDURKY, F.; FERREIRA, M. C. L. *Os múltiplos territórios do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.
- _____. Uma genealogia da A.D. In: COURTINE, J.J. *Metamorfozes do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006.
- _____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos : Edufscar, 2009.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow*. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

- _____. O que é um autor?. In.: *O que é um autor. /s.l./*: Passagens, pp. 29-87.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *A ordem do discurso*. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011a.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011b.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2011c.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.
- _____. O sujeito e o poder. In.: Rabinow, P. & Dreyfus, H. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GÓRGIAS, *Fragmentos y testimonios*, Buenos Aires: Aguilar, 1980, p. 85-92. Tradução de Eloísa Cerdán del Lama e Antônio Suárez Abreu.
- GREGOLIN, Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2005.
- _____. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. In.: *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo. Vol. 4. N. 11, pp. 11-25, nov. 2007.
- HOUAISS. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IMBAULT-HUART, Marie-José. História do cancro. In.: LE GOFF, Jacques (org). *As Doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1985.
- INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In.: _____; MITTAMAN, S.; FERREIRA, M.C.L. (Orgs.). *Memória e História na Análise do discurso*. São Paulo: Mercado das Letras, 2011.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. (entrevistada por Philippe Schepens). “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político. In.: MOTTA, Ana Raquel et al. *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.
- LECOURT, Dominique. A arqueologia e o saber. In.: FOUCAULT, Michel (et. al.). *O homem e o discurso (A Arqueologia de Michel Foucault)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasil, 1996.
- LE GOFF, Jaques. Uma história dramática. In.: LE GOFF, Jacques (org). *As Doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1985.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- _____. Problemas de Ethos. In.: POSSENTI, Sírio et al. (Orgs). *Cenas da Enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006. p. 52-71.
- _____. Cenografia epistolar e debate público. Problemas de Ethos. In.: POSSENTI, Sírio et al. (Orgs). *Cenas da Enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006. p. 111-131.

_____. Situação de enunciação – situação de enunciação e cena de enunciação em Análise do Discurso. In.: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília et al. (Org). *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010a. p. 199-207.

_____. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010b.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MENDES, Leonardo. *O retrato do Imperador: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In.: *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004.

MIQUELETTI, Fabiana. *Discursividades contemporâneas sobre a política: o discurso sobre a mutação da política*. (Tese de Doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem: Campinas, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. HAROCHE, C., HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano : língua, linguagem, discurso. In. : BARONAS, R. *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João, 2007.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. In.: *Revista Lua Nova*. N. 63, 2004, p. 179-201.

POSSENTI, Sírio. Ler uma piada. In.: *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Estereótipos e identidades: o caso nas piadas. In.: *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. O dado *dado* e o dado **dado** (o dado em análise do discurso). In.: *Os limites do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009a.

_____. Relações entre análise do discurso e leitura. In.: *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009b.

_____. Dez observações sobre a questão do sujeito. In.: *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009b.

- PRIA, Albano Dalla. A não delimitação de subgrupos via adjetivos avaliativos. In.: *Alfa*. São Paulo, 48 (1), 2004, pp. 49-60.
- REGO, José Pereira. Algumas considerações sobre a prostituição. In.: *Folheto da revista médica brasileira*. Rio de Janeiro, s/n, 1841, pp. 6-15.
- REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Paulo: Claraluz, 2005.
- RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. *A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas: 1854 a 1929*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1997.
- SANTOS, B. de S. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In. SANTOS, B. S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Afrontamento, 2003. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acesso em 2003.
- _____. *Gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. Para além do pensamento abissal. In. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2008. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF. Acesso em: 15 fev. 2011.
- SANTOS, Angelo de Lima Godinho. *Influencia da prostituição sobre a sociedade actual*. 1909. 55 f. These (Dissertação cadeira de Hygiene) - Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Imprensa Econômica, 1909.
- SCOOT, Joan W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*. Florianópolis. v. 13(1), jan.-abril de 2005, pp. 11-31.
- STAFUZZA, Grenissa B.; GÓIS, Marcos L. S. Percursos na pesquisa em Análise do Discurso. In. GONÇALVES, Adair V.; GÓIS, Marcos L.S. *Ciências da Linguagem: O fazer científico?* Volume 2. São Paulo: Mercado de Letras, 2013.
- SILVA, Camilo Barbosa da. *Entre o Bem e o Mal: Discursos de Moralidade na Imprensa Capinense (1909-1939)*. 163 pp. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2006.
- SILVA SOBRINHO, Helson F. *Discurso, velhice e classe social: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentido na processualidade histórica*. Maceió: UFAL, 2007.
- SOURNIA, Jean-Charles. O homem e a doença. In.: LE GOFF, Jacques (org). *As Doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1985.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

ANEXOS